RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2012

Direcção Nacional 3
Convocatória para a Assembleia Geral Nacional - 2013.03.23
Relatório de Actividades DN 2012
Contas DN 2012
Parecer do Conselho Fiscal Nacional

Secção Regional de Lisboa 83
Convocatória para a Assembleia Regional de Lisboa - 2013.03.08
Relatório de Actividades SRL 2012
Contas SRL 2012
Parecer do Conselho Fiscal Regional de Lisboa

Secção Regional de Coimbra 104
Convocatória para a Assembleia Regional de Coimbra - 2013.03.11
Relatório de Actividades SRC 2012
Contas SRC 2012
Parecer do Conselho Fiscal Regional de Coimbra

Secção Regional do Porto 121
Convocatória para a Assembleia Regional do Porto - 2013.03.12
Relatório de Actividades SRP 2012
Contas SRP 2012
Parecer do Conselho Fiscal Regional do Porto

Contas da Ordem dos Farmacêuticos (Formato SNC) 142

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 18.º/ n.º3, e para os fins do disposto do artigo 17.º e 18.º/ n.º1 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, convoco a Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia 23 de Março de 2013, pelas dez horas, na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, Rua da Sociedade Farmacêutica, n.º 18, Lisboa, com a seguinte

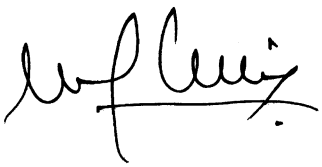
ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Definição da distribuição do número de delegados a eleger por cada Assembleia Regional, para composição das próximas Assembleias Gerais da Ordem dos Farmacêuticos de 2013;
3. Informação sobre o projecto de novos Estatutos da Ordem dos Farmacêuticos apresentado ao Governo;
4. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Actividades e Contas da Direcção Nacional referentes a 2012;
5. Discussão e deliberação sobre as Contas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2012;
6. Discussão e deliberação sobre o Plano de Actividades da Direcção Nacional para 2013;
7. Discussão e deliberação sobre o Orçamento da Direcção Nacional para 2013;
8. Discussão e deliberação sobre o Orçamento da Ordem dos Farmacêuticos para 2013;
9. Apreciação e discussão de outros assuntos que os Delegados considerem relevantes para a profissão.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de Delegados, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Lisboa, 5 de Março de 2013,

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Dr. João Gonçalves da Silveira

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 18.º/ n.º3, e para os fins do disposto do artigo 17.º e 18.º/ n.º2 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, convoco a Assembleia Geral Extraordinária da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia 23 de Março de 2013, pelas doze horas, na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, Rua da Sociedade Farmacêutica, n.º 18, Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Discussão e deliberação sobre a alienação do imóvel sito na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 164, em Lisboa.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de Delegados, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Lisboa, 5 de Março de 2013,

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Dr. João Gonçalves da Silveira

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2012

DIRECÇÃO NACIONAL

Introdução

O ano 2012 ficou marcado por uma contracção severa da já muito fragilizada economia portuguesa, por uma vaga de políticas públicas de austeridade com forte impacto no exercício farmacêutico e ainda por uma elevada instabilidade em toda a Zona Euro.

No sector farmacêutico, a situação agravou-se fortemente, em especial devido à imposição de novas medidas de austeridade, quer no sector do Medicamento e da Farmácia, quer no sector das Análises Clínicas, que trouxeram adicionais fragilidades e vulnerabilidades aos operadores e produziram um forte impacto negativo na sua viabilidade económica e, por via disso, no exercício da profissão farmacêutica.

A situação tem-se revelado particularmente grave para os operadores de pequena dimensão, como as farmácias e os laboratórios de análises clínicas.

O novo modelo de remuneração imposto às farmácias no início de 2012 assumiu uma particular dimensão negativa pelo facto de ter agudizado a situação já muito fragilizada do sector, motivada pela espiral deflacionista dos medicamentos, que, vindo de trás, se tem acentuado fortemente, continuando os preços dos medicamentos a atingir sucessivos mínimos históricos.

Naturalmente, isto é positivo para o Estado, que despende menos recursos financeiros na comparticipação de medicamentos. E é positivo para os cidadãos, que pagam menos pelos medicamentos.

O Governo tem apresentado este quadro como um exemplo de sucesso das suas políticas visando a redução da despesa pública, que, neste caso, tem ainda o mérito de permitir reduzir a despesa das famílias. Manda a factualidade e manda o economicismo reconhecer que assim é. Numa primeira leitura – aparente, errónea e perigosa –, toda a sociedade parece poder regozijar-se com os resultados alcançados.

Mas uma segunda leitura – mais cuidada, justa e avisada – remete-nos para os operadores. Aqueles cuja actividade, no terreno, proporciona aos cidadãos acessibilidade aos medicamentos.

A grave crise económica e financeira em que as farmácias estão mergulhadas, que, em muitos casos, está a colocar em causa a sua própria existência, poderá vir a ter consequências muito sérias ao nível da desestabilização da assistência farmacêutica à população portuguesa.

Também os laboratórios de análises clínicas vivem uma crise semelhante, para a qual muito tem contribuído a negação pelo Estado das Convenções estabelecidas pelo próprio Estado com laboratórios privados e a compulsiva internalização das análises em hospitais públicos, sob a capa do preenchimento de alegada capacidade instalada.

Em nome da Ordem dos Farmacêuticos, temos manifestado muitas e muitas preocupações ao Ministério da Saúde e apresentado construtivamente contributos para enfrentar a situação. Em particular, temos reiteradamente manifestado preocupação com os efeitos colaterais da espiral deflacionista dos medicamentos, que, a nosso ver, não têm sido devidamente considerados pelos governantes.

Entre outras medidas, defendemos como princípio geral a relativa estabilidade dos preços dos medicamentos e, por conseguinte, o fim do actual regime de comparticipações e preços dos medicamentos. Sob a capa de promover a concorrência e outros fins, este regime transformou-se num carrasco dos operadores do sector. E acaba sendo anti-concorrencial, já que, na prática, propicia condições para que as empresas de maior dimensão ou mais capitalizadas tendam a eliminar as mais pequenas. Além disso, reiteramos que se impõe urgentemente tomar medidas que reassegurem a sustentabilidade económica e financeira das farmácias e dos laboratórios de análises clínicas, que o mesmo é dizer, em segunda instância, que salvaguardem a sua independência, boa deontologia e útil cobertura geográfica das populações. Desde logo, no que respeita ao modo de remuneração das farmácias, através da instituição de um novo modelo que valorize e retribua os actos farmacêuticos praticados.

O Estado não deveria procurar a sua sustentabilidade à custa de um sector que, sendo totalmente privado, tem assegurado ininterruptamente um serviço público de grande relevância para o País e para os portugueses, emprega directa e indirectamente dezenas de milhares de cidadãos, muitos com formação superior, como os farmacêuticos, que hoje já são cerca de dez mil somente nas farmácias e nos laboratórios de análises clínicas. Além disso, da normal actividade das farmácias e dos laboratórios sempre resultou, directa e indirectamente, o pagamento, em Portugal, de largos milhões de euros em impostos ao Estado, o que, no actual cenário, naturalmente se atenuou de forma marcada, sobretudo no que ao IRC diz respeito.

Como decorrência estatutária da Ordem dos Farmacêuticos, temos reiteradamente vindo a defender a viabilidade económica dos operadores, em particular dos de menor dimensão, como as farmácias e os laboratórios de análises clínicas. Acima de tudo, o que mais preocupa a Ordem dos Farmacêuticos é que estas condições económicas e financeiras, decorrentes de regimes politicamente determinados pelo Governo, venham, a final, pôr em causa a acessibilidade ao medicamento e a cobertura geográfica da assistência farmacêutica à população e também, muito especialmente, os aspectos qualitativos e intangíveis da função social do Farmacêutico e o bom e correcto exercício do Acto Farmacêutico, tal como a deontologia farmacêutica impõe a todos nós.

A Ordem dos Farmacêuticos tem plena consciência da difícil situação em que se encontra o País e da imperiosa necessidade de contenção e controlo mais efectivo da despesa pública em geral e da despesa do SNS em particular. Por isso mesmo procuramos assumir posições construtivas e independentes nos diversos domínios em que temos vindo a intervir.

No que toca à política do medicamento, há muito que vimos insistentemente defendendo e propondo medidas de carácter estrutural, visando racionalidade e combate ao desperdício de recursos, muitas das quais têm vindo a ser acolhidas pelo Governo e pelo Parlamento.

Foi precisamente com este espírito construtivo e positivo que em 2012, entre outras acções, assumimos convictamente a defesa da obrigatoriedade da prescrição de medicamentos pela DCI, entretanto já em funcionamento, e do direito de opção dos doentes quanto aos seus medicamentos; apresentamos uma proposta sobre Normas de Orientação Terapêutica; propusemos a constituição de Comissões de Farmácia e Terapêutica ao nível das ARS's, também já criadas, visando, entre outros aspectos, avaliar regularmente as condições de prescrição e dispensa dos medicamentos; e propusemos também a constituição de uma Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica, que será formada no início de 2013, com a missão primordial de elaborar um Formulário Nacional de Medicamentos, quer para os hospitais, quer para o ambulatório, e de normas para a utilização desses medicamentos.

É certo que algumas medidas estruturais têm sido implementadas pelo Governo e pelo Parlamento, as quais, reconhece-se, configuram um caminho apreciável, embora os resultados não sejam ainda muito visíveis.

Seguindo, naturalmente, as traves mestras do nosso programa sufragado nas eleições de Outubro de 2009, neste terceiro ano do mandato demos continuidade ao novo ciclo da vida da Ordem, quer a nível interno quer a nível externo, com o firme desígnio, que é também um dever, de retomar e fazer valer uma história de prestígio e de repor, em plenitude, o cumprimento da missão estatutária, em prol da saúde e dos farmacêuticos.

Após este terceiro exercício completo, temos agora o prazer de apresentar à consideração de todos os membros da Ordem dos Farmacêuticos o Relatório de Actividades e as Contas referentes ao ano 2012.

Consideramos que são duas peças imprescindíveis no relacionamento transparente e rigoroso da Ordem com os seus membros, visando a prestação anual de contas, em todas as suas vertentes. Entendemos esta apresentação não apenas como um cumprimento formal de um dever estatutário, mas, de um modo muito especial, como uma preciosa oportunidade de auscultação de todos os membros da Ordem dos Farmacêuticos, em espírito de abertura que gostamos de cultivar.

1. Plano Interno – Ordem dos Farmacêuticos e Profissão Farmacêutica

1.1 Organização e Gestão da Ordem dos Farmacêuticos

Atenta a difícil situação económica e financeira que o País atravessa, com fortes implicações também na economia das famílias e, por conseguinte, dos farmacêuticos, a Direcção Nacional baixou em 3% o valor nominal das quotizações de 2012, o que de facto implicou, por força da inflação, uma descida bastante maior em termos reais.

Paralelamente, a Direcção Nacional prosseguiu em 2012 a sua política de contenção da despesa, tendo continuado a adoptar medidas de racionalização de procedimentos e de redução de custos na Ordem dos Farmacêuticos.

Neste sentido, conferimos uma validade mais alargada à nova Carteira Profissional, enviada aos membros em Janeiro de 2012 e que se manterá em vigor até 2014. Obviamente, a validade da Carteira Profissional dependerá de o seu titular estar em cabal cumprimento das suas obrigações para com a Ordem dos Farmacêuticos, pelo que, mais uma vez, solicitamos a melhor atenção para este facto e apelamos para o sentido de responsabilidade dos membros da Ordem.

Além disso, a Direcção Nacional prosseguiu em 2012 a análise dos custos da rubrica "Fornecedores e Serviços Externos", visando a sua optimização, tendo procedido à renegociação de vários contractos de prestação de serviços, designadamente na área das tecnologias de informação e comunicação.

Tal como já aconteceu no ano transacto, o presente Relatório de Actividades e Contas referente a 2012 e o Plano de Actividades e Orçamento referentes a 2013 serão disponibilizados em suporte electrónico (formato pdf) aos membros através do Portal da Ordem dos Farmacêuticos, não se procedendo à sua produção em suporte de papel e ao seu envio personalizado a cada membro.

1.2 Património Imobiliário

O Grupo de Trabalho para a Nova Sede, constituído em 2011 com o objectivo principal de estudar, discutir e propor à Direcção Nacional uma solução para edificação da Nova Sede da Ordem dos Farmacêuticos, continuou em 2012 a exercer o seu trabalho.

Com o objectivo de disponibilizar aos membros informação actualizada e assim contribuir para uma discussão esclarecida sobre esta matéria, a Direcção Nacional promoveu a elaboração de um artigo com uma descrição factual e detalhada das diligências realizadas pelas diferentes Direcções na procura de uma solução para a sede da OF, incluindo as diligências da actual DN. Foram também elaboradas Memórias Descritivas individualizadas, caracterizando cada imóvel da Ordem dos Farmacêuticos do ponto de vista infra-estrutural, financeiro e fiscal. Estes documentos foram enviados aos membros da OF, através de Newsletter Electrónica, e disponibilizados na área reservada aos membros no Portal da Ordem.

Relativamente à questão de edificação de uma Nova Sede para a Ordem dos Farmacêuticos, a análise do Grupo de Trabalho concluiu que o edifício sito na Av. Almirante Gago Coutinho, 164, em Lisboa, propriedade da Ordem dos Farmacêuticos, não possui as características necessárias à instalação de uma Nova Sede com perspectivas de futuro. Contudo, do ponto de vista financeiro, qualquer outra hipótese só poderá ser efectivamente considerada após a OF se libertar dos significativos encargos financeiros que actualmente suporta, os quais decorrem do crédito bancário constituído pela anterior DN, aquando da aquisição do imóvel da Av. Gago Coutinho, em 2009.

Neste âmbito, a DN solicitou ao Grupo de Trabalho que efectuasse diligências adicionais, no sentido da elaboração de uma proposta para alienação do refiro imóvel, a submeter à apreciação da AG. Em Assembleia Geral Extraordinária, foi assim aprovada a proposta da DN, sob recomendação do Grupo de Trabalho, que estabeleceu uma base de valor para venda do referido imóvel, autorização essa estendida até 31 de Dezembro de 2012. Com tais directrizes estabelecidas, contratualizou-se com uma mediadora imobiliária (ERA) a promoção do edifício para alienação, durante o ano de 2012.

Dadas as condições do mercado imobiliário nacional, não foi possível até final de 2012 conseguir uma proposta formal que satisfizesse os valores estabelecidos em Assembleia Geral para alienação do mesmo.

1.3 Comunicação com os Membros

Publicações

Durante o ano de 2012 foram editados os números 99, 101 e 102 da Revista da Ordem dos Farmacêuticos (ROF), tendo ficado muito avançados os números 103 e 104. Paralelamente, foi iniciada a elaboração da edição comemorativa do número 100. Face à dimensão deste projecto editorial, foi solicitado trabalho jornalístico à empresa Companhia de Ideias.

Em 2012, a ROF passou a ser simultaneamente editada em formato electrónico, encontrando-se disponível no Portal da OF.

Para além deste importante veículo de comunicação em suporte de papel, a OF edita e envia semanalmente (todas as sextas-feiras) a todos os seus membros a publicação electrónica, intitulada "Newsletter Electrónica da Ordem dos Farmacêuticos", dando notícia em prazo curto da actividade desenvolvida pela Instituição, bem como de temas de interesse para os farmacêuticos.

Sempre que se justifica, são enviadas adicionalmente Newsletters Especiais relativas a temas específicos com relevância para os farmacêuticos.

Ainda no domínio da comunicação electrónica, a OF envia diariamente aos seus membros a "Revista de Imprensa da Ordem dos Farmacêuticos", compilando as notícias da área da saúde publicadas nesse dia pela imprensa escrita.

Portal da Ordem dos Farmacêuticos

O Portal da Ordem dos Farmacêuticos tem vindo a assumir-se como um meio privilegiado de comunicação entre a Ordem e os seus membros e com a sociedade em geral.

Por um lado, disponibiliza informação sobre os farmacêuticos portugueses e a sua actividade. Por outro, constitui uma importante ferramenta de contacto com a Instituição e, de um modo especial, de relacionamento com os membros, permitindo a consulta e edição em tempo real de várias informações pessoais, profissionais e curriculares, bem como o acesso às informações relativas ao processo de revalidação da carteira profissional.

Em 2012 foram efectuados melhoramentos no Portal da OF, designadamente através da reorganização de conteúdos, a instituição de novas funcionalidades (como a emissão de declarações) e respectivo suporte técnico e iniciou-se a prática de criação de microsites para eventos organizados pela OF.

1.4 Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

A Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos manteve em 2012 o seguro de responsabilidade civil profissional para todos os seus membros, contratualizado em 2010, em articulação com as Direcções das Secções Regionais. Este seguro garante o pagamento das indemnizações que, de acordo

com a legislação em vigor, possam ser exigidas ao farmacêutico, em consequência de erro, omissão ou negligência cometidos pelo próprio no exercício da sua actividade profissional.

1.5 Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infracções Conexas

A Ordem dos Farmacêuticos iniciou, em 2012, a constituição de um documento na sequência da Recomendação n.º1/2009, de 22 de Julho, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) que vem prever a elaboração de planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas pelas entidades, de qualquer natureza, que sejam gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos.

A Ordem dos Farmacêuticos pretende, na sequência de ter dado início a este processo, dotar-se do seu próprio plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas, estando fortemente empenhada em incutir uma cultura positiva de ética, profissionalismo e motivação, transversal a toda a sua estrutura orgânica, de não tolerância a qualquer conduta ou actividade que indicie corrupção, bem como em criar um sistema eficaz para identificar e relatar tal actividade.

Este Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infracções Conexas consistirá, por isso, num processo de análise metódica dos riscos inerentes à prossecução das atribuições da Ordem, ao exercício das competências dos seus órgãos e à actividade dos seus serviços, tendo por objectivo a defesa e protecção de cada interveniente nos diversos processos, e, sobretudo, a salvaguarda do interesse público.

1.6 Novo Estatuto da OF

No seguimento da aprovação na Assembleia da República, no dia 4 de Dezembro de 2012, do Decreto nº 98/XII, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, as Ordens Profissionais, assim que o diploma for promulgado pelo Presidente da República e publicado em Diário da República, terão 30 dias para submeter ao Governo um projecto de alteração do seu Estatuto que se adeqúe ao novo regime jurídico.

De modo a agilizar o processo, a Ordem dos Farmacêuticos iniciou a 7 de Dezembro de 2012, um processo de audição dos seus membros sobre uma proposta de alteração do actual Estatuto, apresentada pelo Gabinete Jurídico, visando a recolha de contributos.

1.7 Eleição dos Órgãos Sociais, Triénio 2012-2015

Concluindo-se em 2012 o mandato dos Órgãos Sociais da Ordem dos Farmacêuticos, foi promovido o processo para a eleição de novos Órgãos Sociais – Bastonário e demais Órgãos Nacionais e também Órgãos Regionais, Delegações Regionais e Conselhos dos Colégios de Especialidade.

De acordo com o Regulamento Eleitoral e Referendário da Ordem dos Farmacêuticos foi constituída a Comissão Eleitoral, integrando o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da OF, Dr. João Silveira, e os farmacêuticos indicados pelas Direcções das Secções Regionais, Dr. Joaquim Marques da SRL, Dr. Paulo Fernandes da SRC e Dr. José Luís Martins da SRP.

No acto eleitoral concluído em 14 de Dezembro, Carlos Maurício Barbosa foi reeleito Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos para o triénio 2012-2015, tendo reunido a preferência de cerca de 79% dos votos dos farmacêuticos que participaram na eleição.

Da sua equipa fazem parte José Vieira Gavino, farmacêutico de indústria, João Paulo Cruz, farmacêutico hospitalar, e Ana Teresa Barreto, farmacêutica analista clínica.

Para a Secção Regional de Lisboa foi eleita a equipa liderada por Ema Paulino, com 79,8% dos votos.

Para a Secção Regional do Porto foi eleita a equipa liderada por António Rocha e Costa, com 54,1% dos votos.

Para a Secção Regional de Coimbra foi eleita a equipa liderada por Ana Cristina Rama, com 79,3% dos votos.

Ema Paulino, António Rocha e Costa e Ana Cristina Rama assumiram assim as presidências das Secções Regionais de Lisboa, Porto e Coimbra, respectivamente, e, por inerência, um lugar na Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos.

No que respeita aos Conselhos dos Colégios de Especialidade, a equipa de Nuno Moreira foi eleita para o Conselho do Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica, com 91,3% dos votos; a equipa de Franklim Marques foi eleita para o Conselho do Colégio de Especialidade de Análises Clínicas, com 60,2% dos votos; a equipa de António Melo Gouveia foi eleita para o Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar com 92,1% dos votos; e a equipa de Antonieta Lucas foi eleita para o Conselho do Colégio de Especialidade em Assuntos Regulamentares, com 85% dos votos.

1.8 Qualificação e Competências

A necessidade de actualização permanente dos conhecimentos por parte dos farmacêuticos é determinante dada a complexidade das matérias técnico-científicas subjacentes ao "Acto Farmacêutico".

Neste sentido, sendo importante salvaguardar o sistema de qualificação permanente dos farmacêuticos, o Conselho para a Qualificação e Admissão continuou a promover em 2012 a avaliação e atribuição de créditos de desenvolvimento profissional às acções de formação com programas adequados e credíveis para assegurar continuamente a excelência do exercício farmacêutico.

Qualificação Profissional

Com uma formação construída ao longo de cinco anos de universidade e uma qualificação estruturada e permanente, ao longo da vida, supervisionada pela Ordem dos Farmacêuticos, são os farmacêuticos que asseguram aos cidadãos o acesso a medicamentos com qualidade, segurança e eficácia e promovem a sua adequada utilização, contribuindo decisivamente para que sejam alcançados os *outcomes* clínicos desejados.

A complexidade das matérias científicas e tecnológicas subjacentes ao "Acto Farmacêutico", bem como a sua contínua evolução determinam a necessidade de actualização permanente dos conhecimentos por parte dos farmacêuticos.

Conforme estabelecido estatutariamente, a Direcção Nacional, com o apoio do Conselho para a Qualificação e Admissão, continuou em 2012 a promover o sistema de qualificação permanente dos farmacêuticos, cujas características são únicas entre as profissões em Portugal, assegurando um modelo coerente, simples e evolutivo, em que o incentivo, a motivação e o sentido de responsabilidade prevaleçam sobre o carácter impositivo.

Especialidades e Competências

As necessidades da população e a evolução do sistema de saúde determinam que os farmacêuticos tenham de se envolver e porventura especializar em novas áreas e/ou obter novas competências profissionais.

Compete à Ordem dos Farmacêuticos promover continuamente a excelência da intervenção farmacêutica, qualquer que seja a área profissional, ao serviço dos cidadãos e do País.

Compete também à Ordem dos Farmacêuticos promover uma diferenciação da intervenção farmacêutica, reconhecendo a sua especificidade.

Essa diferenciação tem de ser reconhecida pela própria Ordem e ter visibilidade junto da sociedade.

Em 2012, a Direcção Nacional prosseguiu o debate interno e o diálogo com os Conselhos dos Colégios de Especialidade, tendo em vista a construção de um modelo para atribuição de Competências Farmacêuticas e de Especialidades baseadas em Competências na Ordem dos Farmacêuticos. Além disso, foi promovida uma auscultação mais alargada da classe sobre esta matéria, a qual teve lugar no Conselho Farmacêutico Nacional realizado em Fevereiro de 2012.

Em resultado das múltiplas acções desenvolvidas, foi elaborado um documento preliminar, visando a definição de um modelo para o reconhecimento de Competências Farmacêuticas e para a atribuição de Especialidades Farmacêuticas com base em Competências.

1.9 Administração de vacinas e medicamentos injectáveis em Farmácia Comunitária

Atendendo ao disposto no Ponto 2 da Deliberação 139/CD/2010, de 21 de Outubro, do Conselho Directivo do Infarmed, rectificada pela Deliberação 145/CD/2010, de 4 de Novembro, do mesmo Conselho Directivo, a Direcção Nacional, durante 2012, delineou as bases do processo de reconhecimento da formação de farmacêuticos para administração de vacinas e medicamentos injectáveis em farmácia comunitária.

Assim, a Ordem dos Farmacêuticos fixará condições e requisitos para o reconhecimento da formação de farmacêuticos, tendo em vista a administração de vacinas e medicamentos injectáveis em farmácia comunitária, bem como para o reconhecimento da sua actualização neste domínio, assumindo desde já o reconhecimento, com caracter retroactivo, de um conjunto de acções de formação realizadas no período anterior à fixação das presentes condições e requisitos.

1.10 Qualidade

Prosseguindo a sua Missão delineada no Compromisso para a Qualidade da Ordem dos Farmacêuticos o Conselho Nacional da qualidade tem apoiado a Direcção Nacional na definição de novas políticas para a área da Qualidade e no estabelecimento de linhas de orientação estratégica, visando uma cada vez maior e mais profícua promoção da Qualidade no sector farmacêutico português.

Normas Conjuntas FIP/OMS "Boas Práticas de Farmácia: Directrizes para a Qualidade dos Serviços Farmacêuticos"

Em 2012 o Conselho Nacional da Qualidade empreendeu à tradução das Normas Conjuntas FIP/OMS para as Boas Práticas de Farmácia: Directrizes para a Qualidade dos Serviços Farmacêuticos. Estas normas foram homologadas na sua versão portuguesa pela Direcção Nacional, em reunião realizada a 8 de Maio, passando este documento a constituir um referencial de boas práticas para a profissão farmacêutica em Portugal.

Estas Normas, constituem um conjunto de directrizes generalistas para a qualidade dos serviços farmacêuticos, a aplicar nas áreas da farmácia comunitária e hospitalar em todo o mundo, mas que deverão ser consubstanciadas posteriormente, ao nível nacional, em boas práticas específicas.

O documento é o culminar de um trabalho iniciado em 2007 pela FIP, nomeadamente pelo seu grupo de trabalho para a revisão das Normas de BPF, que teve como objectivo avaliar a sua actualização, para que pudessem corresponder às exigências da prática profissional actual.

Após um período de consulta a vários peritos, o referido grupo de trabalho empreendeu uma exaustiva revisão das BPF nacionais existentes em, pelo menos, 137 países.

Em Dezembro de 2008 surgiu assim a primeira versão das Normas para as BPF, tendo o documento final sido analisado e aprovado pelo Council Meeting da FIP, no âmbito do seu 70º Congresso Mundial, realizado em Lisboa, em 2010. A versão aprovada pela FIP foi submetida à OMS para ratificação e depois apresentada como documento conjunto durante o 71º Congresso Mundial da FIP, no ano de 2011, em Hyderabad.

A versão portuguesa, aprovada por unanimidade pela Direcção Nacional da OF e homologada pela FIP, constitui uma base para a criação de boas práticas nas áreas referidas, quer em Portugal, quer nos Países de Língua Portuguesa que o queiram adoptar.

Estrutura documental da Qualidade

O conselho Nacional da Qualidade tendo em vista a harmonização de todos os documentos da qualidade a produzir pela Ordem dos Farmacêuticos criou uma estrutura documental, com notação específica, a ser utilizada pelas futuras Normas que venham a ser criadas por este Conselho e outros órgãos da OF.

Bolsa de Auditores

Tendo por objecto a salvaguarda da qualidade das auditorias executadas sobre actividades ou exercício farmacêuticos, a Ordem dos Farmacêuticos (OF), através do seu Conselho Nacional da Qualidade veio criar o regulamento da "Bolsa de Auditores", depois aprovado pela Direcção Nacional. Este Regulamento estabelece as cláusulas de admissibilidade para os diferentes escalões de auditor. Pretende-se, assim, abranger os auditores farmacêuticos com capacidade para auditar os referenciais criados, mantidos ou reconhecidos pela OF, sem prejuízo de acumularem competências como auditores de outros sistemas, quando aplicados ao exercício farmacêutico e/ou às actividades de farmacêuticos.

Neste momento estão inscritos 33 auditores na Bolsa de Auditores da Ordem dos Farmacêuticos.

1.11 Centro de informação do Medicamento

O objectivo do CIM é a promoção do uso correcto dos medicamentos, difundindo informação e documentação científica objectiva, independente e sem carácter lucrativo na área do medicamento. O CIM tenta contribuir também para a formação de colegas e alunos.

As actividades são desenvolvidas por duas farmacêuticas, contando com o apoio de uma secretária a tempo parcial.

Recolha e Organização da Informação

Em 2012 prosseguimos a habitual actualização bibliográfica com aquisição de publicações periódicas e não periódicas. Deste modo, foram acrescentadas à Biblioteca do CIM 9 novas obras (aquisições e ofertas de outras instituições) e continuamos as assinaturas dos sistemas de informação IDIS, Drugdex®Micromedex e UptoDate®.

Como habitualmente, efectuámos a revisão de cerca de 50 publicações periódicas, sendo incluídos na nossa base de dados bibliográfica todos os artigos de interesse, e também recolhida e classificada a informação proveniente de organismos oficiais e de laboratórios de indústria farmacêutica. Procedeu-se ainda à actualização contínua do Ficheiro de Consultas e de Consultantes.

Elaboração e Difusão da Informação

Resposta a Consultas

A informação passiva, centrada na resposta a consultas sobre medicamentos e terapêutica, é uma das actividades principais do CIM. Esta é a tarefa essencial de um centro de informação de medicamentos e a mais morosa, pela complexidade e diversidade das consultas.

Em 2012 foram efectuadas 1110 consultas, número algo inferior ao do ano anterior. A distribuição por tipo de consulta foi similar à dos anos anteriores, sendo as principais áreas: pedidos de informação geral, que habitualmente se relacionam com a pesquisa e selecção bibliográfica para conhecimento aprofundado de um tema; sobre medicamentos estrangeiros; sobre efeitos secundários, interacções e contra-indicações e sobre uso terapêutico, posologia e eficácia comparativa.

As consultas continuaram a ser efectuadas por farmacêuticos das diferentes áreas de intervenção profissional ligadas ao medicamento, especialmente de farmácia de oficina (47,9%) e de hospital (24.1%), embora existam solicitações de alguns outros profissionais de saúde. As consultas dos alunos representaram este ano 11,1% do total, um valor significativo que tem vindo a aumentar e que representa um dos primeiros contactos dos alunos com os serviços disponibilizados pela Ordem.

A distribuição geográfica é também similar à dos anos anteriores, com 46,2% das consultas provenientes da grande Lisboa e 53,9% do resto do país.

Continuando com a tendência de anos anteriores, houve um aumento no uso do correio electrónico como única forma de resposta (49,6%), ou combinado com outras formas de envio (4,6%). A resposta exclusivamente telefónica representou 38,9%. Contudo, há que ter presente que o telefone é utilizado complementarmente em quase todas as consultas como um primeiro contacto.

Continua a manifestar-se uma tendência para aumento das consultas de elaboração demorada. Cerca de 64% das consultas têm resposta nas primeiras 24h após a sua recepção, sendo sempre prioritárias as relacionadas com o doente. As consultas com resposta num tempo superior a 48 horas representaram cerca do 27% do total. No entanto, na grande maioria dos casos não estão relacionadas com um doente. Correspondem a pedidos de apoio bibliográfico para estudo, realização de teses ou de trabalhos, sobre

intervenções relacionadas com a prática profissional ou relacionados com pesquisa de fontes bibliográficas.

Foi enviada documentação em cerca de 52% das respostas; nos últimos anos este parâmetro tem aumentado sempre, devido à maior complexidade das consultas, que torna necessário o apoio bibliográfico.

Publicações

Paralelamente à actividade orientada para a resposta a consultas, o CIM tem desenvolvido também informação activa, entendida como aquela que surge por iniciativa do serviço após análise das necessidades dos farmacêuticos, como é a publicação de informação sobre medicamentos.

O Boletim do CIM continuou a ser inserido na Revista da Ordem dos Farmacêuticos (ROF). Continuamos a contar com a colaboração do Conselho Editorial, responsável pela escolha dos temas e autores e também pela revisão dos artigos, juntamente com a revisão efectuada pelas colegas do CIM. O Boletim do CIM continuou a ser também disponibilizado em separata a hospitais, principais centros de saúde, outros centros de informação e várias instituições.

Foi dada continuidade à elaboração da Ficha Técnica destacável, também inserida na ROF, com informação prática para consulta rápida.

A secção da ROF, "Leituras do CIM", inclui informação resumida sobre artigos recentes da literatura com particular interesse.

Estas três colaborações representam um total de 9 páginas de informação científica em cada número da ROF.

Outras Actividades

O CIM desenvolveu ao longo do passado ano um conjunto de outra iniciativas, entre as quais:

- O CIM acolheu diversos visitantes, principalmente estagiários e estudantes, que solicitam orientação e apoio na recolha e selecção de bibliografia. Também recebemos visitas no marco das acções de cooperação nos países lusófonos.
- O CIM participou nas Semanas Complementares de Estágio, realizadas pela Secção Regional de Lisboa no mês de Maio, para apresentação da Ordem dos Farmacêuticos aos alunos em estágio das instituições de ensino de Ciências Farmacêuticas.

- Como habitualmente, o CIM colaborou no Concurso de Aconselhamento ao Doente (CAD) organizado pela APEF, na elaboração dos temas em colaboração com o CEDIME e integrando o Júri na final nacional.
- Continuou a colaboração com os serviços farmacêuticos de um Centro Hospitalar de Lisboa, no seu processo de certificação em informação de medicamentos.
- Actividades habituais de colaboração ou resposta aos pedidos internos (Bastonário, Direcção Nacional, Secção Regional, Secretária-Geral, Secretários Técnicos e outros departamentos da Ordem dos Farmacêuticos) sobre assuntos diversos relacionados com os medicamentos. Colaboração na preparação de materiais para a ROF, opinião sobre artigos recebidos para publicação e sobre documentos ou assuntos diversos relacionados com os medicamentos.
- No Congresso Nacional dos Farmacêuticos realizado em Novembro foi apresentado pelo CIM o póster "Análise das consultas sobre uso terapêutico recebidas por um centro de informação de medicamentos, em particular do subgrupo sobre utilização de medicamentos em indicações diferentes das aprovadas (uso off-label)".
- Elaboração de novo díptico do CIM, com a finalidade de facilitar a divulgação do serviço, particularmente aos novos sócios e nos vários eventos organizados pela Ordem dos Farmacêuticos.
- Colaboração da Directora Técnica numa aula teórico-prática sobre fontes de informação de medicamentos para os alunos do 4º Ano do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz na unidade curricular "Segurança do Doente", que foi realizada em Março. Os alunos, distribuídos em vários grupos, realizaram depois uma visita ao CIM para orientação de pesquisa dirigida à resolução de vários casos práticos relacionados com incidentes de segurança do doente.
- Foi ministrada, pela Directora Técnica do CIM, uma aula teórica sobre Informação sobre o Medicamento na disciplina Farmácia Hospitalar do 5º ano do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas da Faculdade de Farmácia de Lisboa (Novembro).
- Definição de conteúdos e início de uma secção do CIM na página da Ordem dos Farmacêuticos na Internet. De forma a estabelecer uma maior proximidade e comunicação com os membros, o CIM passou a contar com uma secção própria. Inclui informação sobre o departamento e reúne as principais publicações elaboradas pelo CIM, para um aceso de forma mais directa. Irá sendo ampliada com informação técnica de interesse para os sócios.
- Actualização do Manual de Procedimentos do CIM e realização de todas as actividades de gestão e organização interna, tal como definido neste manual.

1.12 Centro de Documentação Farmacêutica

A Ordem dos Farmacêuticos inaugurou, em 25 de Setembro de 2012, o Centro de Documentação Farmacêutica (CDF) da Ordem dos Farmacêuticos. Sedeado na Secção Regional de Coimbra, o objectivo que presidiu à criação do Centro foi o de garantir a conservação de espólios documentais de relevância para a preservação da memória dos farmacêuticos portugueses, contribuir para a consolidação da cultura profissional farmacêutica e da sua identidade profissional, contribuindo, desse modo, para a projecção futura dos farmacêuticos na profissão e na sociedade.

Ao longo do ano de 2012, num projecto iniciado em 2009, foi desenvolvido um intenso trabalho de reunião, organização, descrição, indexação e, na maioria dos casos, digitalização da documentação que integra o espólio do Centro, que reúne um vasto conjunto de documentação, bibliografia e fotografias, originais ou em formato digital, representativas da história da farmácia e da profissão farmacêutica nas suas diversas áreas.

Trata-se de um projecto dinâmico, em contínuo crescimento, e cuja base assenta no fundo documental histórico da Ordem dos Farmacêuticos com cerca de 177 anos de existência, incorporando documentação produzida por diversas associações de farmacêuticos das quais se destacam a Sociedade Farmacêutica Lusitana e o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, onde se incluem também o Montepio Farmacêutico, a Classe Farmacêutica, a União de Farmacêuticos do Distrito de Braga, a Associação de Farmacêuticos Portugueses e a Associação de Farmacêuticos do Centro de Portugal.

Ao longo do tempo estas associações, que representaram a classe farmacêutica, desempenharam um papel fundamental na defesa e no desenvolvimento da farmácia e da profissão farmacêutica. A documentação por elas produzida, até agora inacessível ao público, passa a estar disponível no Centro de Documentação Farmacêutica.

O acervo documental do CDF tem vindo a ser tratado de acordo com normas de descrição arquivística internacional, com o auxílio do programa de software DigitArq. O catálogo da documentação encontra-se assim em formato digital, possibilitando a pesquisa e a associação da representação digital do documento resultante de um processo de digitalização.

Neste momento a base de dados digital do CDF integra já 1600 registos no DigitArq e 57.819 imagens, incluindo a hemeroteca digital também disponível.

Ainda durante o ano de 2012, por ocasião da sua inauguração, o Centro estabeleceu protocolos de cooperação com a Universidade de Coimbra e com o Museu da Farmácia, bem como aderiu à Rede

Portuguesa de Arquivos, permitindo-lhe a disponibilização e a partilha de recursos de informação arquivística de acesso livre, através do Portal Português de Arquivos. Tais recursos são igualmente passíveis de disponibilização através dos portais EUROPEANA (Biblioteca Digital Europeia) e APEX (Portal Europeu de Arquivos).

1.13 Observatório da Empregabilidade no Sector Farmacêutico

O Observatório da Empregabilidade no Sector Farmacêutico, constituído no final de 2011, congrega na sua estrutura três representantes da Ordem dos Farmacêuticos, três representantes da Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos e três representantes da Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia, sendo coordenado pelo Prof. Doutor Fernando Ramos, nomeado pela Direcção Nacional. Estes representantes estabeleceram, em 2012, a estratégia e objectivos para dar cumprimento à missão que lhes foi instituída pela Direcção Nacional.

Entre outras acções, o Observatório efectuou em 2012 um estudo estatístico retrospectivo dos dados de farmacêuticos para avaliar a evolução da situação do mercado de trabalho, situação a acompanhar no futuro, e de onde saiu a análise para a emissão de três boletins electrónicos do Observatório.

O Observatório conduziu ainda um estudo sobre a empregabilidade de recém-diplomados com o Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas no ano lectivo 2010/2011, por meio de um inquérito online, tendo obtido uma amostra representativa de dados e publicado os resultados do estudo num Poster apresentado no Congresso da Ordem dos Farmacêuticos.

1.14 Conselho Nacional Farmacêutico

A Direcção Nacional da OF promoveu, entre 3 e 5 de Fevereiro, a realização de um Conselho Farmacêutico Nacional, que teve lugar em Lisboa na sede nacional. Ao reunir este Conselho consultivo, a Direcção Nacional teve por objectivo fomentar uma reflexão sobre temas de especial relevância para a profissão e para o seu futuro e, deste modo, auscultar farmacêuticos de diferentes áreas profissionais, convidados a participar no Conselho quer a título individual, quer em representação de instituições universitárias de ensino farmacêutico e de associações do sector, bem como membros de outros órgãos sociais da Ordem.

Para os três dias em que decorreu o Conselho Farmacêutico Nacional, a Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos seleccionou quatro temas: Farmácia Comunitária, Qualificação Profissional, Especialidades baseadas em Competências e Análises Clínicas.

1.15 Formação

Formação presencial

Em 2012 o Conselho Nacional da Qualidade criou um Plano de Formação da Qualidade, uma área com reconhecida falta de oferta no mercado formativo. Foram efectuadas 12 acções de formação: Checklists: Como e Para Quê, Indicadores de Gestão da Qualidade e Risco na Saúde, Auditorias da Qualidade no Sector Farmacêutico, Boas Práticas de Farmácia, Good Manufacturing Practices (GMPs), Boas Práticas Regulamentares, Boas Práticas de Distribuição (x2), Qualidade como Ferramenta de Competitividade e Eficiência, Root Cause Analysis, Business Intelligence and Security e Normalização de Dispositivos Médicos.

Estas formações contabilizaram um total de 116 horas formativas distribuídas por 17 formadores e tiveram uma afluência de 169 farmacêuticos no total. A média geral de avaliação destas formações foi de 4,04 (escala de 1 a 5).

Programa Avançado de Gestão para Farmacêuticos (PAGEF)

O PAGEF é um Programa de Gestão concebido especialmente para Farmacêuticos, que tenham ou possam vir a ter responsabilidades de gestão, e pretendam adquirir, aprofundar ou actualizar os seus conhecimentos. Este curso está acreditado pela Ordem dos Farmacêuticos para o processo de revalidação da Carteira Profissional.

A edição de 2011-2012 do PAGEF, que resulta de uma parceria entre a Ordem dos Farmacêuticos e a Católica Lisbon – School of Business & Economics foi reajustada para uma melhor adaptação dos conteúdos programáticos do curso às diferentes áreas de intervenção dos farmacêuticos e revista a sua duração total.

Um total de 18 farmacêuticos concluíram no ano lectivo 2011-2012 a 13.ª edição do Programa Avançado de Gestão para Farmacêuticos. A edição deste ano integrou uma conferência proferida pelo Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) na qual foi analisado o Sector do Medicamento em

Portugal, em particular a grave crise económica e financeira em que está mergulhado e que afecta os diferentes operadores – indústria, distribuidores, grossistas e farmácias.

Em Novembro de 2012 deu-se início à 14ª edição do PAGEF, que conta com 21 participantes. Na sequência do êxito da procura na 14ª edição do Programa Avançado de Gestão para Farmacêuticos (PAGEF) foi decidido iniciar a 9 Abril de 2013 uma nova edição do curso, que será a 15ª. O PAGEF é um programa de referência em Portugal para sector farmacêutico que conta com o patrocínio da AXA Portugal, traduzindo-se na redução do valor da propina que cada participante irá pagar pelo curso.

Formação à distância

Mantendo a política de descentralização de acções de formação, a Direcção Nacional em estreita colaboração com as três Secções Regionais, lançou em Setembro de 2012 uma plataforma de e-Learning. Esta iniciativa decorre de uma parceria entre a Ordem dos Farmacêuticos e a DLC – Distance Learning Consulting, Lda. e a 4Choice Health Consultancy Lda., e permitiu lançar a primeira acção de formação dedicada ao Atendimento em Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica: Sistema Digestivo no Adulto - Parte I (Pirose e Dispepsia). Nesta primeira edição participaram 84 farmacêuticos.

1.16 Eventos

Dia do Farmacêutico´2012

A Ordem dos Farmacêuticos organizou nos dias 25 e 26 de Setembro, em Coimbra, um conjunto de iniciativas para assinalar o Dia Nacional do Farmacêutico. As comemorações iniciaram-se com a inauguração do Centro de Documentação Farmacêutica no edifício contíguo à sede da Secção Regional de Coimbra. No dia seguinte, realizou-se um *Simposium* intitulado "Os Farmacêuticos e a Ética", seguido de uma visita do bastonário aos Serviços Farmacêuticos dos Hospitais da Universidade de Coimbra, tendo o dia terminado com a realização da Sessão Solene Comemorativa no Hotel Quinta das Lágrimas.

Para assinalar a efeméride a Secção Regional de Coimbra (SRC) da Ordem dos Farmacêuticos pôs em marcha um vasto programa que muito prestigia os farmacêuticos portugueses e que muito valoriza a profissão. O início das comemorações, a 25 de Setembro, foi oficialmente marcado com a inauguração do Centro de Documentação Farmacêutica (CDF), ambos sedeados no edifício contíguo à sede da SRC,

que foi totalmente remodelado para o efeito. Além dos momentos simbólicos do descerrar da placa que assinala a inauguração de cada uma destas novas estruturas da OF, a cerimónia ficou também marcada pela formalização da adesão do CDF à Rede Portuguesa de Arquivos e pela celebração de protocolos de colaboração com a Universidade de Coimbra e com o Museu da Farmácia

O dia 26 de Setembro iniciou-se com a realização na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra do *Simposium* intitulado "Os Farmacêuticos e a Ética". Este evento contou com a presença do secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira, na sessão de abertura, e teve como moderador Francisco Carvalho Guerra, presidente do Conselho Nacional de Deontologia Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos. Como conferencistas estiveram presentes o Conselheiro de Estado, Vítor Bento, numa prelecção subordinada ao tema "Economia Moral e Política", o Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, José Barros, com uma intervenção sobre "Ética e Economia em Saúde", e a Professora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Sofia Oliveira Martins, que falou sobre "O Medicamento e a Ética".

No final do *Simposium*, o bastonário, acompanhado por outros membros da Direcção Nacional da OF e de outros órgãos sociais da Instituição, efectuou uma visita aos Serviços Farmacêuticos dos Hospitais da Universidade de Coimbra. A comitiva da OF foi recebida pelo presidente do Conselho de Administração desta unidade hospitalar, José Martins Nunes, tendo a visita sido posteriormente sido conduzida pelo director dos Serviços Farmacêuticos, José Feio. Os dirigentes da OF visitaram também a Unidade de Transplantação do Serviço de Urologia e Transplantação Renal dos Hospitais da Universidade de Coimbra, evidenciando deste modo a relevância da integração efectiva do farmacêutico hospitalar nas equipas multidisciplinares de saúde, patente no trabalho desenvolvido pela farmacêutica Alexandra Torres no acompanhamento farmacêutico neste tipo de intervenções cirúrgicas, nomeadamente da terapêutica farmacológica associada.

As comemorações do Dia do Farmacêutico 2012 terminaram com a realização de uma Sessão Solene comemorativa, que decorreu no Hotel Quinta das Lágrimas, e na qual participaram quase duas centenas de farmacêuticos. Esta cerimónia teve como conferencista convidado o juiz conselheiro jubilado do Supremo Tribunal de Justiça e ex-ministro da Justiça, José Laborinho Lúcio, cuja conferência se intitulou "A Justiça e os Justos".

Durante esta cerimónia, foram entregues as Medalhas de Honra da OF aos farmacêuticos António Proença da Cunha, João Pedro Poiares da Silva, Telmo Figueiredo e Armando Ribeiro Simões, este último a título póstumo.

Foi ainda prestada homenagem aos farmacêuticos que completaram 50 anos de dedicação à profissão e entregues os Prémios Sociedade Farmacêutica Lusitana aos jovens farmacêuticos que, recentemente, concluíram o Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas com as classificações mais elevadas.

Esta cerimónia ficou ainda marcada pela entrega, pelo segundo ano consecutivo, do Prémio de Investigação Científica Professora Doutora Maria Odette Santos-Ferreira, no valor de 10 mil euros, ao trabalho intitulado "O papel dos farmacêuticos na farmacovigilância", apresentado pela farmacêutica e investigadora Teresa Herdeiro.

Congresso Nacional dos Farmacêuticos'2012

A Ordem dos Farmacêuticos organizou o Congresso Nacional dos Farmacêuticos'2012, subordinado ao tema "Mais Intervenção na Sociedade, Melhor Saúde", tendo o evento decorrido entre 2 e 4 de Novembro do presente ano, no Centro de Congressos de Lisboa.

O Congresso Nacional dos Farmacêuticos'2012, fundamentalmente dirigido aos mais de 13 mil farmacêuticos portugueses, este visou promover uma reflexão sobre o sistema de saúde português e a relevância da intervenção profissional em prol dos doentes e dos cidadãos em geral.

Ao realizar-se num clima de severa crise económica, financeira e social que Portugal atravessa e que tem afectado dramaticamente o sector farmacêutico, o congresso permitiu alertar, uma vez mais, para as sérias implicações que tal pode vir a ter ao nível da desestabilização da assistência farmacêutica à população portuguesa. Com efeito, conduziu os presentes a questões essenciais como os méritos da intervenção do farmacêutico no sistema de saúde, a capacidade e a efectividade da intervenção farmacêutica, os decorrentes ganhos em saúde, e os custos e benefícios sociais da intervenção, ou da omissão de intervenção, do farmacêutico.

Para além das sessões plenárias dedicadas à abordagem sociológica do papel dos farmacêuticos, ao acto farmacêutico na sociedade, ao ensino farmacêutico, à ética e à deontologia e à discussão da política de saúde e da política do medicamento, incluiu também sessões paralelas temáticas relativas ao empreendedorismo e competitividade dos farmacêuticos, e ao envelhecimento activo e solidariedade entre gerações, assim como sessões paralelas específicas das áreas profissionais.

Além deste conjunto alargado de conferências distribuídas pelas diferentes sessões plenárias e paralelas, o congresso incluiu também um espaço para apresentação de posters técnico-científicos elaborados por farmacêuticos nas diferentes áreas de intervenção profissional. Prestando um merecido reconhecimento a trabalhos que constituem uma mais-valia, e cuja realização a Ordem dos Farmacêuticos procura estimular e promover, estes posters técnico-científicos foram avaliados por uma Comissão Científica que distinguiu o melhor trabalho submetido em cada área profissional, bem como elegeu o melhor poster presente.

No decorrer da Sessão Solene de Abertura do Congresso Nacional dos Farmacêuticos'2012, que contou com a presença do Senhor Ministro da Saúde, Dr. Paulo Macedo, a Direcção Nacional da Ordem

dos Farmacêuticos, na pessoa do Senhor Bastonário, atribuiu a Medalha de Ouro da Ordem dos Farmacêuticos, a qual constitui o símbolo do mais elevado grau de reconhecimento e distinção concedido pela Ordem dos Farmacêuticos. Aos congratulados, designadamente Senhora Professora Doutora Maria Odette Santos-Ferreira, Senhor Professor Doutor Carlos da Silveira e Senhor Professor Doutor Francisco Carvalho Guerra, foi reconhecida a sua acção extraordinária e indubitável mérito na valorização e progresso das Ciências Farmacêuticas e na defesa da Saúde Pública, assim como a dedicação ao ensino da Farmácia, à investigação científica e à profissão farmacêutica.

Já durante a Sessão Solene de Encerramento, que contou com a presença do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Dr. Fernando Leal da Costa, foi atribuída a Medalha de Honra da Ordem dos Farmacêuticos à Senhora Professora Doutora Margarida Caramona. Assim se procedeu a sua merecida distinção, quer pela grande dedicação e elevado mérito amplamente reconhecido no seu desempenho enquanto Farmacêutica, Professora Universitária e Investigadora, quer pelo extraordinário contributo dado no sentido da valorização da actividade farmacêutica em Portugal.

No decurso do Congresso Nacional dos Farmacêuticos'2012, esteve patente num dos átrios principais do Centro de Congressos de Lisboa, a magnífica exposição fotográfica intitulada "Da Sociedade Farmacêutica Lusitana à Ordem dos Farmacêuticos". Esta exposição, que constitui um exemplar retracto dos momentos mais marcantes da história da Ordem dos Farmacêuticos desde 1835 até ao presente, pôde ser admirada pelos cerca de 1200 participantes, entre Farmacêuticos, estudantes de Ciências Farmacêuticas, Conferencistas e Convidados, que marcaram presença nos eventos.

1º Simpósio Luso-Brasileiro de Farmácia

O 1º Simpósio Luso-Brasileiro de Farmácia, realizado no mesmo local do Congresso Nacional, no dia 1 de Novembro tratou-se de uma organização conjunta da Ordem dos Farmacêuticos e do Conselho Federal de Farmácia do Brasil. Pretendeu-se que constituísse o ponto de partida para a organização de uma plataforma de intercâmbio e partilha regular, apresentou como tema central a "Resposta dos Farmacêuticos à Necessidade de Ganhos em Saúde". Tendo como objectivo primordial fomentar uma reflexão conjunta sobre temas específicos da Farmácia, do Medicamento e das Análises Clínicas, intentou promover a excelência da intervenção farmacêutica em ambos os países e a partilha de experiências profissionais entre farmacêuticos portugueses e farmacêuticos brasileiros.

Durante a Sessão de Abertura do simpósio, a qual contou com a presença do Vice-Presidente do Conselho Federal de Farmácia do Brasil, a Ordem dos Farmacêuticos prestou homenagem, a título póstumo, ao Senhor Professor Nogueira Prista, enquanto "Homem de Grandes Valores" e enquanto Farmacêutico e Professor Universitário de Farmácia, que ajudou a formar várias gerações de farmacêuticos, portugueses e brasileiros.

Após o decurso desta sessão, teve lugar a Cerimónia de Assinatura do Protocolo de Cooperação entre a Ordem dos Farmacêuticos e a Associação dos Farmacêuticos de Moçambique, entidades respectivamente representadas pelo Senhor Bastonário, Carlos Maurício Barbosa, e pelo Senhor Presidente, Sérgio Seny.

Expofarma 2012

A Ordem dos Farmacêuticos marcou presença na Expofarma'2012, que decorreu entre 2 e 4 de Novembro de 2012, no Centro de Congressos de Lisboa, em simultâneo com o Congresso Nacional dos Farmacêuticos'2012.

Para além dos membros da Ordem dos Farmacêuticos que visitaram pelo stand da Ordem na Expofarma, contou-se ainda com a visita de muitos estudantes de Ciências Farmacêuticas, estabelecendo assim um contacto próximo com a entidade que representa a profissão farmacêutica em Portugal.

1.17 Intervenções em representação da Ordem dos Farmacêuticos em Congressos, Conferências e outros eventos

Fórum sobre Regulação Profissional: Associações Públicas Profissionais e Auto-Regulação Profissional
Participação no Painel "Auto-Regulação da Saúde: o olhar das Ordens Profissionais", Carlos Maurício Barbosa
Organização: Ordem dos Nutricionistas
Biblioteca Almeida Garret, Porto, 20 de Janeiro

V Jornadas de Farmácia Hospitalar "Um Futuro com Segurança"
Intervenção na Sessão de Abertura, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar da Ordem dos Farmacêuticos
Hotel Olissippo Oriente, Lisboa, 10 de Fevereiro

XIV Curso de Farmácia Prática
Participação no Painel "A Entrada no Estágio em Farmácia Comunitária", Ana Rita Infante
Organização: Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa
Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 20 de Fevereiro

Cerimónia de Vinculação à Profissão Farmacêutica
Intervenção na Sessão de Abertura, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos
Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 28 de Fevereiro

3º Fórum Ibérico de Úlceras e Feridas
Intervenção na Sessão de Abertura, Patrocínia Rocha
Organização: ELCOS - Sociedade de Feridas
Parque de Exposições de Braga, 8 de Março

Debate sobre "Medicamentos" no âmbito do estudo "Custos e Preços na Saúde"
Intervenção na Sessão, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Fundação Francisco Manuel dos Santos
Universidade Nova de Lisboa, 13 de Março

Reunião Anual do Colégio de Indústria (RACI2012) "GMP's: Back to Basics"
Intervenção na Sessão de Encerramento, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Conselho do Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos
Centro Cultural e de Congressos das Caldas da Rainha, 17 de Março

Debate com Painel de Personalidades
Título da Conferência "Modelos Estratégicos para o Desenvolvimento", Manuela Machado
Organização: Associação Portuguesa de Engenharia e Gestão da Saúde (APEGSaúde)
Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 22 de Março

XVI Seminário da Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (AEFFUL) "O Sector Farmacêutico em Análise – Quando as ameaças se transformam em oportunidades"
Título da Conferência "O Farmacêutico e a Sociedade", Carlos Maurício Barbosa
Organização: AEFFUL
Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 29 de Março

XVI Seminário da Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (AEFFUL) "O Sector Farmacêutico em Análise – Quando as ameaças se transformam em oportunidades"
Título da Conferência "Alterações Legislativas na Área do Medicamento – Evolução Política e Regulamentar do Sector", Luís Baião
Organização: AEFFUL
Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 29 de Março

XVI Seminário da Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (AEFFUL) "O Sector Farmacêutico em Análise – Quando as ameaças se transformam em oportunidades"
Intervenção na Mesa Redonda "Perspectivas Futuras", Eurico Pais
Organização: AEFFUL
Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 29 de Março

Noites na Ordem de Homenagem a José Damas Mora
Intervenção na Sessão de Homenagem, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos (OF)
Secção Regional de Lisboa da OF, 29 de Março

Apresentação da proposta de Normas de Orientação Terapêutica da Ordem dos Farmacêuticos
Conferência de Imprensa, Carlos Maurício Barbosa, Margarida Caramona e António Hipólito de Aguiar
Organização: Ordem dos Farmacêuticos
Sede Nacional da Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 11 de Abril

Encontro Europa-África-América de Saúde
Intervenção na Mesa Redonda, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Associação Portuguesa de Engenharia e Gestão da Saúde (APEGSaúde)
Palácios dos Marqueses da Praia e de Monforte, Loures, 13 de Abril

IV Congresso do Sistema de Saúde Português "Futuro Saúde"
Comentador do Painel de Debate da Sessão Plenária "Liberdade de Escolha, Futuro Impossível?", Carlos Maurício Barbosa
Organização: Associação Portuguesa de Engenharia e Gestão da Saúde (APEGSaúde)
Museu do Design e da Moda (MUDE), Lisboa, 14 de Abril

Conferência/Debate "Medicamentos Genéricos *versus* Medicamento de Marca – Mitos e Realidades"
Conferencista, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Delegação Norte da Associação Nacional das Farmácias (ANF)
Auditório do Edifício ANF, Porto, 18 de Abril

3as Jornadas Atlânticas em Cuidados Farmacêuticos
Intervenção na Mesa de Encerramento, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos
Pousada do Porto - Freixo Palace Hotel, Porto, 20 de Abril

XIII Jornadas de Ciências Farmacêuticas "A Economia na Saúde - O Papel do Farmacêutico"
Título da Conferência "Intervenção do Farmacêutico e Ganhos em Saúde", Carlos Maurício Barbosa
Organização: Núcleo de Ciências Farmacêuticas da Associação de Estudantes do ISCS-Norte
Museu de Penafiel, 21 de Abril

XIII Jornadas de Ciências Farmacêuticas "A Economia na Saúde - O Papel do Farmacêutico"
Intervenção na Mesa Redonda "O Desafio para o Farmacêutico", Carlos Maurício Barbosa
Organização: Núcleo de Ciências Farmacêuticas da Associação de Estudantes do ISCS-Norte
Museu de Penafiel, 21 de Abril

XIV Concurso de Aconselhamento ao Doente (CAD) e Seminário de Prática Farmacêutica
Mesa do Júri, Humberto Gameiro
Organização: Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF)
Plural, Coimbra, 22 de Abril

Sessão de Abertura do 1º Curso de Pós-Graduação em Cuidados Farmacêuticos
Intervenção na Sessão de Abertura, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos, Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, Colegio Oficial de Farmacéuticos de Madrid, Faculdade de Farmácia da Universidade Complutense de Madrid, Universidade Rey Juan Carlos de Madrid, Faculdade de Farmácia da Universidade de São Paulo, Academia Iberoamericana de Farmácia
Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, 28 de Abril

Semanas Complementares de Estágio 2012 – Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa
Intervenção na Abertura da Sessão, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos
Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 2 de Maio

Semanas Complementares de Estágio 2012 – Faculdade de Ciências e Tecnologias da Saúde da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade do Algarve
Intervenção na Abertura da Sessão, Carlos Maurício Barbosa

Organização: Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos
Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 3 de Maio

Debate de Reflexão subordinado ao tema "Controlo do Risco em Instituições de Saúde (Erro, Acidente e Negligência)"
Orador na Mesa de Debate, Paula Almeida
Organização: Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, 3 de Maio

I Workshop "Inovação em Cosmetologia"
Moderador da Sessão, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (FFUP)
FFUP, 4 de Maio

Semanas Complementares de Estágio 2012 – Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz
Intervenção na Abertura da Sessão, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos
Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 9 de Maio

Semanas Complementares de Estágio 2012 – Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa
Intervenção na Abertura da Sessão, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos
Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 10 de Maio

3ª Reunião de Oncologia da Associação Portuguesa de Farmacêuticos Hospitalares (APFH)
Intervenção na Mesa de Abertura, Florbela Braga
Organização: APFH
Hotel Mélia Ria, Aveiro, 18 de Maio

Simpósio "Novas Alterações na Farmacovigilância e Boas Práticas de Distribuição"
Intervenção na Sessão de Encerramento, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Conselho do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares da Ordem dos Farmacêuticos
Hotel Olissippo Oriente, Lisboa, 24 de Maio

Conferência para assinalar o Dia das Doenças do Lisossoma Associação Portuguesa
Título da Conferência "Medicamentos Órfãos", António Melo Gouveia
Organização: Associação Portuguesa das Doenças do Lisossoma
Auditório da Associação Nacional das Farmácias, Lisboa, 26 de Maio

XVII Fórum Farmacêutico da Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (AEFFUP) "Intervenção Farmacêutica, Racionalização da Terapêutica e Ganhos em Saúde"
Título da Conferência "Caracter Assistencial do Farmacêutico – Intervenção do Farmacêutico e Ganhos em Saúde", Carlos Maurício Barbosa
Organização: AEFFUP
Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, 30 de Maio

5as Jornadas Ibéricas e 16as Jornadas Científicas de Análises Clínicas
Intervenção na Sessão de Abertura, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Conselho do Colégio de Especialidade de Analises
Clinicas da Ordem dos Farmacêuticos
Hotel Olissippo Oriente, Lisboa, 2 de Junho

Aula do 13º Programa Avançado de Gestão para Farmacêuticos (PAGEF)
Título do Módulo "Seminários sobre o Sector Farmacêutico", Carlos Maurício Barbosa
Organização: Católica Lisbon, School of Business & Economics
Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 6 de Junho

Debate Frente-a-Frente Ordem dos Farmacêuticos (OF) / Associação Nacional das Farmácias (ANF) / Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF)
Intervenção na Mesa de Debate, António Hipólito de Aguiar
Organização: APEF
Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 8 de Junho

Debate "Segurança de Bases de Dados de Saúde"
Orador na Mesa de Debate, Nuno Barros
Organização: Cooperativa do Ensino Superior, Politécnico e Universitário
Instituto Superior de Ciências da Saúde-Norte, Gandra, 18 de Junho

Conferência "A Saúde e a Profissão Farmacêutica"
Intervenção de Encerramento, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos
Angra do Heroísmo, Açores, 21 de Junho

Cerimónia de Homenagem a João Pedro Toste de Freitas
Intervenção na Sessão de Homenagem, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos
Angra do Heroísmo, Açores, 21 de Junho

Simpósio "Pharmacokinetics and the Pharmaceutical Sciences: a tribute to the career of Professor José Morais"
Intervenção na Sessão Solene de Homenagem, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Sociedade Portuguesa de Ciências Farmacêuticas / Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL)
FFUL, Lisboa, 22 de Junho

Reunião de Preparação para o Debate sobre o Estado da Nação
Intervenção na Mesa de Debate, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Partido Socialista (PS)
Sede Nacional do PS, Lisboa, 2 de Julho

13º Programa Avançado de Gestão para Farmacêuticos (PAGEF)
Cerimónia de Encerramento e Entrega de Diplomas, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Católica Lisbon, School of Business & Economics
Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 4 de Julho

Simpósio "Os Farmacêuticos e a Ética"
Intervenção na Sessão de Abertura, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional de Coimbra da Ordem dos Farmacêuticos
Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, 26 de Setembro

Sessão Solene de Comemoração do Dia Nacional do Farmacêutico
Intervenção na Sessão de Abertura da Conferência "A Justiça e os Justos", Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional de Coimbra da OF
Hotel Quinta das Lágrimas, Coimbra, 26 de Setembro

I Reunião Científica Anual da Sociedade Portuguesa de Farmácia Clínica e Farmacoterapia (SPFCF)
Intervenção na Mesa de Encerramento, Paulo Fonseca
Organização: SPFCF
Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, 29 de Setembro

Reunião do Júri do Prémio Nacional de Saúde 2012
Organização: Direcção Geral da saúde (DGS), Carlos Maurício Barbosa
DGS, Lisboa, 2 de Outubro

XIII Congresso Nacional de Pediatria
Intervenção na Sessão de Abertura, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Sociedade Portuguesa de Pediatria
Centro de Congressos de Tróia, 11 de Outubro

V Congresso Científico da Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF) "Farmacogenómica: Luxo ou Necessidade?"
Intervenção na Mesa de Abertura, Franklim Marques
Organização: APEF
ANF Meeting Center, Porto, 11 de Outubro

Reunião Magna da Farmácia - Acção de Sensibilização "Farmácia de Luto"
Discurso, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF), Associações Portuguesa de Jovens Farmacêuticos (APJF), Sindicato Nacional dos Farmacêuticos (SNF) e Associação Nacional das Farmácias (ANF)
Campo Pequeno, Lisboa, 13 de Outubro

Conferência "O Papel do Farmacêutico no Serviço Regional de Saúde"
Intervenção de Encerramento, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos
Hotel CS Madeira Atlantic Resort, Funchal, 25 de Outubro

Cerimónia de Homenagem a Maria Júlia Rodrigues de Nóbrega
Intervenção na Sessão de Homenagem, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos
Hotel CS Madeira Atlantic Resort, Funchal, 25 de Outubro

Conferência Health SECXXI
Participação no Painel "Gestão e Liderança" - "Medicamentos no Século XXI", Carlos Maurício Barbosa
Organização: Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra
Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, 27 de Outubro

1º Simpósio Luso-Brasileiro de Farmácia "Resposta dos Farmacêuticos à Necessidade de Ganhos em Saúde"
Intervenção na Sessão de Abertura, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Ordem dos Farmacêuticos
Centro de Congressos de Lisboa, 1 de Novembro

Congresso Nacional dos Farmacêuticos'2012 "Mais Intervenção na Sociedade, MELHOR SAÚDE"
Intervenção na Sessão Solene de Abertura, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Ordem dos Farmacêuticos
Centro de Congressos de Lisboa, 2 de Novembro

Cerimónia de Lançamento do Livro "Farmacêuticos 2020 – Os desafios da próxima década"
Intervenção, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Hollyfar
Centro de Congressos de Lisboa, Lisboa, 3 de Novembro

Congresso Nacional dos Farmacêuticos'2012 "Mais Intervenção na Sociedade, MELHOR SAÚDE"
Intervenção na Sessão Solene de Encerramento, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Ordem dos Farmacêuticos
Centro de Congressos de Lisboa, 4 de Novembro

2º Simpósio de Ética do Hospital da Luz
Intervenção na Mesa Redonda "A Ética nas prioridades em Saúde", Carlos Maurício Barbosa
Organização: Hospital da Luz
Hospital da Luz, Lisboa, 9 de Novembro

20ª Conferência "Qualidade e Inovação em Contenção Orçamental"
Mesa de Entrega dos Prémios de Reconhecimento de Boas Práticas da Saúde, Rui Loureiro
Organização: SInASE
Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 12 de Novembro

Cerimónia Protocolar Projecto Geração Saudável e Iniciativa Stent for Life
Discurso, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos e Associação Portuguesa de Intervenção Cardiovascular
Escola E.B 2,3 Marquesa da Alorna, Lisboa, 13 de Novembro

Congresso Científico Anual do Núcleo de Estudantes de Farmácia da Associação Académica de Coimbra (NEF/AAC) "Imunologia, Doenças Imunológicas e Imunoterapias"
Intervenção na Mesa de Abertura, Paulo Fonseca
Organização: NEF/AAC
Unidade Central do Pólo das Ciências da Saúde da Universidade de Coimbra, 15 de Novembro

Programa Avançado de Gestão para Farmacêuticos (PAGEF) 2013
Intervenção na Sessão de Abertura, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Católica Lisbon School of Business & Economics
Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 20 de Novembro

5ª Semana APFH - XV Simpósio Nacional "Da Farmacotecnia à Farmacoterapia"
Intervenção na Mesa de Abertura, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Associação Portuguesa de Farmacêuticos Hospitalares
Centro de Congressos do Estoril, 21 de Novembro

I Feira de Emprego
Intervenção na Sessão de Inauguração, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (AEFFUP) e FARMA|inove
Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, 22 de Novembro

Sessão de Abertura VII Encontro de Acompanhamento Farmacoterapêutico
Intervenção na Mesa de Abertura, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Grupo de Acompanhamento Farmacoterapêutico de Évora / Acompanhamento Farmacoterapêutico (GAFE / ACF)
ÉvoraHotel, Évora, 23 de Novembro

5ª Semana APFH - XV Simpósio Nacional "Da Farmacotecnia à Farmacoterapia"
Intervenção na Mesa de Encerramento, Armando Alcobia
Organização: Associação Portuguesa de Farmacêuticos Hospitalares
Centro de Congressos do Estoril, 23 de Novembro

VII Encontro de Acompanhamento Farmacoterapêutico
Intervenção na Mesa de Encerramento, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Grupo de Acompanhamento Farmacoterapêutico de Évora / Acompanhamento Farmacoterapêutico (GAFE / ACF)
ÉvoraHotel, Évora, 24 de Novembro

Conferência "Vertente Social do Farmacêutico" integrada na "Homenagem a uma Figura Eminente U.Porto 2012 - Aníbal Cunha"
Conferencista, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Universidade do Porto
Salão Nobre da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, 28 de Novembro

Noites na Ordem de Homenagem a Carlos Laranjeira Henriques
Intervenção na Sessão de Homenagem, Carlos Maurício Barbosa
Organização: Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos (OF)
Secção Regional de Lisboa da OF, 29 de Novembro

Sessão de Encerramento da "Homenagem a uma Figura Eminente U.Porto 2012 - Aníbal Cunha"
Intervenção na Mesa Redonda "Os Farmacêuticos no Sistema de Saúde", Carlos Maurício Barbosa
Organização: Universidade do Porto
Reitoria da Universidade do Porto, 13 de Dezembro

2. Plano Externo – Políticas Profissionais e de Saúde

2.1 Exercício Farmacêutico

É fundamental reforçar o contexto jurídico para garantir que os farmacêuticos, nas diferentes áreas profissionais, desenvolvem a sua actividade com autonomia e independência, tanto mais porque na indústria, na distribuição, nas análises clínicas, na farmácia comunitária e na farmácia hospitalar não vigora o princípio da indivisibilidade da propriedade e direcção técnica.

Por isso mesmo, continuamos a considerar necessária a existência de uma regulamentação transversal do exercício farmacêutico, complementar do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos e do Código Deontológico.

Em 2012 a Direcção Nacional prosseguiu a elaboração de propostas de regimes legais, que possam vir a consubstanciar uma "lei do exercício farmacêutico", seja para o sector do medicamento, seja para o sector analítico, englobando as diferentes áreas de intervenção farmacêutica.

O documento elaborado para o sector do medicamento foi colocado em audição pública e, desta forma, em 2012, os farmacêuticos portugueses tiveram oportunidade de enviar os seus comentários e sugestões ao documento, que foram remetidas para apreciação do grupo de trabalho criado para o efeito. Após análise dos contributos dos farmacêuticos foi elaborada uma nova versão para análise da próxima Direcção Nacional.

Em 2012 foi ainda dada continuidade ao desenvolvimento do documento que possa vir a consubstanciar a "lei do exercício farmacêutico" para o Sector Analítico que engloba as análises clínicas e a genética, as análises ambientais, hidrológicas, bromatológicas e toxicológicas.

2.2 Carreira Farmacêutica

A Ordem dos Farmacêuticos considera que as características específicas dos farmacêuticos justificam a individualização da intervenção farmacêutica em carreira própria e distinta, que permita a efectiva autonomia técnica e deontológica e a devida valorização das três grandes áreas de intervenção farmacêutica no âmbito hospitalar: Farmácia Hospitalar, Genética Humana e Análises Clínicas. A defesa da criação da carreira farmacêutica manteve-se durante o ano transacto como uma firme prioridade da Direcção Nacional.

2.3 Farmácia Comunitária

Alterações ao Regime Jurídico das Farmácias Comunitárias

O Decreto-Lei nº 171/2012, de 1 de Agosto, introduz alterações ao Decreto-Lei nº 307/2007, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina. Ao abrigo do novo diploma, que entrou em vigor a 1 de Outubro, é criado um regime excepcional de funcionamento para as farmácias cujo valor de facturação ao SNS seja igual ou inferior a 60 por cento do valor da facturação média anual por farmácia ao SNS, no ano civil anterior.

As farmácias que se encontrem nesta situação podem beneficiar da dispensa da obrigatoriedade do segundo farmacêutico, de uma redução das áreas mínimas e do horário de funcionamento.

Durante o período em que o diploma foi submetido à apreciação dos parceiros, durante o mês de Abril, a OF emitiu um parecer em que considerou o modelo proposto inadequado para os fins que pretende alcançar, manifestando o seu absoluto desacordo por não resolver o problema da falta de sustentabilidade económica e financeira com que as farmácias actualmente se debatem.

Ao invés, a instituição deste novo regime pode conduzir à diminuição da qualidade da assistência farmacêutica prestada a muitas populações, provocando situações de inaceitável iniquidade entre os portugueses.

Modelo de Propriedade da Farmácia Comunitária

Ao longo do ano, a OF defendeu, em diversas ocasiões, a sua posição relativa ao modelo de propriedade da farmácia, nomeadamente o princípio da indivisibilidade da propriedade e da direcção técnica da farmácia. Este modelo vigora em muitos Estados-membros da União Europeia – como a Alemanha, a Dinamarca, a França, a Espanha e a Itália, entre outros – e constituiu, até 2007, uma trave mestra fundamental da farmácia portuguesa.

Foi inclusivamente sugerido ao Governo que as alterações introduzidas ao Decreto-Lei nº 307/2007 durante o corrente ano constituiriam o momento apropriado para que Portugal voltasse a consagrar legalmente a indivisibilidade da propriedade e da direcção técnica da farmácia.

Este princípio está em confluência com acórdãos do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias de Maio de 2009 sobre o assunto (Processos C-531/06 e C-171/07 e C-172/07), que declaram, de forma inequívoca, que, por razões de saúde pública, relacionadas com a qualidade e a segurança na dispensa de medicamentos, a propriedade da farmácia pode ser reservada aos farmacêuticos. E também com a decisão da Comissão Europeia, de Novembro de 2011, referente ao encerramento dos procedimentos de infracção IP/06/858, IP/08/1352 e IP/08/1785 pendentes contra vários Estados-membros (Alemanha, Áustria, Espanha, Itália e Portugal), relacionadas com a propriedade da farmácia por terem sido considerados sem provimento.

A Ordem considera que o modelo liberal que continua em vigor promove e dá primazia à vertente comercial, não sendo o que melhor salvaguarda, de forma efectiva, a saúde pública e os interesses da população. Pelo contrário, a indivisibilidade entre a propriedade e a direcção técnica garante mais e melhor a autonomia e independência do exercício profissional na farmácia comunitária.

A OF entende ainda que um farmacêutico director-técnico deverá ser proprietário da respectiva farmácia, não podendo acumular qualquer outra propriedade de farmácia, pelo que discorda da

possibilidade de uma mesma pessoa, singular ou colectiva, deter ou exercer, em simultâneo, directa ou indirectamente, a propriedade, a exploração ou a gestão de até quatro farmácias, conforme o previsto na legislação em vigor.

Metodologia de Atribuição de Alvarás

A Ordem dos Farmacêuticos considera que a metodologia actualmente em vigor de atribuição de alvarás de novas farmácias através de sorteio, não se coaduna com a actividade de reconhecido interesse público desenvolvida pelas farmácias. Não se pode compreender nem aceitar que a atribuição de uma farmácia fique dependente de "sorte" e não do cumprimento de critérios profissionais que assegurem a qualidade técnica e profissional da assistência farmacêutica prestada.

A atribuição de alvarás de farmácias comunitárias deve assim privilegiar os profissionais farmacêuticos que, com base na sua formação técnico-científica, experiência profissional e obrigações deontológicas, dão garantias ao Estado de que os vão colocar ao serviço dos cidadãos. No entender da OF, o Estado não pode e não deve abdicar desta prerrogativa.

Contudo, ainda que se mantenha a possibilidade de realização de sorteio nos casos de empate, entende que a graduação dos concorrentes deve ser previamente feita com base em critérios relacionados com a actividade propriamente dita da farmácia, como o currículo profissional dos concorrentes; a tipologia e a quantidade de serviços farmacêuticos que os concorrentes se propõem prestar; o horário de funcionamento proposto; o quadro de pessoal proposto; etc.

Com efeito, durante o ano de 2012 foi publicada a Portaria nº 352/2012, de 30 de Outubro, que regula os procedimentos de licenciamento e de atribuição de alvará a novas farmácias, a transferência da localização de farmácias e o averbamento no alvará.

Este diploma veio revogar a Portaria nº 1430/2007 e, embora na sua essência não introduza grandes alterações ao regime anteriormente em vigor, consagra as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 171/2012, que estabelece um regime excepcional de funcionamento de farmácias de menor dimensão.

Fundamentalmente, são eliminados os procedimentos relativos à graduação dos candidatos a concurso em função do número de farmácias detidas ou geridas e reduzidos significativamente os custos dos actos praticados pelo Infarmed. No entanto, passa também a estar contemplado um conjunto de custos associados à emissão de certidões ou fotocópias simples.

O parecer da OF sobre este diploma reiterou o princípio de que a atribuição de alvarás de farmácias comunitárias deve privilegiar os profissionais farmacêuticos que, com base na sua formação técnico-científica, experiência profissional e obrigações deontológicas, dão garantias ao Estado de que os vão colocar ao serviço dos cidadãos. Por esta razão, a Ordem entende que, nos concursos para

atribuição de alvarás para novas farmácias, a condição de farmacêutico deveria ter preferência sobre qualquer outra.

Alteração do regime de horários e de turnos das farmácias

O Decreto-Lei nº 172/2012, publicado em Diário da República a 1 de Agosto, altera os critérios e capitações para a existência de farmácias de turno de serviço permanente e de turno de regime de disponibilidade, determinando ainda a supressão do turno de regime de reforço.

No parecer emitido sobre o projecto de Decreto-Lei, a OF reconheceu que a revisão deste regime poderia constituir um contributo para a sustentabilidade económica e financeira das farmácias, pelo que apresentou a sua concordância, na generalidade, com a proposta apresentada pelo Gabinete do Secretário de Estado da Saúde. A OF manifestou, em particular, a sua concordância com a supressão do turno de regime de reforço por considerar que permite uma melhor gestão dos períodos de funcionamento das farmácias, sem pôr em causa a acessibilidade da população ao medicamento, já que se mantêm os turnos de serviço permanente e o regime de disponibilidade.

Adicionalmente, a OF sugeriu que fosse devidamente ponderada a necessidade de as farmácias das localidades com menos de 20.000 habitantes passarem a ser obrigadas a realizar turnos de serviço permanente, defendendo que não se devem impor encargos adicionais às farmácias que se encontram nesta situação, considerando que nestes casos o regime de disponibilidade será o mais adequado. Do mesmo modo, não vislumbrou os motivos pelos quais se diminui a capitação de 120 mil habitantes para 100 mil habitantes nos municípios com serviços de urgência do SNS onde esteja instalada uma farmácia de dispensa de medicamentos.

A OF recordou ainda que o actual regime de remuneração das farmácias se tem revelado manifestamente insuficiente para as farmácias continuarem a fazer face aos seus custos com pessoal, conduzindo, inevitavelmente, à redução de recursos humanos qualificados – farmacêuticos – e, por conseguinte à diminuição da qualidade da assistência farmacêutica disponibilizada à população portuguesa. Este motivo, associado à prestação de trabalho suplementar, para assegurar o regime de turnos, levou a que a OF tenha proposto que fosse considerada uma taxa de serviço nocturno na dispensa de medicamentos pelas farmácias em regime de turnos. Neste âmbito, a Ordem considerou ainda que deverão ser fixados valores máximos adequados para taxas de serviço nocturno a aplicar na dispensa de medicamentos pelas farmácias em regime de turnos, entre as 19horas de um dia e as 8 horas do dia seguinte, quer nas situações em que o medicamento é prescrito em receita médica do próprio dia ou do dia anterior, quer nas outras situações.

Em relação aos horários de funcionamento das farmácias, o Governo submeteu à apreciação da OF, em duas ocasiões distintas, outros tantos projectos de portaria, tendo em vista regular o período mínimo

de funcionamento das farmácias. No parecer relativo ao primeiro projecto de diploma, enviado ao secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira, a 19 de Maio, a OF manifestou a sua concordância com a redução do período mínimo de funcionamento semanal das farmácias de 50 horas para 44 horas e, no caso de farmácias em regime de disponibilidade, de 44 horas para 40 horas, já que os períodos mínimos actualmente em vigor não só nem sempre correspondem a uma necessidade real das populações (nos períodos em que a afluência às farmácias se estende por um período mais alargado do dia, estas já praticam voluntariamente horários alargados), como, em muitos casos, contribuem para dificultar a sustentabilidade económica das farmácias. Como princípio geral, a OF considera que, após a fixação da legislação dos períodos mínimos de funcionamento semanal das farmácias, estas devem ter possibilidade de estabelecer o horário que melhor se adeqúe às reais necessidades das populações que servem.

Contudo, durante o mês de Agosto, a OF foi confrontada com uma nova proposta do Governo sobre esta mesma matéria. No parecer emitido a 24 de Agosto, a Ordem considerou que o novo projecto de portaria constituía um inesperado retrocesso em relação à proposta apresentada em Maio passado, uma vez que, desta vez, a tutela pretendia manter em 50 horas o período mínimo de funcionamento semanal das farmácias. Neste parecer a Ordem alerta o secretário de Estado para a grave situação que afecta o sector das farmácias, considerando que a assistência farmacêutica e medicamentosa aos portugueses está hoje em risco por via da falta de sustentabilidade económica destas unidades. Por este motivo, a OF considerou ser do mais elementar bom senso reduzir o horário mínimo de funcionamento semanal das farmácias de 50 horas para 44 horas, tal como, aliás, constava na primeira versão do projecto de diploma. Esta redução, no entender da OF, permite também às farmácias a racionalização de recursos, como as circunstâncias exigem e impõem, do mesmo modo que o Ministério da Saúde tem procurado fazer, e bem, nas unidades públicas de saúde.

A Ordem lamentou ainda que o Ministério da Saúde não tivesse acolhido no Decreto-Lei nº 172/2012 a proposta para que fosse considerada uma taxa de serviço nocturno na dispensa de medicamentos pelas farmácias em regime de turnos. Adicionalmente, constatou que o projecto de portaria remetido pelo secretário de Estado em Agosto mantinha inalterado o valor máximo de 1,50 euros por utente, que as farmácias de turno de serviço permanente ou de regime de disponibilidade poderiam cobrar na dispensa de medicamentos prescritos em receita do próprio dia ou do dia anterior. A OF considerou que se tratava de um lapso, já que o referido valor não era revisto há mais de dez anos.

Em suma, a OF considerou muito gravosa para as farmácias a nova versão do projecto de portaria e apelou ao Ministério da Saúde para que reconsiderasse as normas constantes no diploma e retomasse as suas próprias propostas, apresentadas três meses antes.

Neste seguimento, foi publicada a 12 de Setembro a Portaria nº 277/2012, que veio regulamentar o horário padrão das farmácias comunitárias e regular as escalas de turno, bem como o valor das taxas a

cobrar pela dispensa de medicamentos não prescritos no próprio dia ou no dia anterior, e que contempla algumas propostas apresentadas pela OF no período em que o diploma foi submetido à apreciação dos parceiros.

Modelo de Remuneração da Farmácia Comunitária

A resolução da falta de sustentabilidade económica e financeira das farmácias passa inevitavelmente pela adopção de medidas de carácter estrutural. Desde logo, é urgente tomar medidas no que respeita ao modo de remuneração das farmácias pela sua importante função social de dispensa de medicamentos à população.

Neste contexto, a Ordem dos Farmacêuticos tem defendido a urgente instituição de uma nova modalidade de remuneração da farmácia, mais racional e alicerçada no exercício profissional, baseada num sistema misto, como já sucede em vários países europeus, como a Suíça, Alemanha, Holanda, Bélgica, entre outros, em que uma parte significativa da margem é substituída por um valor respeitante ao acto farmacêutico subjacente ao processo de dispensa dos medicamentos.

Esta mesma posição foi assumida pela OF no parecer enviado à deputada Paula Santos sobre a petição individual apresentada à Assembleia da República pela farmacêutica Carolina Mosca. Segundo a OF, a iniciativa espelha a situação de profunda crise económica e financeira em que se encontra mergulhada a farmácia comunitária portuguesa e que constitui motivo da maior preocupação.

A signatária requereu a intervenção do Parlamento no sentido de rever a legislação aplicável em vários domínios da actividade farmacêutica, em especial no âmbito da farmácia comunitária, tendo a OF acrescentado que se impõe tomar medidas que assegurem a sustentabilidade económica e financeira das farmácias, em particular, dada a sua maior fragilidade, das situadas em locais de menor densidade populacional ou que servem populações mais carenciadas.

Ainda neste domínio, a OF promoveu no final de 2012 a realização de um conjunto de conferências em Lisboa, Coimbra e Porto com o professor da Universidade de Laval, no Canadá, Marc Desgagné, tendo este apresentado o modelo assistencial do exercício farmacêutico no seu país, bem como o respectivo sistema de remuneração das farmácias, e alguns resultados da prestação de serviços farmacêuticos.

Integração do Farmacêutico Comunitário no Sistema de Cuidados de Saúde Primários

As farmácias comunitárias portuguesas são verdadeiras unidades de saúde, vocacionadas para a prestação de cuidados de saúde à população. Por isso mesmo, reúnem condições para integrar a rede nacional de cuidados de saúde primários.

A Direcção Nacional tem vindo a afirmar que Portugal e os portugueses muito beneficiariam com a efectiva integração e com a participação activa dos farmacêuticos nos cuidados de saúde primários, quer nas farmácias, quer nos centros de saúde.

Em diferentes ocasiões, o bastonário da OF sugeriu o desenvolvimento do conceito de farmacêutico de família, com funções assistenciais de proximidade. O farmacêutico clínico está capacitado para identificar os problemas dos doentes relacionados com os medicamentos, gerir a farmacoterapia, dispensar medicamentos e outros produtos de saúde, aconselhar os doentes, monitorizar a terapêutica instituída e comunicar com os outros profissionais de saúde que acompanham o doente, tendo sempre em vista maximizar os resultados clínicos alcançados.

A Ordem dos Farmacêuticos reforçou também durante o ano de 2012 a participação dos farmacêuticos na promoção da saúde e prevenção da doença na população, com especial importância na educação para a saúde. E, bem assim, na realização sistemática de rastreios, tendo em vista a identificação de indivíduos suspeitos de patologias crónicas e a detecção precoce de factores de risco.

2.4 Prescrição de medicamentos pela Denominação Comum Internacional (DCI)

No âmbito da política do medicamento, o ano de 2012 ficou marcado de forma indelével pela instituição da obrigatoriedade da prescrição de medicamentos pela DCI. Após mais de 20 anos repletos de declarações de intenções e não obstante o facto de esta medida, invariavelmente, ter feito parte dos programas eleitorais dos partidos políticos e também dos programas dos sucessivos governos, foi finalmente alcançado o consenso político que permitiu a sua efectiva implementação no nosso País.

A Lei nº 11/2012, de 8 de Março, da Assembleia da República, que "estabelece as novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos" foi aprovada por todos os grupos parlamentares, à excepção do PCP, que se absteve. Paralelamente, foram publicados vários diplomas que regulamentam a aplicação da medida – Portaria nº 137-A/2012, de 11 de Maio, que "estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição de medicamentos, os modelos de receita médica e as condições de dispensa de

medicamentos, bem como define as obrigações de informação a prestar aos utentes"; Portaria nº 340/2012, de 25 de Outubro, que "regula os mecanismos de avaliação e controlo no âmbito da prescrição e dispensa de medicamentos, cria as Comissões de Farmácia e Terapêutica de cada Administração Regional de Saúde (CFT-ARS) e estabelece as respectivas atribuições, composição e funcionamento"; Despacho nº 15700/2012, de 10 de Dezembro, do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde, relativo aos novos modelos de receita médica; e Deliberação nº 70/CD/2012, de 24 de Maio, do Conselho Directivo do Infarmed, que define as substâncias activas com margem ou índice terapêutico estreito.

A Direcção Nacional acompanhou de perto todo o processo legislativo que conduziu à aprovação da versão final desta Lei da Assembleia da República, quer emitindo pareceres escritos, quer participando activamente em reuniões de trabalho com o ministro da Saúde e com deputados dos partidos políticos com assento parlamentar, quer ainda participando em audições promovidas pela Comissão Parlamentar de Saúde. De igual modo, foram emitidos vários pareceres aos diplomas que a regulamentam, tendo o bastonário se pronunciado publicamente, em diversos eventos e em declarações aos órgãos de comunicação social, e a título privado, em audiências e reuniões com o ministro da Saúde e com o secretário de Estado da Saúde, sobre a operacionalização da medida.

No dia 4 de Janeiro, o bastonário foi recebido em audiência pelo ministro da Saúde, Paulo Macedo, num encontro solicitado pelo próprio bastonário, em que o ministro se fez acompanhar pelo secretário de Estado adjunto do ministro da Saúde, Fernando Leal da Costa. Nesta audiência com os governantes foi analisado o processo legislativo, tendo em atenção que a proposta de lei do Governo estava em discussão na especialidade pela Comissão Parlamentar de Saúde, juntamente com três projectos de lei do PS, BE e PCP sobre o mesmo assunto. Neste mesmo dia, realizaram-se ainda reuniões com o deputado do PSD Miguel Santos, que esteve acompanhado pelo deputado Nuno Reis, e com a vice -presidente do CDS, a deputada Teresa Caeiro. Alguns dias mais tarde, a 18 de Janeiro, o bastonário apresentou a posição da Ordem sobre o tema, numa audição promovida pela Comissão Parlamentar de Saúde, em que se fez acompanhar pelo vice-presidente da OF, Armando Alcobia, e pelo director da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL), José Morais, co-autor da *guideline* europeia sobre bioequivalência de medicamentos, que, dias antes, havia enviado a todos os deputados da Comissão Parlamentar de Saúde um texto da sua autoria e da professora de Farmacologia da FFUL, Maria Rosário Lobato, apresentando esclarecimentos quanto à equivalência terapêutica de medicamentos genéricos.

Durante este período, o bastonário da OF defendeu com firmeza a conduta ética e profissional dos farmacêuticos comunitários, tendo inclusivamente solicitado ao seu homólogo da Ordem dos Médicos que concretizasse as graves declarações e acusações que este vinha fazendo na comunicação social sobre alegadas irregularidades na dispensa de medicamentos genéricos nas farmácias.

Tal como foi proposto pela OF no decurso do processo legislativo, a avaliação das justificações técnicas apresentadas pelos médicos para impedir a substituição de medicamentos genéricos e das condições em que é efectuada a sua dispensa pelas farmácias ficará a cargo de Comissões de Farmácia e Terapêutica a funcionar junto das ARS. Estas comissões são compostas paritariamente por médicos e farmacêuticos, no mínimo de quatro e um máximo de seis membros, sendo as Ordens dos Farmacêuticos e dos Médicos responsáveis pela nomeação de um representante. Neste seguimento, a OF tem vindo a indicar o seu representante nas comissões entretanto já constituídas por algumas ARS.

A instituição da obrigação de prescrição de medicamentos por DCI motivou também a aprovação do novo modelo de receita médica. O projecto de novos modelos de receita médica submetido à apreciação da OF, no início de Setembro previa a existência de um campo, na parte da frente da receita, para que o doente, no momento da prescrição, declarasse se pretende ou não exercer o seu direito de opção. Esta disposição mereceu a total discordância da OF, já que contraria a lei que instituiu a obrigatoriedade da prescrição de medicamentos por DCI. Além do parecer enviado ao secretário de Estado da Saúde, o bastonário dirigiu uma carta ao ministro da Saúde manifestando o seu mais veemente desacordo e solicitou a intervenção do ministro, tendo em vista assegurar a legalidade do diploma. Mais tarde, o gabinete do secretário de Estado da Saúde informou a OF, e os restantes parceiros sociais, que os modelos finais não contemplariam a existência desse campo. Contudo, contrariamente à versão enviada pelo gabinete do secretário de Estado da Saúde, no início de Outubro, ao bastonário e aos outros parceiros ouvidos, e classificada por este como "final", o modelo que veio a ser efectivamente publicado comtempla a existência de um campo, na parte da frente da receita médica, onde o doente, no momento da prescrição, declara se pretende ou não exercer o direito de opção quanto à sua medicação. Esta disposição foi fortemente reprovada pela OF desde o início, e motivou inclusivamente que o bastonário tenha dirigido uma carta ao ministro da Saúde com o intuito de apresentar a posição da Ordem sobre esta matéria e a solicitar a sua intervenção.

Foi portanto com enorme perplexidade que a OF constatou que o diploma publicado mantém os referidos campos na parte da frente da receita, em total desacordo com o que havia sido transmitido pela tutela. A OF manifestou a mais veemente discordância e preocupação que, através da definição dos novos modelos de receita médica, seja desvirtuado o sentido e o espírito de uma lei tão importante para o País e para os portugueses, há poucos meses aprovada com amplo consenso pela Assembleia da República e promulgada pelo Presidente da República e que, inequivocamente, vem tornar obrigatória a prescrição dos medicamentos pela DCI das respectivas substâncias activas.

Em face destes desenvolvimentos, a OF irá apresentar um requerimento ao Ministério Público no sentido de que este interponha uma acção judicial nos tribunais administrativos solicitando a ilegalidade, com força obrigatória geral, do despacho, bem como a sua suspensão provisória, até que o mesmo venha a ser anulado judicialmente.

2.5 Normas de Orientação Terapêutica

Consciente da importância do uso racional dos medicamentos, a Ordem dos Farmacêuticos (OF) constituiu no início de 2011 um Grupo de Trabalho que, sob a coordenação da professora catedrática da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (FFUC), Margarida Caramona, elaborou uma proposta de Normas de Orientação Terapêutica respeitantes às patologias cujos grupos terapêuticos representaram, em 2009, o maior peso nos encargos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) no ambulatório.

São 10 grupos farmacoterapêuticos que, no conjunto, foram responsáveis por 77 por cento da despesa pública total com medicamentos. Resultaram assim 19 Normas de Orientação Terapêutica correspondentes a outras tantas patologias, que, no entender da OF, poderão contribuir positivamente para que os prescritores portugueses possam basear cada vez mais e melhor a decisão farmacoterapêutica na mais recente evidência científica e num profundo conhecimento das relações benefício/risco e custo/efectividade. E ainda harmonizar e uniformizar a intervenção dos profissionais de saúde, garantindo aos doentes igualdade no acesso às terapêuticas. Obviamente, as normas não podem abranger todas as complexidades inerentes a cada indivíduo. E não substituem, não podem substituir, a imprescindível avaliação médica, nem constituem, para o médico, a única abordagem possível em cada caso.

A OF apresentou publicamente, em conferência de imprensa realizada no dia 11 de Abril, a proposta sobre "Normas de Orientação Terapêutica" elaborada por este Grupo de Trabalho, que o bastonário havia entregado pessoalmente ao ministro da Saúde, a 8 de Julho de 2011, poucos dias após o Governo entrar em funções.

O livro editado pela OF foi entregue pessoalmente pelo bastonário da OF ao Director-Geral da Saúde em Maio de 2012.

Além da publicação em livro, as Normas de Orientação Terapêutica foram também publicadas em CD-ROM.

2.6 Formulário Nacional de Medicamentos para o Ambulatório

A OF tem defendido a instituição de um Formulário Nacional de Medicamentos para o Ambulatório, elaborado com base em critérios técnico-científicos e suportado em rigorosos estudos de avaliação da

relação custo/efectividade dos medicamentos. Tendo em vista a elaboração deste importante formulário, a OF propôs ao Ministério da Saúde a criação de uma Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica constituída por médicos e farmacêuticos, que funcionaria na esfera do Infarmed e cuja composição deveria ser paritária, tal como sucede com as comissões que funcionam em meio hospitalar. Idealmente, os membros desta Comissão Nacional deveriam ser provenientes das Comissões de Farmácia e Terapêutica das Administrações Regionais de Saúde.

2.7 Prescrição Electrónica

A Ordem manifestou junto do Ministério da Saúde a defesa da instituição plena da prescrição electrónica em Portugal, envolvendo a desmaterialização da receita médica, na esteira da experiência piloto realizada no distrito de Portalegre, entre Janeiro de 2005 e Novembro de 2006, e a exemplo do que hoje sucede em vários países europeus. Lamentavelmente, a tutela nunca sentiu a necessidade de auscultar a OF sobre esta matéria, pese embora as garantias de que participará neste processo.

No início do ano, o bastonário chegou mesmo a enviar o ministro da Saúde um estudo intitulado "Prescrição electrónica, um olhar sobre a sua implementação", da autoria de Filipa Alves da Costa, professora do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, realizado em duas farmácias da região de Lisboa.

A OF tem vindo a defender que a prescrição electrónica aumentará fortemente os níveis de eficiência e melhorará os níveis de segurança, permitindo maior comodidade aos doentes e o seu melhor acompanhamento pelos profissionais de saúde, potenciando uma efectiva gestão integrada da doença e permitindo maior controlo da despesa e maior combate à fraude.

A Ordem dos Farmacêuticos considera ainda o modelo a adoptar para a instituição da receita electrónica em Portugal não deverá fixar-se apenas na componente administrativa, mas deverá ser encarado como uma importante oportunidade para a prestação de melhores cuidados de saúde à população. Neste processo, deverá ser reconhecido o importante papel do farmacêutico na prestação de cuidados de saúde. Assim, deve ser consagrada a possibilidade de os farmacêuticos acederem ao historial farmacoterapêutico dos doentes e aí poderem inscrever informação que se revele importante. Não temos qualquer dúvida de que o conhecimento, por parte dos farmacêuticos, do perfil fisiopatológico do doente e da sua história farmacoterapêutica é vital para a prestação de melhores cuidados de saúde à população.

Segundo informações veiculadas pelo Governo, a generalização da prescrição electrónica de medicamentos deve ser concretizada em 2013, pelo menos é esse o prazo que ficou estabelecido no

Despacho do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde que institui o novo modelo de receita médica. Tal prática tornou-se também obrigatória em 2012 para a prescrição de medicamentos para dispensa em regime de ambulatório pelas farmácias hospitalares através de sistemas de prescrição electrónica.

Em 2012, a prescrição electrónica tornou-se também obrigatória na Região Autónoma da Madeira. Em parecer enviado à 5ª Comissão Especializada Permanente de Saúde e Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, a OF manifestou-se totalmente favorável à desmaterialização da receita médica e de todo o circuito administrativo do medicamento. Contudo sublinhou que as vantagens que, à partida, a prescrição electrónica apresenta dependem do modelo que se pretenda seguir, pelo que se disponibilizou para colaborar com o Governo da Região Autónoma da Madeira e com a Comissão Especializada Permanente de Saúde e Assuntos Sociais para a elaboração de um novo modelo de receita médica que permita uma efectiva implementação do modelo de prescrição electrónica e a desmaterialização de todo o circuito administrativo dos medicamentos.

2.8 Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica

No que respeita aos Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica (MNSRM), a OF reiterou ao longo de 2012 que o medicamento, seja legalmente sujeito ou não a receita médica, não pode ser encarado como um bem de consumo corrente. Banalizá-lo representa riscos para a saúde pública, pelo que é necessário garantir que a sua utilização é feita de forma racional, segura e efectiva. Assim, por razões de saúde pública, a OF defende a elaboração, com base em critérios técnico-científicos, de uma lista de MNSRM cuja dispensa seja exclusiva em farmácias comunitárias.

Esta posição é justificada pelo facto de o conjunto de medicamentos disponíveis fora das farmácias, isto é, nos locais de venda de MNSRM, ter vindo a alargar-se muito significativamente e, neste momento, incluir medicamentos de uso prolongado ou que contêm substâncias activas, que, pela sua natureza, exigem aconselhamento e acompanhamento farmacêutico.

Por isso, a OF defende a consagração legal da chamada "terceira lista" de MNSRM. A exemplo do que sucede na maioria dos Estados-membros da União Europeia, em que MNSRM estão disponíveis fora das farmácias, designadamente no Reino Unido e na Holanda", pode ler-se no parecer, acrescentando que, de entre os 12 Estados-membros da UE (do total de 27) em que MNSRM estão disponíveis fora das farmácias, somente Portugal, Itália, Bulgária e Roménia não têm instituída uma "terceira lista" de MNSRM.

2.9 Preços dos medicamentos

Foi publicado em Diário da República no dia 12 de Julho o Decreto-Lei nº 152/2012, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 112/2011, de 29 de Novembro, que aprova o regime da formação do preço dos medicamentos sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica comparticipados.

No cumprimento de uma das medidas previstas no Memorando de Entendimento assinado entre o Estado português e a troika, que determina a implementação de medidas específicas em relação ao regime de fixação de preços de medicamentos, o Governo atribui ao Infarmed a responsabilidade pela fixação dos preços de venda ao público dos medicamentos sujeitos a receita médica e dos não sujeitos a receita médica comparticipados, transferindo para a Autoridade Nacional do Medicamento uma competência que era partilhada com o Ministério da Economia e do Emprego.

Contudo, este diploma, além de transferir para o Infarmed esta responsabilidade, que até então estava atribuída à Direcção Geral das Actividades Económicas (DGAE), a qual continuará a ser ouvida sobre esta matéria, para emissão de parecer não vinculativo, estabelece uma nova forma de cálculo do Preço de Venda ao Público (PVP) dos medicamentos de referência.

Assim, "o PVP do medicamento de referência é determinado pela média do PVP desse medicamento nos dois anos imediatamente anteriores ao pedido de preço do primeiro medicamento genérico". Esta nova metodologia de aprovação dos medicamentos genéricos carece ainda de regulamentação, pelo que apenas se aplicará com a entrada em vigor da correspondente portaria.

Não obstante, a OF saudou o Governo pela introdução desta alteração, considerando que impede a manipulação do mercado e que permite a entrada de novos medicamentos genéricos no mercado.

Até agora, os medicamentos de marca com a patente em vias de expirar podiam fazer uma redução voluntária do preço de forma a que, quando perdessem a patente, o preço estava tão baixo que inviabilizaria a entrada no mercado de medicamentos genéricos para essa substância activa, uma vez que o medicamento genérico tem de ser, pelo menos, 50 por cento mais baixo que o medicamento de referência.

Assim, deixa de contar o Preço de Venda ao Público (PVP) do medicamento de referência no momento em que o medicamento genérico entra no mercado, para passar a contar a média do PVP do medicamento de referência ao longo dos últimos dois anos.

A OF considerou muito positiva a solução encontrada, pois era inadmissível que os medicamentos de marca impedissem, através de um expediente administrativo relacionado com o price linkage, a entrada de novos medicamentos genéricos no mercado.

Esta medida potencia o aparecimento de novos medicamentos genéricos no mercado e contribui para um aumento da sua quota de mercado.

2.10 Estatuto do Medicamento

No final de 2012, foi solicitado o parecer da OF sobre um projecto de Decreto-Lei que visa proceder à sétima alteração ao Estatuto do Medicamento – DL nº 176/2006. Esta iniciativa vem reformular o Sistema Nacional de Farmacovigilância, de forma a incorporar e transpor forma a incorporar e transpor para o ordenamento jurídico nacional a directiva europeia nº 2010/84/UE.

Em resposta, a Ordem enviou ao secretário de Estado da Saúde a sua posição sobre um conjunto de matérias específicas do projecto de Decreto-Lei, nomeadamente em relação à definição de comercialização efectiva, à renovação da autorização e às obrigações do titular da autorização, ao regime de comercialização, à direcção técnica de cada instalação de distribuição por grosso de medicamentos, à rotulagem de medicamentos, em particular nos medicamentos sujeitos a autorização excepcional, aos Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica e aos Medicamentos de Terapia Avançada e, naturalmente, em relação às alterações ao Sistema Nacional de Farmacovigilância.

2.11 Farmácias Comunitárias nos Hospitais do SNS

Decorridos seis anos da publicação do Decreto-Lei n.º 235/2006, de 6 de Dezembro, que estabeleceu o regime de instalação, abertura e funcionamento das farmácias de dispensa de medicamentos ao público nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS), e as condições da respectiva concessão, é cada vez mais notória a falência do regime de excepção criado pelo anterior Executivo.

Durante o ano de 2012, a Ordem dos Farmacêuticos defendeu reiteradamente que o regime de instalação de farmácias nos hospitais do SNS deve ser abandonado, por já ter demonstrado que não cumpriu nenhum dos objectivos a que se propôs.

Sobre esta matéria, a Ordem dos Farmacêuticos continuará a defender que, nas situações de manifesta necessidade, seja dispensada pelos serviços farmacêuticos do hospital a medicação para as primeiras 24/48h aos doentes que recorrem aos serviços de urgência, de modo a poderem iniciar de imediato a sua terapêutica, recorrendo posteriormente à farmácia comunitária que lhes presta habitualmente assistência farmacêutica.

2.12 Dispensa de medicamentos em unidose

Os Serviços Farmacêuticos do Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, iniciaram a 5 de Janeiro a dispensa de medicamentos em unidose aos doentes atendidos nas urgências e em situações de alta após internamento. O sistema entrou também em vigor, a 1 de Fevereiro, no Hospital de Santo Espírito, em Angra do Heroísmo, e, mais tarde, no Hospital da Horta, no Faial.

A Direcção Nacional acompanhou desde o início o processo legislativo em torno desta iniciativa do Governo Regional dos Açores, tendo oportunamente enviado os seus pareceres sobre todas as propostas de diplomas que visavam a regulamentação do novo sistema de distribuição de medicamentos. Contudo, a Ordem foi confrontada com a implementação desta prática sem que tivesse sido publicada a necessária legislação.

Logo no dia 6 de Janeiro, o bastonário escreveu ao secretário regional da Saúde dos Açores, Miguel Correia, solicitando a sua intervenção para pôr termo a uma situação ilegal e que colocava em risco a saúde dos utentes. Nesta missiva, o bastonário recordava que sem o devido enquadramento regulamentar e, portanto, sem a observância dos critérios de segurança e rastreabilidade que, pelo mesmo, viriam a ser definidos, a dispensa de medicamentos em unidose pelo Hospital do Divino Espírito Santo punha em causa a saúde pública.

O bastonário dirigiu também uma carta ao presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (ALRA), Francisco Coelho, da qual deu conhecimento ao presidente do Governo Regional e aos líderes dos diferentes grupos parlamentares, em que solicitava a adopção das medidas julgadas adequadas para pôr cobro à situação e salvaguardar os direitos dos doentes açorianos, sublinhando que a dispensa de medicamentos em unidose pelo Hospital de Ponta Delgada constituía um acto de desrespeito por um comando legal emanado da própria ALRA.

Com efeito, apenas a 20 de Janeiro, foi publicado em Diário da República o Decreto Regulamentar Regional nº 1/2012/A, que "define os princípios regulamentares quanto à dispensa, embalagem e identificação do medicamento em unidose, tendo em vista a sua rastreabilidade e segurança". Cinco dias

depois o processo legislativo ficou concluído com a publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores da Portaria nº 10/2012.

Face a esta conjuntura, o bastonário deslocou-se aos Açores para reunir com as autoridades locais e esclarecer as diferentes implicações deste processo, bem como a posição da Ordem sobre o assunto.

Entre 30 de Janeiro e 2 de Fevereiro, o bastonário, acompanhado pelo presidente da Delegação Regional dos Açores da OF, foi recebido em audiências pelo presidente da ALRA, pelo secretário regional da Saúde e pelos líderes dos diferentes grupos parlamentares. Os dirigentes da OF visitaram também os Serviços Farmacêuticos do Hospital de Ponta Delgada e participaram em reuniões com farmacêuticos, em São Miguel e na Terceira.

Durante estes encontros foram realçados três planos distintos da implementação da dispensa de medicamentos em unidose nos Açores: jurídico, técnico e económico. No plano jurídico, foi sublinhado que o Hospital de Ponta Delgada iniciou esta prática sem que estivesse publicada a sua regulamentação. O bastonário da OF manifestou ainda que a OF consideraria um grave atropelo à lei se o Governo Regional avançasse com a dispensa de medicamentos em unidose aos doentes que vão à consulta externa dos hospitais, acrescentando que, caso isso venha a acontecer, a OF denunciará publicamente essa ilegalidade. Segundo o ponto 3 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional nº 5/2011/A, de 3 de Março, que "estabelece o regime de dispensa de medicamentos em unidose pelos serviços farmacêuticos das unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde (SRS) e pelas farmácias de oficina instaladas na Região Autónoma dos Açores", os Serviços Farmacêuticos das unidades de saúde do SRS "só deverão assegurar a dispensa de medicamentos em unidose [aos utentes da consulta externa dos hospitais e dos centros de saúde com internamento nas ilhas sem hospital] na ausência de oferta suficiente no mercado pelas farmácias de oficina". Neste sentido, os dirigentes da OF sublinharam que apenas é possível a dispensa de medicamentos em unidose aos doentes atendidos nos serviços de urgência e em situações de alta após internamento, pelo que os doentes provenientes das consultas externas estão à margem deste processo.

No plano técnico, o bastonário propôs a realização de uma auditoria técnica aos locais onde está a ser feita a dispensa de medicamentos em unidose, a cargo de uma entidade independente, que, em sua opinião, deveria ser o Infarmed.

Por fim, no plano económico, foi recordado que o sistema só deveria ter avançado após avaliação e quantificação dos seus benefícios, até pelos elevados investimentos que lhe estão associados, quer em termos de recursos humanos, quer em equipamentos e infra-estruturas. Não tendo o Governo Regional efectuado este estudo, o bastonário propôs que se faça uma avaliação económica do impacto desta medida, tendo em consideração as poupanças para o SRS e para os doentes. Esta proposta mereceu a concordância do secretário regional da Saúde, tendo este anunciado a realização do referido estudo, no

prazo de um ano após a implementação do sistema, com o objectivo de apoiar qualquer decisão futura sobre esta matéria.

Também na Região Autónoma da Madeira foram apresentadas iniciativas legislativas em torno da instituição da dispensa de medicamentos em unidose. Com carácter de urgência, o Governo Regional submeteu à apreciação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (ALRAM) uma proposta de decreto legislativo regional que estabelece o regime de dispensa de medicamentos em unidose pelo serviço farmacêutico do Serviço de Saúde da Região (SESARAM), proposta que havia sido aprovada em Conselho de Governo a 12 de Janeiro, na sequência da decisão das farmácias madeirenses suspenderem a venda de medicamentos a crédito. A votação desta proposta de diploma ocorreu na sessão plenária da ALRAM de 18 de Janeiro, não sem antes que o bastonário tenha manifestado publicamente a preocupação da OF com a implementação desta medida e com as consequências desta decisão. O bastonário lamentou o facto de não existir qualquer parecer técnico sobre este novo sistema de distribuição e dispensa de medicamentos e realçou que esta é uma questão de natureza técnica, mais do que política. Além disso, considerou ainda inaceitável que a Assembleia Legislativa votasse e avançasse com um decreto legislativo regional sobre o qual não há qualquer parecer técnico da OF.

O diploma foi aprovado na generalidade, com a abstenção do PS e CDS-PP, e foi posteriormente debatido na especialidade onde foram promovidas audições aos parceiros sociais, entre os quais a OF.

Assim, por solicitação da 5.ª Comissão Especializada Permanente de Saúde e Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, a OF enviou o seu parecer sobre a proposta de decreto legislativo regional que "estabelece o regime da dispensa de medicamentos em unidose".

A proposta de diploma foi aprovada na especialidade, com os votos do PSD e as abstenções do CDS-PP e PS, e publicada em Diário da República a 16 de Março. O Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012/M prevê a dispensa de medicamentos em unidose pelo Serviço Farmacêutico do SESARAM aos utentes que tenham sido sujeitos à prestação de cuidados de saúde no Serviço de Urgência do Hospital Central do Funchal, após alta médica na sequência de internamento também no Hospital Central do Funchal, quando prescritos por médicos após prestação de cuidados de saúde nos serviços de urgência e nas consultas dos Centros de Saúde e quando prescritos por médicos após prestação de cuidados de saúde na consulta externa.

Nestas circunstâncias, os utentes têm de se deslocar ao Serviço Farmacêutico do SESARAM com a receita para obterem os seus medicamentos em unidose, o que mereceu uma oposição veemente da OF. Desde logo, porque este modelo consubstancia uma absurda estatização da dispensa de medicamentos à população, colidindo frontalmente com o modelo de organização da assistência farmacêutica aos doentes em ambulatório, que, há muitos anos, vigora em Portugal.

A OF nada tem a opor à dispensa de medicamentos em unidose, desde que seja assegurada a qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos, tal como acontece com o modelo de distribuição de medicamentos que vigora no nosso país há largos anos. Contudo, segundo a OF, esta não é uma solução milagrosa para combater o desperdício com medicamentos e promover a redução dos encargos do SRS com medicamentos. A unidose é uma medida casuística, pontual e de reduzido alcance.

2.13 Articulação entre diferentes níveis de cuidados de saúde

A OF considera que faz todo o sentido e, muito especialmente, manda a racionalidade que o Estado aproveite, em toda a sua plenitude, a capacidade instalada existente no País ao nível das farmácias comunitárias, numa perspectiva de complementaridade com as unidades de saúde do próprio Estado (centros de saúde e hospitais). Entre os cuidados de saúde prestados à população nas farmácias incluem-se, obviamente, os vários serviços farmacêuticos, que assumem grande importância para os cidadãos e têm granjeado o seu reconhecimento.

Numa perspectiva da integração dos cuidados de saúde, a Ordem tem vindo a promover a prática da Reconciliação da Terapêutica, em que farmacêuticos comunitários e farmacêuticos hospitalares podem assumir um papel-chave, assegurando a continuidade dos cuidados prestados aos doentes sempre que estes transitam entre diferentes níveis de cuidados de saúde.

Noutro plano, o dos cuidados de saúde primários – matéria especificamente referida no Memorando de Entendimento entre o Estado português e a troika –, e em que Portugal tem de apostar fortemente, promovendo um sistema de saúde cada vez mais centrado nestes cuidados, tem vindo a ser salientada a relevância da participação dos farmacêuticos (das farmácias e dos laboratórios), na promoção da saúde e prevenção da doença na população, com especial importância na educação para a saúde. E, bem assim, na realização sistemática de rastreios, tendo em vista a identificação de indivíduos suspeitos de patologias crónicas e a detecção precoce de factores de risco. Também nestas matérias, a intervenção farmacêutica pode e deve ser aprofundada e, de igual modo, deve ser promovida e valorizada pelos decisores políticos e legalmente consagrada.

2.14 Medicamentos de Uso Veterinário

O Grupo de Trabalho nomeado pela Direcção Nacional, em 2012, efectuou uma avaliação da legislação sobre Medicamentos de Uso Veterinário para analisar a situação actual e também dos Códigos Deontológicos das Ordens dos Farmacêuticos, Médicos Veterinários e dos Médicos.

Este trabalho veio evidenciar os principais aspectos que carecem de intervenção/ clarificação quanto ao exercício das funções, no âmbito dos Medicamentos de Uso Veterinário e dos Produtos de Uso Veterinário, tanto de farmacêuticos como de médicos veterinários e dos requisitos para as mesmas.

O documento elaborado por este Grupo de Trabalho foi apresentado à Direcção Nacional, que, no âmbito da proposta legislativa de definição do Acto Médico-Veterinário, expôs à ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, a posição da OF sobre o assunto.

Segundo a OF, muitos dos actos referidos no Código do Medicamento Veterinário não são especificamente regulados no domínio do eventual conflito de interesses, já que, se médicos e farmacêuticos não podem praticar actos do âmbito profissional de uns ou de outros, os médicos veterinários também não deveriam poder prescrever e dispensar medicamentos de uso veterinário. Além disso, constitui uma clara violação ao Código Deontológico Médico-Veterinário, onde se lê que "é proibida a venda pelo médico de medicamentos ou outros artigos ou produtos médicos aos seus doentes".

2.15 Produtos Cosméticos e de Higiene Corporal

Com o objectivo de regulamentar a preparação, controlo e dispensa de Produtos Cosméticos de Preparação em Farmácia assegurando a sua qualidade e segurança, o Grupo de Trabalho concluiu um documento que recomenda um enquadramento legal destes produtos, e onde serão colocadas as intenções de melhorar a actividade profissional do farmacêutico, no âmbito da manipulação de produtos de cosmética e higiene corporal nas farmácias comunitárias.

O documento que visa consubstanciar um diploma legal será apresentado à Direcção Nacional.

2.16 Análises Clínicas

A Ordem dos Farmacêuticos tem demonstrado as suas fundadas reservas e mesmo absolutas objecções quanto ao processo de internalização das Análises Clínicas levado a cabo por algumas ULSs, em particular pelo impacto negativo desta medida na qualidade da assistência prestada à população e na acessibilidade desta aos cuidados de saúde que constituem as Análises Clínicas.

Foi disto dado parecer ao Conselho de Administração da ARS da zona Norte por ter tido conhecimento desta situação a decorrer na ULS do Nordeste, EPE, mais concretamente nos hospitais de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela.

Esta situação concreta levou ainda à submissão da Petição Pública nº. 146/XII (1.ª) "Liberdade na escolha do prestador de serviços de análises clínicas" sobre a qual a Ordem se pronunciou tendo reiterado os valores e ilegalidade subjacentes a esta decisão da ULS do Nordeste.

2.17 Os Farmacêuticos e o "Cluster Português da Saúde"

Abrangendo as áreas da farmácia comunitária, farmácia hospitalar, distribuição grossista, indústria farmacêutica, análises clínicas, genética, análises toxicológicas, análises de água e de alimentos, análises ambientais, ensino e investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, a profissão farmacêutica está transversalmente activa em todo o cluster da saúde e vem tendo crescente relevância na economia nacional.

A Direcção Nacional tem continuado a defender o reforço e a valorização do papel do farmacêutico na sociedade e no cluster português da saúde. Para o efeito, tem assumido uma atitude e um papel proactivo em prol da participação dos farmacêuticos nesta plataforma.

2.18 Combate à fraude

Em 2012 a OF reafirmou o seu mais veemente repúdio por qualquer prática de actos ilícitos, em nada condizentes com os deveres profissionais a que os farmacêuticos estão vinculados.

Esta posição foi afirmada reiteradamente ao longo de 2012 e a Ordem dos Farmacêuticos tomou várias iniciativas, inclusive junto do Procurador-Geral da República, no sentido de obter, sem prejuízo

dos factos averiguados poderem estar em segredo de justiça, elementos que permitissem à Ordem dos Farmacêuticos, através dos seus Conselhos Jurisdicionais, instaurar os respectivos processos de inquérito no cumprimento do estabelecido estatutariamente.

2.19 Antidopagem no Desporto

Em parecer remetido ao Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, no dia 6 de Junho de 2012, a Ordem dos Farmacêuticos apresentou os seus comentários à Proposta de Lei n.º 53/XII, que aprova a Lei Antidopagem no Desporto, no que concerne às matérias de conexão com a área e profissão farmacêuticas. A proposta de Lei em apreciação estabelece que a "Lista de substâncias e métodos proibidos" será aprovada por portaria do membro do governo responsável pela área do Desporto, devendo posteriormente ser divulgada pela Autoridade Antidopagem para diversas entidades, entre as quais a Ordem dos Farmacêuticos.

A Ordem dos Farmacêuticos defendeu que fará mais sentido que a divulgação da lista ocorra em dois momentos. Um primeiro, sob a forma de consulta, antes da aprovação da lista, para que as entidades, designadamente a Ordem dos Farmacêuticos, se possam pronunciar sobre a mesma e, eventualmente, emitir contributos para a sua melhoria. Já depois de aprovada seria então divulgada pelos membros destas entidades de modo a que a possam ter em conta no exercício da sua profissão. Na proposta de Lei apresentada, sob a epígrafe "Tratamento médico dos praticantes desportivos", são estipuladas regras a que os médicos e outros profissionais de saúde – como os farmacêuticos – estão sujeitos e cujo incumprimento é susceptível de originar responsabilidade dos mesmos. Sugere a Ordem dos Farmacêuticos que tais incumprimentos, se verificados, sejam comunicados às respectivas Ordens Profissionais. No entanto, será importante esclarecer que médicos, farmacêuticos e outros profissionais de saúde não estão, à partida, obrigados a saber se os doentes com quem contactam são ou não atletas, pelo que a responsabilidade só existirá se ficar demonstrado que estes profissionais de saúde estavam cientes do estatuto de atleta dos seus doentes.

3. Plano Externo - Relações Institucionais

3.1 Relações com Órgãos de Soberania

Durante o ano de 2012 o bastonário reuniu com diversos responsáveis políticos e governamentais.

No dia 4 de Janeiro foi recebido em audiência pelo ministro da Saúde, Paulo Macedo, num encontro solicitado pelo próprio bastonário, e em que o ministro se fez acompanhar pelo secretário de Estado Adjunto do ministro da Saúde, Fernando Leal da Costa.

No mesmo dia, o bastonário e o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Miguel Santos, estiveram reunidos para abordar o tema da prescrição de medicamentos pela sua Denominação Comum Internacional (DCI). Miguel Santos fez-se acompanhar pelo deputado Nuno Reis, enquanto a acompanhar o bastonário estiveram o vice-presidente da Direcção Nacional, Armando Alcobia, e o presidente da Secção Regional de Lisboa, António Hipólito de Aguiar. Neste mesmo dia, e com o mesmo propósito, o bastonário reuniu-se também com a vice-presidente do CDS, a deputada Teresa Caeiro.

No dia 17 de Janeiro, o bastonário, acompanhado pelo vice-presidente da OF e pelo director da FFUL, apresentou a posição da Ordem sobre a prescrição por DCI aos membros do Grupo de Trabalho – Prescrição por DCI da Comissão Parlamentar de Saúde.

Entre 30 de Janeiro e 2 de Fevereiro, Carlos Maurício Barbosa, acompanhado pelo presidente da Delegação Regional dos Açores da OF, João Pedro Toste de Freitas, foi recebido em audiência pelo presidente da Assembleia Legislativa Regional, pelo secretário regional da Saúde e pelos líderes dos diferentes grupos parlamentares.

No dia 3 de Julho, a delegação da OF, chefiada pelo bastonário, que se fez acompanhar pelo presidente da Secção Regional de Lisboa da OF, António Hipólito de Aguiar, assessorados pelo consultor jurídico da OF, José Maria Roque Lino, e pelo secretário executivo da OF, Nuno Valério, reuniu no Ministério dos Assuntos Parlamentares para uma apresentação do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais do Cartão do Cidadão a cargo do presidente da Agência para a Modernização Administrativa, Paulo da Conceição Neves.

No dia 26 de Julho, o bastonário foi recebido pelo secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, Carlos Oliveira, numa reunião em que apresentou pessoalmente o convite para presidir à Sessão “Empreendedorismo e Vantagens Competitivas dos Farmacêuticos” que decorreu no âmbito do Congresso Nacional dos Farmacêuticos´2012.

No mês de Setembro, antecedendo as comemorações do Dia Nacional do Farmacêutico, o bastonário voltou a reunir com o ministro da Saúde, em audiência solicitada pelo representante dos farmacêuticos portugueses, a fim de expor as posições da OF sobre a situação económica e financeira das farmácias comunitárias.

3.2 Conselho Nacional das Ordens Profissionais

O Conselho Nacional das Ordens Profissionais continua a ser uma plataforma de partilha de experiências entre as diferentes Ordens, permitindo a concertação de posições partilhadas pelas diversas profissões, e uma análise dos seus problemas comuns, tentando assegurar uma representação coesa, nacional e internacional das diversas profissões.

No ano de 2012, foi particularmente relevante o trabalho desenvolvido pelo CNOP nomeadamente no que respeita ao projecto de proposta de Lei nº 172/2012 que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das Associações Públicas Profissionais (APP).

Esta iniciativa legislativa por parte do governo levou à pronúncia conjunta do CNOP, que após análise dos eixos centrais do articulado proposto, no que de transversal se encontra para as profissões reguladas representados no CNOP, traduziu a posição colectiva.

Neste intuito de contributo, e considerando as atribuições das APP a cada um dos seus substratos, característica indissociável quer da autonomia, quer da independência que lhes são fundamentais, os pontos-chave transversais foram os seguintes:

- Natureza e regime jurídico (art. 4º-nº2 e art. 44º);
- Reconhecimento das Qualificações Profissionais (art. 5º al.) m);
- Estágios profissionais ou outros (art.8º);
- Órgãos (art.16º-nº1 e nº 6) ;
- Poder Disciplinar (art. 18º-nº 6);
- Incompatibilidades no exercício de funções (art. 19º);
- Carteira profissional europeia (art. 39º);
- Orçamento e gestão financeira (art.41º);
- Controlo jurisdicional (art. 45º);
- Normas transitórias e finais (art.51º).

Durante todo o processo, o CNOP e as várias Ordens mantiveram sempre uma articulação dialogante e construtiva com o Governo, o Parlamento e os partidos políticos, o que contribuiu para que no texto

final da Lei n.º 87/XII (1.ª) (GOV), aprovada em 23 de Novembro, fossem introduzidas consideráveis melhorias.

A Ordem dos Farmacêuticos esteve presente nas várias reuniões e Assembleias Gerais do CNOP realizadas em 2012, salientando-se que na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de Setembro, foi aprovada por unanimidade a adesão da Ordem dos Nutricionistas, passando agora o CNOP a integrar catorze profissões reguladas ─ e mais de trezentos mil profissionais qualificados detentores de formação superior universitária.

O Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos manteve-se como o representante do CNOP no CNE (Conselho Nacional de Educação).

3.3 Instituições e parceiros do Sector Farmacêutico

Mantendo-se fiel ao princípio de diálogo com estruturas representativas das diferentes áreas de intervenção profissional dos farmacêuticos, a Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos concedeu audiências a várias instituições, designadamente Associação Europeia de Farmacêuticos Hospitalares, Asociación Española de Farmacéuticos Analistas, Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, Associação Nacional de Laboratórios Clínicos, Grupo de Trabalho do "Position Paper" dos Medicamentos Órfãos, Associações de Estudantes e AstraZeneca Portugal.

3.4 Protocolos de Colaboração

Programa de Estágios na Indústria Farmacêutica

Dada a importância de um contacto mais próximo entre o futuro farmacêutico e recém-formado com áreas de intervenção profissional não contempladas, tradicionalmente, no plano curricular do Curso de Ciências Farmacêuticas, a Ordem dos Farmacêuticos deu continuidade ao protocolo de colaboração assinado com a APIFARMA, a Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos (APJF) e a Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF), no âmbito do programa de estágios na indústria Farmacêutica. Segundo o balanço efectuado no final de Novembro de 2012 foram disponibilizadas 36

vagas para o período 2011/2012 e foram colocados 16 estagiários, ou seja, foram preenchidas 39% das vagas disponíveis por via deste protocolo.

Protocolo de Colaboração entre a VALORMED e a Ordem dos Farmacêuticos

A Ordem dos Farmacêuticos e a VALORMED assinaram um protocolo que estabelece o relacionamento e colaboração em áreas relacionadas com o impacto ambiental dos medicamentos, potenciando a realização de actividades conjuntas que reforcem os objectivos de ambas as entidades na salvaguarda da saúde pública. Ao abrigo deste acordo fica prevista a realização de eventos conjuntos e a promoção de iniciativas em parceria nos domínios dos princípios do desenvolvimento sustentável e educação ambiental relacionado com o uso adequado de medicamentos. Neste âmbito, a OF promoverá junto dos seus membros a divulgação das actividades da VALORMED, reforçando o apoio dado pela classe farmacêutica ao Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens e Medicamentos fora de uso. As duas partes acordaram também um intercâmbio de informações sobre os planos de actividades e as suas potencialidades nas áreas relevantes, nomeadamente sobre os programas anuais de formação e especialização e acções de difusão de conhecimento, participação em reuniões técnico‑científicas com cariz ambiental (conferências, congressos, seminários, etc.), em que participem apenas elementos de uma das partes.

Protocolo para Recrutamento de Farmacêuticos em Regime de Estágio

A Ordem dos Farmacêuticos e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo ACES Oeste I – Oeste Norte assinaram um protocolo que tem por objecto definir os termos e condições para permitir aos farmacêuticos aceder a estágios a realizar nas unidades de saúde que fazem parte integrante do referido Agrupamento de Centros de Saúde.

Protocolo de colaboração entre a Ordem dos Farmacêuticos e a Asociación Española de Farmacéuticos Analistas

A Ordem dos Farmacêuticos e a Asociación Española de Farmacéuticos Analistas (AEFA) assinaram um protocolo de colaboração no qual se comprometem a levar a cabo acções comuns no âmbito das análises clínicas, nomeadamente nos domínios da formação contínua, programas de intercomparação e criação de comissões científicas conjuntas. Entre as acções previstas no protocolo agora assinado, destaque para a organização conjunta, com periodicidade anual e de forma alternada em Portugal e em

Espanha, das Jornadas Ibéricas de Análises Clínicas. Os farmacêuticos analistas clínicos portugueses poderão também participar nas acções de formação contínua à distância da AEFA e, na medida do possível, será possibilitada a participação de autores portugueses na elaboração de cadernos de formação contínua da AEFA. Está ainda prevista a constituição de Comissões Científicas ou Grupos de Trabalho conjuntos para colaborar em temas de interesse para os farmacêuticos analistas clínicos. Além destes aspectos, as duas entidades estabeleceram um protocolo técnico que visa a implementação de um modelo de colaboração para a edição de um Programa de Intercomparação (Ensaio de Aptidão).

Protocolo de Colaboração entre a Universidade de Coimbra e a Ordem dos Farmacêuticos; Acordo de Adesão à Rede Portuguesa de Arquivos entre a Direcção-Geral de Arquivos e a Ordem dos Farmacêuticos; Protocolo de Colaboração entre a Associação Nacional das Farmácias/Museu da Farmácia e a Ordem dos Farmacêuticos

No âmbito da criação do Centro de Documentação Farmacêutica, cujos objectivos visam a criação de um núcleo documental que possibilite a preservação da memória dos farmacêuticos portugueses e a consolidação da cultura profissional farmacêutica, a Ordem dos Farmacêuticos estabeleceu três protocolos:

Com a Universidade de Coimbra estabelecendo as bases de tendo em vista a realização de um trabalho de pesquisa de publicações e de documentos da Universidade de Coimbra, que sejam representativos da História da Farmácia e da evolução do ensino e profissão farmacêuticas; a digitalização de publicações e documentos da Universidade de Coimbra, que resultem da selecção do trabalho de pesquisa realizado, e o estabelecimento dos procedimentos a realizar para essa operação e o estabelecimento de regras relacionadas com o uso e disponibilização, por parte do Centro de Documentação Farmacêutica, da documentação da Universidade de Coimbra recolhida no âmbito do presente protocolo.

Com a Direcção-Geral de Arquivos – Rede Portuguesa de Arquivos – DGARQ -, entidade coordenadora do sistema nacional de arquivos, no exercício da missão e atribuições que lhe são definidas no art.º 2.º, n.º 3 c) do Decreto-Lei n.º 93/2007, "promover o desenvolvimento e a qualificação da rede nacional de arquivos, dinamizar a comunicação entre as entidades envolvidas, e facilitar o acesso integrado à informação" com o objectivo de:

- Integrar a lista pública, sistematizada e actualizada, das entidades aderentes à RPA, ou qualquer outra estrutura de informação específica a criar para o efeito, da responsabilidade da DGARQ, difundida no sítio Web da RPA, com a finalidade de a promover, facultar e potenciar o acesso à informação arquivística que disponibiliza;
- Aceder e usufruir dos serviços disponibilizados pela RPA;

- Participar na gestão da RPA, através da eleição de um representante para o Conselho de Entidades Aderentes, segundo o previsto no Regulamento da RPA.
- Contribuir activamente para a melhoria da RPA, através da disponibilização e partilha de recursos de informação arquivística de acesso livre. Tais recursos serão igualmente passíveis de disponibilização através dos portais EUROPEANA (Biblioteca Digital Europeia) e APEX (Portal Europeu de Arquivos).
- Respeitar os requisitos administrativos, de acesso, técnicos e funcionais de adesão à RPA, constantes do respectivo Regulamento;
- Contribuir para o cumprimento dos objectivos de curto, médio e longo prazo definidos no âmbito da RPA e dos respectivos Planos anuais de actividades.

Com a Associação Nacional das Farmácias – Museu da Farmácia no sentido de promover a investigação em torno da profissão farmacêutica e do associativismo farmacêutico.

Protocolo de Colaboração entre a Ordem dos Farmacêuticos e a Associação dos Farmacêuticos de Moçambique

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) e a Associação dos Farmacêuticos de Moçambique (AFARMO) assinaram um protocolo de cooperação que permite alargar aos farmacêuticos moçambicanos que exercem no sector privado um conjunto de acções que a OF vem desenvolvendo em Moçambique há mais de 15 anos. O acordo abrange os domínios da formação pré e pós-graduada de farmacêuticos moçambicanos, potenciando a sua especialização em diferentes áreas profissionais, a investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação no sector da Saúde em geral, e da Farmácia e do Medicamento em particular, bem como a produção de informação técnico-científica e profissional dirigida aos farmacêuticos moçambicanos, além do apoio na elaboração de documentos sobre política de saúde e política do medicamento. Prevista está também a colaboração da OF no processo de transformação da AFARMO em Ordem Profissional, nomeadamente na elaboração de estatutos, regulamentos e códigos internos, como o Código Deontológico, e de linhas de orientação para a criação de Especialidades. Ao abrigo deste protocolo, as duas organizações comprometem-se ainda a criar condições para a organização de um evento conjunto, com a denominação "Jornadas Luso-Moçambicanas de Farmácia", com periodicidade bianual.

Protocolo de Parceria entre a Ordem dos Farmacêuticos e a Associação Portuguesa de Intervenção Cardiovascular

No âmbito da campanha "Não perca tempo. Salve uma vida", a Ordem dos Farmacêuticos e a Associação Portuguesa de Intervenção Cardiovascular (APIC), assinaram um protocolo que vai promover a formação sobre emergência médica de alunos e professores das escolas visitadas pelo projecto Geração Saudável, a par dos temas da sexualidade e alimentação já abordados no primeiro ano do projecto da Secção Regional de Lisboa. A parceria estabelecida com a APIC insere-se na campanha "Não perca tempo. Salve uma vida", desenvolvida no âmbito do projecto europeu "Stent for Life", que pretende alertar a população portuguesa para a importância de conhecer os sintomas do enfarte agudo do miocárdio e agir rapidamente, ligando para o número de emergência e assim reduzir o tempo de resposta, o que contribui decisivamente para a redução da mortalidade.

4. Plano Externo – Relações Internacionais

4.1 FIP

A Federação Internacional de Farmácia (FIP) realizou, entre os dias 3 e 8 de Outubro, em Amesterdão, na Holanda, mais uma edição do seu Congresso Anual, desta feita assinalando o centenário desta organização, com o tema "Improving Health Through Responsible Medicines Use". Do vasto conjunto de iniciativas previstas no programa do evento, realizou-se no dia 3 de Outubro, o Council Meeting da FIP, que contou com a participação do bastonário da Ordem dos Farmacêuticos.

No âmbito desta participação, o representante dos farmacêuticos portugueses assinou, em nome da OF, no dia 4 de Outubro, a Declaração do Centenário da FIP, intitulada "Improving Global Health by Closing Gaps in the Development, Distribution, and Responsible Use of Medicines".

A versão final documento foi aprovada no Council Meeting da FIP, realizado a 3 de Outubro, tendo sido assinado pelo bastonário e pelo presidente da FIP, no dia seguinte, antes da sessão de abertura do Congresso.

Ao assinar este documento em nome da OF, o bastonário assume o compromisso da instituição na promoção da saúde global, através do desenvolvimento, distribuição e uso responsável dos medicamentos.

A Declaração do Centenário estabelece uma estratégia em áreas como o acesso, qualidade e uso racional dos medicamentos, mas também nos domínios da actualização contínua dos conhecimentos, ética, inovação e intervenção e apoio da sociedade no objectivo comum de melhorar a saúde das populações.

4.2 Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU)

Na Assembleia Geral do Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU), realizada no dia 15 de Março, na qual esteve presente o bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, foi aprovado um Memorando de Entendimento com os principais stakeholders da cadeia de abastecimento do medicamento, em que são definidos os princípios de um sistema europeu de verificação de medicamentos, tal como requer a directiva sobre medicamentos falsificados.

O Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU) aprovou ainda uma declaração intitulada "Sustainable European Community Pharmacies - Part of the Solution", na qual é sublinhada a contribuição das farmácias comunitárias europeias para a qualidade e custo-efectividade dos sistemas de saúde. Este documento foi enviado pelo bastonário da Ordem dos Farmacêuticos aos diferentes órgãos de soberania portugueses.

Nesta declaração, aprovada na Assembleia Geral, a 15 de Março, que contou com a presença do bastonário da OF, o PGEU apela aos governos europeus para reconhecerem o património único que constituem as farmácias comunitárias e salvaguardar a contribuição significante que prestam em benefício da eficiência e eficácia dos sistemas de saúde.

Na Reunião anual realizada nos dias 17, 18 e 19 de Junho, em Paris, realizou-se um Simpósio, dedicado ao tema "Community Pharmacy: Minimizing Risks, Maximizing Benefits to Patients", seguido de Assembleia Geral, onde foram discutidos vários aspectos legais e profissionais relacionados com a profissão farmacêutica a nível europeu, que contou com a participação do bastonário da Ordem dos Farmacêuticos.

Durante o simpósio foi debatida a relevância da intervenção dos farmacêuticos na promoção da adesão à terapêutica e o seu impacto nas poupanças geradas para os Estados, empresas e para os próprios doentes.

Os membros do Professional Issues Working Group (PIWG) do PGEU apresentaram os seus contributos para o documento estratégico intitulado "Modelo para a Farmácia Comunitária Europeia", que diferencia um conjunto de áreas em que as farmácias podem contribuir para melhorar os resultados

em saúde e a eficiência dos sistemas de saúde, cuja versão final foi aprovada na foi aprovado na Assembleia Geral, em Novembro.

4.3 Grupo Europeu de Farmacêuticos de Indústria (EIPG)

A Ordem dos Farmacêuticos, por intermédio da sua participação no Grupo Europeu de Farmacêuticos de Indústria (EIPG), através do Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica (CEIF), acolheu a Assembleia Geral desta organização internacional. Teve lugar nos dias 5 e 6 de Maio, no Hotel Olissippo Oriente, em Lisboa, com a presença do bastonário da OF, na qual foram abordados, além de assuntos próprios da Associação, um conjunto alargado de temas de relevante interesse para os farmacêuticos de indústria, como o projecto Pharmine II e as implicações da directiva europeia sobre a liberdade de circulação de profissionais no espaço europeu. Nesta Assembleia Geral foi também eleito, como vice-presidente para as áreas da Formação e Carreiras, Nuno Moreira, presidente do CEIF.

Antecedendo a Assembleia Geral do EIPG e aproveitando a presença em Portugal de especialistas internacionais de Indústria Farmacêutica foi organizado a 4 de Maio, na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, um simpósio aberto a profissionais farmacêuticos e estudantes de ciências farmacêuticas intitulado "Challenges facing the Pharmaceutical Industry" onde se debateu o amplo papel do farmacêutico nesta área de exercício, com a presença do bastonário da OF.

4.4 EuroPharm Forum

O EuroPharm Forum foi fundado em 1992 e consiste numa rede de associações farmacêuticas europeias e da delegação regional da OMS para a Europa, orientado eminentemente para a prática profissional em farmácia comunitária. Actualmente participam no Fórum 30 associações de 22 países.

A missão deste Fórum é reforçar todos os aspectos da contribuição do farmacêutico na melhoria da saúde pública na Europa, de acordo com as prioridades estabelecidas pela OMS.

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, Carlos Maurício Barbosa, participou no dia 2 de Outubro em mais uma Assembleia Geral do EuroPharm Forum, que se realizou na sede da delegação da Organização Mundial de Saúde para a Europa, em Copenhaga, na Dinamarca. Para além das eleições

para o comité executivo, foram vários os assuntos abordados nesta reunião anual, com destaque para os desafios futuros deste Fórum.

A este nível foi realçada a estreita ligação do EuroPharm Forum com a OMS-Europa e o seu importante contributo para o reforço da integração do farmacêutico no seio do sistema de saúde e da sua intervenção junto da comunidade, em prol da saúde na Europa. Este reforço da intervenção farmacêutica passa pela troca de experiências ao nível dos cuidados farmacêuticos, contribuindo para uma maior implementação destes serviços e para a afirmação das farmácias e dos farmacêuticos como profissionais de saúde, ao serviço dos cidadãos. A este nível foi ainda aprovada uma declaração sobre cuidados farmacêuticos ao doente.

Destaque ainda para o facto de o EuroPharm Forum e o European Forum of Primary Care se terem reconhecido mutuamente como membros observadores. Dado que o European Forum of Primary Care é constituído por médicos e enfermeiros, este reconhecimento traduz-se numa oportunidade de colaboração entre os vários profissionais de saúde.

Nesta a Assembleia Geral foi aprovada uma Declaração sobre O Papel do Farmacêutico nos Cuidados Individuais ao Doente.

4.5 Farmácia Latina

Tendo como pano de fundo a situação de crise económica e financeira na Europa, a reunião da Farmácia Latina, realizada no dia 19 de Janeiro, na sede da Associação Nacional das Farmácias (ANF), em Lisboa, debateu o mercado farmacêutico num contexto de austeridade e o futuro da farmácia de oficina.

A reunião contou ainda com apresentações sobre a actualidade política, económica e profissional nos diferentes países representados, com intervenções de Luis Amaro, do Conselho Geral de Colégios Oficiais de Farmacêuticos de Espanha, de Philippe Lieberman, da Federação dos Sindicatos Farmacêuticos de França, de Gioacchino Nicolosi da Federação Italiana de Proprietários de Farmácia, de Giovani Gerosa e Maximilian Liebl pela Federação de Ordens de Farmacêuticos Italiana, e de Suzete Costa, do Centro de Estudos e Avaliação em Saúde da ANF.

4.6 Chain of trust

A Ordem dos Farmacêuticos tem acompanhado os trabalhos deste projecto europeu, tendo sido uma das entidades que esteve representada nas iniciativas organizadas a nível nacional e que contribuiu para as recomendações emanadas no final de Outubro de 2012. O projecto Chain of Trust nasceu no início de 2011 e envolveu a realização de um inquérito online, workshops nacionais e discussões de grupo, tendo em vista a avaliação das visões, necessidades, benefícios e barreiras relacionadas com a saúde electrónica, na perspectiva dos doentes e profissionais de saúde. O consórcio liderado pelo Fórum Europeu de Doentes (EPF) é composto também pelo Comité Permanente dos Médicos Europeus, pela Federação Europeia das Associações de Enfermeiros (EFN), pelo Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU), pela Federação Internacional da Talassémia (TIF), pelo Centro Norueguês para os Cuidados Integrados e Tele-Medicina (NST) e pela Federação Letã para as Organizações de Cidadãos com Incapacidade e Doenças Crónicas (SUSTENTO).

Os representantes nacionais no projecto europeu Chain of Trust, profissionais de saúde e doentes, estiveram reunidos em workshop e em mesa redonda em que foram debatidas as respectivas percepções sobre saúde electrónica e tele-saúde. Com a realização da mesa redonda no dia 25 de Outubro, na Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches, em Lisboa, os representantes nacionais nesta plataforma aprovaram um documento com recomendações a incluir no relatório final do projecto que servirá de apoio às decisões políticas a nível europeu, nacional e local, relacionadas com a implementação de serviços de saúde electrónica.

O conjunto de 17 recomendações emitidas abrange princípios como a orientação da tele-saúde em função do utilizador e a sua utilização como forma de apoiar, melhorar, optimizar e complementar a prestação de cuidados de saúde, a obrigatoriedade de educação e apoio aos profissionais de saúde e doentes e a necessidade de um compromisso político a longo prazo sobre esta matéria.

4.7 EurHeCA

Foi formalmente constituída no dia 31 de Maio, em Bruxelas, a Associação Europeia de Entidades Competentes para as Profissões de Saúde (EurHeCA), numa cerimónia que contou com a participação do bastonário da Ordem dos Farmacêuticos. A OF é membro constitutivo desta associação que congrega as autoridades que regulam a actividade de enfermeiros, farmacêuticos, médicos, médicos dentistas e parteiras.

Esta organização terá como missão e objectivo ser uma plataforma de partilha de interesses e troca de informação entre as entidades competentes. Deverá no futuro criar uma listagem de autoridades profissionais para todos os países da UE, de acordo com os termos da Directiva das Qualificações Profissionais (2005/36/CE); criar e assegurar o funcionamento apropriado de uma ferramenta europeia que permita trocas de informação entre as Entidades Competentes para as Profissões da Saúde; examinar a operacionalidade e os aspectos técnicos de suporte de dados para os profissionais de saúde europeus acompanhando o normal progredir da tecnologia; organizar conferências e seminários periódicos.

Na adesão a esta Associação, a Ordem dos Farmacêuticos cumpre o seu desígnio estatutário de manter e promover relações com organizações estrangeiras de âmbito nacional ou internacional que se dediquem aos problemas de saúde.

4.8 Cooperação

De entre as variadas preocupações e intervenções da Ordem dos Farmacêuticos, as actividades de cooperação e apoio a países membros da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, têm merecido especial atenção e destaque. O Conselho para a Cooperação da Ordem dos Farmacêuticos, tem estabelecido, de forma coerente e consistente, as relações de trabalho e solidariedade com os países lusófonos, em particular na área da Saúde e da intervenção farmacêutica.

No cumprimento destes objectivos e na concretização de uma estratégia de cooperação bilateral que desse sentido ao desejo político expressado pelos vários Governos dos países que compõem a CPLP, deu-se continuidade às actividades que este Conselho tem vindo a realizar.

Autoridade Reguladora de Cabo Verde – 17 de Abril e 20 de Setembro de 2012

A directora geral da Farmácia e do Medicamento do Ministério da Saúde de Cabo Verde, Ângela Silvestre, reuniu com o Bastonário para analisar as possibilidades de cooperação da Ordem com o Ministério da Saúde de Cabo Verde.

Durante as referidas reuniões, foi avaliada a possibilidade do estabelecimento de um protocolo de cooperação entre a OF e o Ministério da Saúde de Cabo Verde, à semelhança do que acontece com o Ministério da Saúde de Moçambique, bem como as áreas em que esta parceria se poderá revelar mais profícua. Em concreto, no âmbito da formação pós-graduada de farmacêuticos, em particular na área da

Farmácia Hospitalar, no ensino pré-graduado, elencando as necessidades formativas para um eventual curso de Ciências Farmacêuticas na Universidade de Cabo Verde, na capacitação dos quadros do Ministério da Saúde e no apoio e consultoria ao nível da legislação e regulamentação do medicamento e do exercício farmacêutico.

Conselho Federal de Farmácia do Brasil – 13 a 17 de Junho de 2012

Na deslocação ao Brasil, o Bastonário reuniu com o Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Walter Jorge João, a fim de preparar a organização do I Simpósio Luso-Brasileiro de Farmácia, evento que antecedeu o Congresso Nacional dos Farmacêuticos 2012.

A reunião com o Presidente do CFF decorreu no dia 14 de Junho em Brasília e teve como objectivo principal a definição do programa do I Simpósio Luso-Brasileiro de Farmácia, subordinado ao tema "Resposta dos Farmacêuticos à Necessidade de Ganhos em Saúde".

Foram ainda realizadas diversas acções de promoção deste Simpósio, em São Paulo, tendo sido recebido pelo Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, Pedro Menegasso, e pela Presidente da Racine, Nilce Barbosa.

Farmacêutica Hospitalar do Hospital Central de Maputo em estágio no Hospital Fernando Fonseca (Amadora-Sintra) - 1 de Agosto a 31 de Outubro de 2012

Natércia Laice, farmacêutica hospitalar do Hospital Central de Maputo, esteve em estágio de 3 meses no Hospital Fernando da Fonseca, sob a Direcção da Dra. Paula Dias de Almeida, Directora dos Serviços Farmacêuticos do referido hospital.

Com o apoio da Ordem dos Farmacêuticos e do Ministério da Saúde de Moçambique, Natércia Laice concorreu à bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian para "Estágio de curta duração destinado a profissionais de saúde dos PALOP e Timor Leste", inserida no Programa Gulbenkian de Ajuda ao Desenvolvimento.

Natércia Laice é responsável do Depósito de Medicamentos do Hospital Central de Maputo, a maior Unidade Sanitária do país, e licenciou-se em Farmácia pelo Instituto Superior de ciências e Tecnologia de Moçambique em 2007.

Quadros Superiores do Ministério da Saúde Moçambicano visitam Portugal - 16 a 23 de Setembro de 2012

Um grupo de quatro Quadros Superiores do Ministério da Saúde da República de Moçambique visitaram Portugal para contactarem com a realidade do sector farmacêutico português, nas várias vertentes em que exercem: Luísa Namburete, farmacêutica, na área da farmacovigilância e gestão do risco do medicamento; Stefia Vilanculos, farmacêutica, na área da inspecção e licenciamento e boas práticas de fabrico; Isabel Chemane, química, na implementação do laboratório de avaliação da qualidade do medicamento; Virgílio Uamba, jurista, na área do direito da farmácia, do medicamento e organização de gabinete jurídico.

Durante este período, os dirigentes da autoridade reguladora moçambicana realizaram um estágio nas instalações do Infarmed, durante o qual cada elemento da delegação moçambicana foi acompanhado pelos responsáveis dos departamentos homólogos do Infarmed, numa semana de formação e capacitação técnica.

Durante a estadia em Portugal, os dirigentes do MISAU foram recebidos pelo bastonário da OF, que se fez acompanhar pelo presidente do Conselho para a Cooperação da OF, José Aranda da Silva.

Presidente da Associação de Farmacêuticos de Moçambique no Congresso da Ordem dos Farmacêuticos - 31 de Outubro a 10 de Novembro de 2012

Sérgio Seny, presidente da Associação de Farmacêuticos de Moçambique (AFARMO), deslocou-se a Portugal para estar presente no Congresso da Ordem dos Farmacêuticos, no Simpósio Luso-Brasileiro de Farmácia e na Assembleia Geral dos Farmacêuticos de Países de Língua Portuguesa.

Durante a sua estadia, o farmacêutico moçambicano esteve também em formação na área da gestão associativa na Ordem dos Farmacêuticos e na Associação Nacional das Farmácias. Devido às funções que ocupa no departamento de Farmácia Hospitalar, capitalizou a sua visita a Portugal com um estágio de dois dias no Hospital Egas Moniz onde passou pelas diversas unidades dos Serviços Farmacêuticos.

No período da sua permanência em Portugal foi ainda assinado um protocolo de cooperação entre a AFARMO e a Ordem dos Farmacêuticos de modo a proporcionar aos farmacêuticos moçambicanos a oportunidade de capacitação técnica necessária à prossecução das suas diversas actividades profissionais.

Assembleia-Geral da Associação de Farmacêuticos de Língua Portuguesa - 2 de Novembro de 2012

A Assembleia Geral da Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa (AFPLP), que se realizou no dia 2 de Novembro, antes do início dos trabalhos do Congresso Nacional dos Farmacêuticos´2012, aprovou, por unanimidade, uma resolução sobre Boas Práticas de Farmácia, baseada nas Normas FIP/OMS para as Boas Praticas de Farmácia, que será dada a conhecer aos governos dos sete países que integram a associação – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Durante esta Assembleia Geral, as delegações dos países que compõem a AFPLP efectuaram um ponto da situação sobre o associativismo profissional e actividade farmacêutica nos respectivos países, tendo definido as prioridades de intervenção desta associação.

No decurso dos trabalhos ficou perspectivada a realização do X Congresso Mundial de Farmacêuticos de Língua Portuguesa, que decorrerá no segundo trimestre de 2013, em Angola, e de um simpósio satélite, a realizar em São Tome e Príncipe.

4.9 Representação da Ordem dos Farmacêuticos em Congressos, Conferências e outros eventos realizados no estrangeiro

XV Jornadas da Farmácia Latina
Carlos Maurício Barbosa
Organização: Farmácia Latina
Associação Nacional das Farmácias, Lisboa, 19 de Janeiro

XV Congresso Internacional da Organización de Farmacéuticos Ibero-Latinoamericanos (OFIL)
Conferência "Desafíos para a profissão farmacêutica num mundo em mudanza", Carlos Maurício Barbosa
Organização: OFIL
Cadiz, Espanha, 1 a 3 de Março

Assembleia Geral do Pharmaceutical Group of the European Union (PGEU)
Carlos Maurício Barbosa
Organização: PGEU
Bruxelas, Bélgica, 15 de Março

Simpósio "Challenges facing the Pharmaceutical Industry"
Intervenção na Sessão de Abertura, Carlos Maurício Barbosa

Organização: European Industrial Pharmacists Group (EIPG)
Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Portugal, 4 de Maio

Assembleia Geral do European Industrial Pharmacists Group (EIPG**)**
Carlos Maurício Barbosa
Organização: EIPG
Hotel Olissippo Oriente, Lisboa, Portugal, 5 e 6 de Maio

Assembleia Constitutiva da Associação Europeia de Entidades Competentes para as Profissões de Saúde (EurHeCA)
Carlos Maurício Barbosa
Organização: EurHeCa
Bruxelas, Bélgica, 31 de Maio

Assembleia Geral do Pharmaceutical Group of the European Union (PGEU)
Carlos Maurício Barbosa
Organização: PGEU
Paris, França, 19 de Junho

Workshop sobre a criação da Autoridade Reguladora da Qualidade de Produtos Alimentares e Farmacêuticos
Intervenção no Painel "Preços dos Medicamentos", Carlos Maurício Barbosa
Organização: Ministério do Comércio da República de Angola
Centro de Convenções de Talatona, Luanda, Angola, 25 de Junho

Council Meeting da Federação Internacional de Farmácia (FIP)
Carlos Maurício Barbosa
Organização: FIP
Amesterdão, Holanda, 3 de Outubro

Assembleia Geral do EuroPharm Forum
Carlos Maurício Barbosa
Organização: EuroPharm Forum
Amesterdão, Holanda, 7 de Outubro

Assembleia Geral do Pharmaceutical Group of the European Union (PGEU)
Carlos Maurício Barbosa
Organização: PGEU
Bruxelas, Bélgica, 15 de Novembro

COLÉGIOS DE ESPECIALIDADE

1. Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica

- Realização de exames para atribuição do Título de Especialista em Indústria Farmacêutica;
- Entrega de Diplomas de Especialidade em Indústria Farmacêutica (Sede da Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 27 de Junho de 2012);
- Participação no Conselho Editorial do Centro de Informação do Medicamento (CIM);
- Participação no Conselho para a Qualificação e Admissão (CQA);
- Colaboração com a Direcção Nacional e Secções Regionais na análise de documentos e emissão de pareceres;
- Colaboração proactiva na ROF, divulgando as acções do Colégio e temas de relevância para a Indústria Farmacêutica, assegurando o veicular de informação pertinente e de actualidade;
- Realização da Reunião Anual do Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica subordinada ao tema: "GMP´s: Back to Basics" (Centro Cultural das Caldas da Rainha, 16, 17 e 18 de Março de 2012);
- Organização da Assembleia Geral do EIPG (European Industrial Pharmacists Group) (Lisboa, Portugal, 4 a 6 de Maio de 2012);
- Realização de 17 reuniões do Conselho do Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica em 2012.

2. Colégio de Especialidade de Análises Clínicas

- Realização de exames para atribuição do Título de Especialista em Análises Clínicas;
- Entrega de Diplomas de Especialidade em Análises Clínicas (Sede da Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 27 de Junho de 2012);
- Acompanhamento dos candidatos à obtenção do Título de Especialista em Análises Clínicas pela Ordem dos Farmacêuticos, sob a forma de apreciação dos relatórios anuais recebidos;
- Participação no Conselho Editorial do Centro de Informação do Medicamento (CIM);
- Participação no Conselho para a Qualificação e Admissão (CQA);

- Colaboração com a Direcção Nacional na elaboração de pareceres em áreas relevantes às Analises Clínicas;
- Colaboração proactiva na ROF, divulgando as acções do Colégio e temas de relevância para as Análises Clínicas, assegurando o veicular de informação pertinente e de actualidade;
- 5as Jornadas Ibéricas 16as Jornadas Cientificas de Análises Clínicas, 2 de Junho de 2012, Hotel Olissippo Oriente, Lisboa;
- Participação nas Jornadas de Apresentação da Profissão aos estagiários das diferentes Faculdades de Farmácia, públicas e privadas;
- Participação na 57ª edição das JIB (Journées Internationales de Biologie's) (Paris, 7, 8 e 9 de Novembro de 2012);
- Cooperação com outras Entidades Nacionais e Internacionais;
- Colaboração na preparação e elaboração de documentos e participação em reuniões, no âmbito das organizações internacionais do sector;
- Colaboração com a APAC, APOMEPA e com a ANL para os assuntos relacionados com os laboratórios privados;
- Colaboração com a AEFA no prosseguimento do protocolo estabelecido com a Ordem dos Farmacêuticos, bem como a presença em reuniões internacionais por ela patrocinadas;
- Realização de 7 reuniões do Conselho do Colégio de Especialidade de Análises Clínicas em 2012.

3. Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar

- Realização de exames para atribuição do Título de Especialista em Farmácia Hospitalar;
- Entrega de Diplomas de Especialidade em Farmácia Hospitalar (Sede da Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 27 de Junho de 2012);
- Participação no Conselho Editorial do Centro de Informação do Medicamento (CIM);
- Participação no Conselho para a Qualificação e Admissão (CQA);
- Colaboração com a Direcção Nacional na elaboração de pareceres em áreas relevantes à Farmácia Hospitalar, nomeadamente a carreira farmacêutica, entre outras;
- Colaboração proactiva na ROF, divulgando as acções do Colégio e temas de relevância para a Farmácia Hospitalar, assegurando o veicular de informação pertinente e de actualidade;

- Realização das V Jornadas de Farmácia Hospitalar, subordinadas ao tema "Um futuro com Segurança" (Hotel Olissippo Oriente, Lisboa, 10 e 11 de Fevereiro de 2012);
- Dinamização do Grupo de Trabalho de Boas Práticas de Preparação de Citotóxicos, Tratamento de Feridas/ Material de Penso e do Manuel de Gases Medicinais;
- Lançamento do "Manual de Material de Penso com Acção Terapêutica" e do "Manual de Gases Medicinais";
- Realização de 9 reuniões do Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar em 2012.

4. Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares

- Realização de exames para atribuição do Título de Especialista em Assuntos Regulamentares;
- Entrega de Diplomas de Especialidade em Assuntos Regulamentares (Sede da Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 27 de Junho de 2012);
- Participação no Conselho Editorial do Centro de Informação do Medicamento (CIM);
- Participação no Conselho para a Qualificação e Admissão (CQA);
- Colaboração com a Direcção Nacional na elaboração de pareceres em áreas relevantes à Regulamentação Farmacêutica;
- Colaboração proactiva na ROF, divulgando as acções do Colégio e temas de relevância para os Assuntos Regulamentares, assegurando o veicular de informação pertinente e de actualidade;
- Realização do Simpósio do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares, subordinada ao tema "Novas Alterações na Farmacovigilância e Boas Práticas de Distribuição" (Hotel Olissippo Oriente, Lisboa, 24 de Maio de 2012);
- Parcerias com as Faculdades de Farmácia e Entidades Formadoras, no âmbito da formação pré e pós-graduada;
- Disponibilização de actualizações das Boas Práticas Regulamentares no Portal da Ordem dos Farmacêuticos;
- Realização de 11 reuniões do Conselho do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares em 2012.

CONSELHO JURISDICIONAL NACIONAL

O Conselho Jurisdicional Nacional reuniu 4 vezes ao longo de 2012, continuando a dar seguimento aos assuntos em mãos, quer de análise própria, quer decorrentes de recursos da parte dos Conselhos Jurisdicionais Regionais da Ordem dos Farmacêuticos.

CONTAS 2012
DIRECÇÃO NACIONAL

Enquadramento económico do ano 2012

O ano de 2012 foi marcado pela vigência do Memorando de Entendimento com a "Troika" sobre as Condicionalidade de Política Económica e, consequentemente, pelo aprofundamento da recessão económica do ano anterior.

Destacam-se o Produto Interno Bruto, com uma variação negativa de 3,0% [1] (-1,6% no ano de 2011), a taxa de desemprego, que no final do quarto trimestre de 2012 chega ao nível de 16,9%[2] (14,0% no final de 2011) e a taxa de inflação que desacelera para 2,8%[3] (3,7% no ano de 2011).

Este enquadramento condicionou em geral a actividade económica no ano de 2012 e aprofundou a degradação do nível de expectativas dos agentes económicos, o que naturalmente afectou a maioria dos sectores da economia, logo também as actividades da Ordem dos Farmacêuticos.

A execução do Orçamento de 2012 da Direcção Nacional foi prejudicada neste contexto.

Da actividade no ano 2012

Quando comparado com o ano de 2011, o nível de actividade do ano de 2012 cresceu, como pôde ser evidenciado no Relatório de Actividades. Destacam-se os eventos de natureza não recorrente: Congresso e Eleições; mas também o crescimento líquido do número de Membros da Ordem dos Farmacêuticos (mais 437 Membros).

Ao nível dos rendimentos, a DN contabilizou um total de 1.549 mil Euros, mais 21 mil Euros do que o previsto no Orçamento.

[1] Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico de Inverno 2012
[2] Fonte: Instituto Nacional de Estatística
[3] Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Índice de preços no consumidor (Taxa de variação média anual)

	2.012 Orçamento	2.012 Real	Desvio Real - Orç.	Desvio % Real - Orç.	Ano 2011 Real
RENDIMENTOS E GANHOS					
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	1.140.997	**1.214.787**	*73.790*	**6,5%**	1.166.223
Prestação de serviços - Outros	386.725	**237.888**	*-148.837*	**-38,5%**	225.661
Outros rendimentos e ganhos	0	**92.638**	*92.638*		8.554
Juros, Dividendos e outros rendimentos	0	**3.482**	*3.482*		0
	1.527.722	**1.548.795**	*21.073*	**1,4%**	1.400.437

As quotas e jóias de inscrição ascenderam a 1.215 mil Euros (78% dos rendimentos do ano), mais 74 mil que o planeado no Orçamento. Este desvio justifica-se com a assunção de critérios prudentes na elaboração dos Orçamentos Regionais em 2012, nomeadamente na previsão de inscrições de novos Membros. Estes pressupostos não se concretizaram, tendo-se inscrito na OF 723 novos membros (número que compara com 715 em 2011).

As outras prestações de serviços (não relacionadas com quotas e jóias) totalizaram 238 mil Euros (15% dos rendimentos), menos 149 mil Euro que orçamentado, a saber:

- Os rendimentos do Congresso 2012 foram no montante de 75 mil Euros, com menos 75 mil Euros que o previsto em orçamento, em consequência da difícil conjuntura económica que dificultou o acesso a apoios institucionais neste evento.
- Ao nível dos apoios institucionais para outras actividades, também contabilizaram-se menos 30 mil Euros que o planeado.
- A Formação registou menos actividade que o previsto e por consequência contabilizou menos 9 mil Euros de rendimentos que o orçamentado.

Obtiveram-se 93 mil Euros de rendimentos com transferências de gastos da incorridos pela D. Nacional, mas da responsabilidade das Secções Regionais, nomeadamente: despesas comuns, despesas por conta e os gastos do Centro de Documentação Farmacêutica.

Ao nível dos gastos, no ano 2012 registaram-se num total de 2.081 mil Euros, mais 457 mil Euros que o orçamentado.

	2.012 Orçamento	2.012 Real	Desvio Real - Orç.	Desvio % Real - Orç.	Ano 2011 Real
GASTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	0	**4.474**	*4.474*		4.730
Fornecimentos e serviços externos	968.795	**1.121.589**	*152.794*	**15,8%**	845.840
Gastos com pessoal	518.072	**551.381**	*33.309*	**6,4%**	618.549
Gastos de depreciação e de amortização	38.500	**46.151**	*7.651*	**19,9%**	33.949
Outros gastos e perdas	45.579	**331.633**	*286.054*	**627,6%**	48.678
Gastos e perdas de financiamento	53.728	**26.071**	*-27.657*	**-51,5%**	24.912
	1.624.674	**2.081.299**	*456.625*	**28,1%**	1.576.658

Os Fornecimentos e Serviços Externos totalizaram 1.122 mil Euros (54% dos gastos do ano), mais 153 mil Euros que o orçamentado. Contribuíram para este desvio os gastos com o Congresso, com mais com mais 84 mil Euros que o planeado, e para além desta actividade as Rubricas relacionadas com a comunicação com suporte físico (Revista da Ordem dos Farmacêuticos, Portes de Correio e Execução de Trabalhos Gráficos). Uma parte destes últimos foi ventilada para as Secções Regionais e deu origem a rendimento não orçamentado.

Abaixo discriminam-se os Fornecimentos e Serviços Externos com maior detalhe:

RUBRICA FSE	Orçamento ano 2012	Real Ano 2012	Desvio
Comunicação	115.504,00	223.738,45	108.234,45
Publicidade e Propaganda	130.000,00	221.528,81	91.528,81
Rendas e Alugueres	31.500,00	162.155,02	130.655,02
Deslocações e Estadas	109.571,00	147.721,40	38.150,40
Trabalhos Especializados	115.000,00	127.949,80	12.949,80
Honorários	67.200,00	78.353,61	11.153,61
Outros serviços	85.000,00	54.349,85	-30.650,15
Despesas de Representação	18.091,20	24.954,13	6.862,93
Seguros	6.336,00	13.168,47	6.832,47
Livros e Documentação Técnica	13.250,00	12.545,43	-704,57
Outros Fornecimentos e Serviços	214.542,76	11.955,53	-202.587,23
Transportes de pessoal	5.500,00	10.728,48	5.228,48
Limpeza Higiene e Conforto	7.000,00	7.554,08	554,08
Outros	0,00	6.233,35	6.233,35
Material de Escritório	6.400,00	5.224,29	-1.175,71
Electricidade	7.500,00	4.491,84	-3.008,16
Combustíveis	2.300,00	3.747,84	1.447,84
Conservação e Reparação	10.000,00	2.080,95	-7.919,05
Contencioso e Notariado	20.000,00	1.177,33	-18.822,67
Água	600,00	639,59	39,59
Ferr. e Utensílios Desg. Rápido	1.000,00	456,51	-543,49
Vigilância e Segurança	1.000,00	426,61	-573,39
Artigos para Oferta	1.500,00	379,55	-1.120,45
Total fornecimentos serviços externos	968.794,96	1.121.560,92	152.765,96

RUBRICA FSE (Sem congresso)	Orçamento ano 2012	Real Ano 2012	Desvio
Comunicação	115.504,00	187.907,76	72.403,76
Publicidade e Propaganda	130.000,00	164.942,05	34.942,05
Rendas e Alugueres	31.500,00	67.722,36	36.222,36
Deslocações e Estadas	109.571,00	122.769,81	13.198,81
Trabalhos Especializados	115.000,00	120.047,05	5.047,05
Honorários	67.200,00	78.353,61	11.153,61
Outros serviços	85.000,00	44.956,74	-40.043,26
Despesas de Representação	18.091,20	23.306,07	5.214,87
Seguros	6.336,00	13.168,47	6.832,47
Livros e Documentação Técnica	13.250,00	11.033,34	-2.216,66
Outros Fornecimentos e Serviços	64.542,76	11.955,53	-52.587,23
Transportes de pessoal	5.500,00	9.435,22	3.935,22
Limpeza Higiene e Conforto	7.000,00	7.554,08	554,08
Outros	0,00	6.078,65	6.078,65
Material de Escritório	6.400,00	5.224,29	-1.175,71
Electricidade	7.500,00	4.491,84	-3.008,16
Combustíveis	2.300,00	3.647,84	1.347,84
Conservação e Reparação	10.000,00	2.080,95	-7.919,05
Contencioso e Notariado	20.000,00	1.177,33	-18.822,67
Água	600,00	639,59	39,59
Ferr. e Utensílios Desg. Rápido	1.000,00	223,86	-776,14
Vigilância e Segurança	1.000,00	454,95	-545,05
Artigos para Oferta	1.500,00	379,55	-1.120,45
Total fornecimentos serviços externos	818.794,96	887.550,94	68.755,98

Os Gastos com Pessoal contabilizaram 551 mil Euros (26 % dos gastos totais), mais 33 mil Euros que o planeado, a saber: mais 22 mil Euros com indemnizações não previstas em orçamento, mais 4 mil Euros em Trabalho Suplementar e mais 5 mil Euros noutras despesas diversas.

As Depreciações e Amortizações totalizaram 46 mil Euros, mais 8 mil Euros que o previsto, por investimentos de expansão em equipamentos administrativos.

Outros gastos e perdas registaram 332 mil Euros (16% do total), mais 286 mil Euros que o orçamentado. Nesta rubrica foi registado no ano de 2012 um evento de natureza extraordinária muito relevante para as contas da DN, a saber, o ajuste de valor do Imóvel da Avenida Almirante Gago Coutinho em Lisboa.

A Assembleia Geral de Março 2012 deliberou autorizar a Direcção Nacional a alienar aquele activo. Na sequência desta decisão, à luz do Sistema de Normalização Contabilística vigente, este

imóvel tem de passar a ser contabilizado como Propriedade de Investimento. Para esta classe de activos, mandam as regras que deva ser ajustado o seu valor contabilístico pelo justo valor de mercado.

Foi efectuada uma avaliação externa e independente que concluiu que o intervalo de justo valor estava compreendido no intervalo de valor entre os 1.190 e os 1.400 mil Euros. O seu valor contabilístico foi corrigido pelo limite superior do intervalo da avaliação, o que implicou uma desvalorização de 610 mil Euros (metade imputada à DN, por ser co-proprietária do imóvel).

Os Gastos e perdas financeiras ascenderam a 26 mil Euros, com menos 28 mil que o previsto por duas ordens de razão: por um lado não se confirmou da evolução do nível de taxas de juro prudencialmente previsto em orçamento e, por outro, o financiamento das necessidades de tesouraria da DN foi feito junto da SRL durante a maior parte do ano, o que permitiu poupar juros.

O resultado do período foi assim negativo de -533 mil Euros, com mais 436 mil Euros de prejuízo que o orçamentado.

Uma análise mais cuidada do resultado deve separar do resultado do ano as actividades de natureza não recorrente (Congresso e Eleições) e extraordinárias (Ajuste do valor do imóvel).

Nesta perspectiva a execução orçamental ajustada foi positiva.

	2.012	**2.012**	Desvio	Desvio %	Ano 2011
	Orçamento	**Real Ajustado**	Real - Orç.	Real - Orç.	Real
RENDIMENTOS E GANHOS	1.377.722	**1.474.027**	***96.305***	**7,0%**	1.400.437
GASTOS E PERDAS	1.424.674	**1.510.544**	***85.870***	**6,0%**	1.576.658
Resultado líquido do exercício	-46.952	**-36.517**	***10.435***	**-22,2%**	-176.221

ORDEM DOS FARMACÊUTICOS - DIRECÇÃO NACIONAL
Demonstração de Resultados - Ano 2012

	2.012	**2.012**	Desvio	Desvio %	Ano 2011	Ano 2010
	Orçamento	**Real**	Real - Orç.	Real - Orç.	Real	Real
RENDIMENTOS E GANHOS						
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	1.140.997	**1.214.787**	*73.790*	**6,5%**	1.166.223	1.093.467
Prestação de serviços - Outros	386.725	**237.888**	*-148.837*	**-38,5%**	225.661	231.919
Outros rendimentos e ganhos	0	**92.638**	*92.638*		8.554	130.595
Juros, Dividendos e outros rendimentos	0	**3.482**	*3.482*		0	3.713
	1.527.722	**1.548.795**	*21.073*	**1,4%**	1.400.437	1.459.694
GASTOS E PERDAS						
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	0	**4.474**	*4.474*		4.730	0
Fornecimentos e serviços externos	968.795	**1.121.589**	*152.794*	**15,8%**	845.840	764.235
Gastos com pessoal	518.072	**551.381**	*33.309*	**6,4%**	618.549	614.903
Gastos de depreciação e de amortização	38.500	**46.151**	*7.651*	**19,9%**	33.949	26.929
Outros gastos e perdas	45.579	**331.633**	*286.054*	**627,6%**	48.678	147.838
Gastos e perdas de financiamento	53.728	**26.071**	*-27.657*	**-51,5%**	24.912	113.005
	1.624.674	**2.081.299**	*456.625*	**28,1%**	1.576.658	1.666.911
Resultado líquido do exercício	-96.952	**-532.504**	*-435.552*	**449,2%**	-176.221	-207.217

BALANÇO DA DIRECÇÃO NACIONAL

RUBRICA	31-12-2012
ACTIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	1.005.019
Propriedades de investimento	700.000
Ativos intangíveis	0
	1.705.019
Activo corrente	
Inventários	0
Clientes	48.545
Estado e outros entes públicos	2.451
Acionistas/sócios	0
Outras contas a receber	82.836
Diferimentos	1.677
Ativos não correntes detidos para venda	0
Caixa e depósitos bancários	401.035
	536.544
Total do activo	2.241.563
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	328.808
Outras reservas	699.502
Resultados transitados	-1.381.808
Excedentes de revalorização	613.707
Outras variações no capital próprio	59.793
Resultado líquido do período	-532.504
Interesses minoritários	
Total do capital próprio	-212.503
Passivo	
Passivo não corrente	
Financiamentos obtidos	1.553.074
	1.553.074
Passivo corrente	
Fornecedores	205.734
Estado e outros entes públicos	16.164
Financiamentos obtidos	600.000
Outras contas a pagar	79.093
	900.991
Total do passivo	2.454.066
Total do capital próprio e do passivo	2.241.563

PARECER DO CONSELHO FISCAL NACIONAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE 2012

O Conselho Fiscal Nacional reuniu, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, para apreciação e parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano de 2012.

Analisou-se o Relatório de Actividades e Contas de 2012, com base nos elementos disponibilizados pelos serviços da Ordem dos Farmacêuticos e nas informações prestadas pelo Revisor Oficial de Contas.

Assim, considera o Conselho Fiscal Nacional que o Relatório de Actividades e Contas referente ao exercício de 2012 se encontra em condições de merecer a aprovação pela Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos.

Considerando que perante a Administração Tributária, o Estado em geral e Terceiros com interesse nas Contas da Ordem dos Farmacêuticos, estas devem ser suportadas em informação contabilística fiável e consistente, o Conselho Fiscal Nacional recomenda que as políticas e princípios contabilísticos sejam executados de forma homogénea em todos os Órgãos da Ordem dos Farmacêuticos.

Lisboa, 01 de Março de 2013

O Conselho Fiscal Nacional

Dr. Francisco José de Castro

Dr. Henrique Reguengo

Dr. Paulo Barradas Rebelo

Secção Regional de Lisboa

ASSEMBLEIA REGIONAL

CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 48.º/n.º 3 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos e para os fins do disposto nos artigos 47.º e 48.º/n.º 1 do mesmo Estatuto, convoco a Assembleia Regional da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia 8 de Março de 2013, pelas 20:30 horas, na sua sede, sita na Rua da Sociedade Farmacêutica, n.º 18, Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apreciação sobre a definição da distribuição do número de delegados a eleger por cada Assembleia Regional, para composição das próximas Assembleias Gerais da Ordem dos Farmacêuticos de 2013;
3. Informação sobre o projecto de novos Estatutos da Ordem dos Farmacêuticos apresentado ao Governo;
4. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Actividades de 2012 da Secção Regional de Lisboa;
5. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Contas de 2012 da Secção Regional de Lisboa;
6. Apreciação sobre o Relatório de Actividades e Contas de 2012 da Direcção Nacional;
7. Apreciação das Contas Consolidadas de 2012 da Ordem dos Farmacêuticos;
8. Discussão e deliberação sobre o Plano de Actividades da Secção Regional de Lisboa para 2013;
9. Discussão e deliberação sobre o Orçamento da Secção Regional de Lisboa para 2013;
10. Apreciação do Plano de Actividades e Orçamento da Direcção Nacional para 2013;
11. Apreciação do Orçamento Consolidado da Ordem dos Farmacêuticos para 2013;
12. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar em 23 de Março de 2013, pelas 10.00H, na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa;
13. Discussão sobre outros assuntos que os membros da Secção Regional de Lisboa considerem relevantes para a classe.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Lisboa, 1 de Março de 2013,

A Presidente da Mesa da Assembleia Regional

Prof. Doutora Ana Paula Martins

Secção Regional de Lisboa

ASSEMBLEIA REGIONAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 48.º/n.º 3 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos e para os fins do disposto nos artigos 47.º e 48.º/n.º 2 do mesmo Estatuto, convoco a Assembleia Regional Extraordinária da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia 8 de Março de 2013, pelas 22:00 horas, na sua sede, sita na Rua da Sociedade Farmacêutica, n.º 18, Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apreciação e discussão sobre a alienação do imóvel sito na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 164, em Lisboa.
3. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral Extraordinária a realizar em 23 de Março de 2013, pelas 12H (doze horas), na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois, com qualquer número.

Lisboa, 1 de Março de 2013,

A Presidente da Mesa da Assembleia Regional

Prof. Doutora Ana Paula Martins

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2012

SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA

INTRODUÇÃO

A Direcção da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos, que agora termina o seu mandato, entende que é um dever perante os associados apresentar um balanço do triénio 2009-2012. Este documento procura informar os farmacêuticos das actividades realizadas.

Apesar do cenário de alterações económicas e políticas destes últimos anos, esta Direcção procurou actuar em conformidade com as suas atribuições estatutárias, por forma a valorizar e divulgar quer o papel do farmacêutico na sociedade quer a melhoria das condições do exercício profissional.

A Direcção da Secção Regional Lisboa acredita que o farmacêutico terá um papel com maior relevância na sociedade, pelo que, a bem da nossa Classe, exaltamo-lo a continuar a participar na vida associativa da nossa Ordem como forma de contribuir activamente para esse desiderato.

INTERVENÇÃO DA SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA

A) PLANO EXTERNO

Mantendo a mesma política de 2011, a Secção Regional de Lisboa procurou desenvolver acções e colaborar com entidades relevantes do sector da Saúde no ano civil de 2012. No entanto, foram estruturadas actividades em que a participação do Farmacêutico foi fundamental.

Relações Institucionais

A Secção Regional de Lisboa foi recebida por várias entidades, da área da sua jurisdição. Para além da União das Misericórdias Portuguesas, a Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia, as Associações e Núcleos de Estudantes, a Secção Regional de Lisboa recebeu outras entidades da área da Saúde. Mantendo a mesma política que tem pautado o mandato desta Direcção, foram também efectuadas visitas a locais de intervenção farmacêutica e fez-se representar junto das instâncias do sector, bem como outras entidades com quem tradicionalmente mantém relações de proximidade, sempre que foi solicitada para o efeito.

Comunicação Profissional

A Secção Regional de Lisboa desenvolveu várias iniciativas que permitiram a participação activa dos farmacêuticos em questões relacionadas com a profissão farmacêutica e com o sector da Saúde. Realizaram-se eventos sob o formato de conferências e palestras, sendo que foram contactados jornais regionais no sentido de dar voz ao farmacêutico junto da Sociedade e desenvolveu-se um projecto de promoção e educação para a Saúde nas Escolas que visa a abordagem de temáticas relacionadas com a Saúde junto dos mais jovens – Projecto Geração Saudável.

No sentido de difundir a todos os associados da Ordem dos Farmacêuticos algumas das iniciativas desta Secção Regional, adoptou-se a tecnologia de *Web-Conference*, que permite visualizar à distância e em directo, a partir do portal da Ordem dos Farmacêuticos, alguns dos eventos realizados. Esta iniciativa teve como objectivo diminuir o impacto da centralização de eventos na cidade de Lisboa.

- *O Farmacêutico na Sociedade*

A Secção Regional de Lisboa concluiu em 2012 a edição de um vídeo sobre a "Comunicação na Farmácia", que plasma as boas práticas nas diversas vertentes do atendimento. Este vídeo começou a ser disponibilizado a partir de Dezembro de 2012, de forma gratuita, a todos os associados que o viessem a solicitar. A Secção Regional de Lisboa agradece a todos os intervenientes e farmacêuticos que colaboraram neste projecto.

- *Geração Saudável – Projecto de Promoção e Educação para a Saúde nas Escolas*

A promoção e a educação para a Saúde têm sido algumas das grandes preocupações das entidades estatais e privadas em Portugal. A preparação dos jovens para encararem os desafios da vida, saberem fazer as escolhas correctas para ultrapassar os obstáculos e conseguirem traçar um caminho saudável e profícuo tornou-se uma responsabilidade impar do sector da Saúde.

Com base no trabalho já desenvolvido por muitos farmacêuticos que, por iniciativa própria ou a pedido das escolas, se deslocam e abordam as mais diversificadas temáticas da saúde, a Secção Regional de Lisboa entendeu vincar, ainda mais, com a concepção deste projecto, o papel do farmacêutico na sociedade, como interveniente activo de Saúde Pública.

No ano lectivo de 2011/2012 foram abordadas as temáticas "Sexualidade" e "Alimentação e Nutrição" tendo sido envolvidas:

- "Sexualidade", em 12 escolas onde foram formados 2626 alunos e 135 professores;
- "Alimentação e Nutrição", em 11 escolas onde foram formados 1824 alunos e 119 professores.

Com os dados recolhidos deste primeiro circuito de escolas, a Secção Regional de Lisboa apresentou, no Congresso Nacional dos Farmacêuticos, um póster com os resultados dos inquéritos recolhidos junto dos mais jovens. Dos resultados mais relevantes destaca-se que, para o esclarecimento de dúvidas sobre o crescimento humano, os alunos indicaram recorrer mais frequentemente aos pais (69,1%) e ao farmacêutico (41,5%), em 463 inquéritos, respondidos por jovens entre os 9 e os 15 anos.

Os resultados obtidos e plasmados no estudo efectuado demonstraram que o projecto Geração Saudável está a ser eficaz pois a adopção de estilos de vida saudáveis, em matéria de "Sexualidade" requer, antes de mais, que os indivíduos possuam o correcto conhecimento dos factos e componentes que a integram. O envolvimento do farmacêutico neste projecto demonstra estar a ser reforçado enquanto promotor e educador para a saúde.

A partir de Outubro de 2012, iniciou-se novo circuito da Geração Saudável, estando prevista a sua passagem por 24 escolas dos distritos da área de jurisdição da Secção Regional de Lisboa. Também para o ano lectivo que se iniciou, foi estabelecida uma parceria com a iniciativa "Stent for Life", na qual é abordada a temática sobre o enfarte agudo do miocárdio, assim como quais os sintomas e o procedimento adequado nessas situações, tal como a importância de contactar de imediato o 112. Esta parceria foi estabelecida no passado mês de Novembro, o qual marcou o lançamento oficial do projecto Geração Saudável para o ano lectivo corrente.

- *Farmácia/Laboratório Saúde na Kidzania*

A Secção Regional de Lisboa, entendeu oportuno, para a valorização do papel do Farmacêutico a presença, com um espaço didáctico, na Kidzania, localizado no Centro Comercial Dolce Vita Tejo, Amadora, onde o princípio básico é "brincar às profissões dos adultos", por forma a que os mais pequenos e os seus familiares pudessem tomar contacto com a actividade dos farmacêuticos na sociedade.

Em 21 de Dezembro de 2012, foi inaugurado oficialmente o espaço, no qual esteve presente o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos e representantes das várias instituições parceiras neste projecto. O espaço contempla as áreas da intervenção do farmacêutico a nível comunitária, industrial e também de análises clínicas.

- *Ciclo de Conferências 2012*

A actualidade do sector político-profissional motivou a organização de eventos nos quais pudessem ser debatidos temas relevantes para a Classe Farmacêutica. À semelhança do ano 2010 e 2011, a Secção Regional de Lisboa transmitiu estes eventos através do sistema de *Web-Conference*, numa plataforma criada especificamente para o efeito (http://www.ordemfarmaceuticos.pt/scid/webCastter/).

Durante o ano 2012, foram realizadas 3 Conferências, de inscrição gratuita, nas quais marcaram presença individualidades de reconhecido mérito profissional, social e cultural.

- *Fóruns de debate "Noites na Ordem"*

Em cumprimento com o proposto, foram realizados na última Quinta-Feira de cada mês os fóruns de debate "Noites na Ordem", onde foram debatidos temas de interesse para a profissão farmacêutica, bem como outros de carácter socio-cultural e que, no entender desta Secção Regional, poderiam manifestar interesse aos associados da Ordem dos Farmacêuticos.

- *Distinção Farmacêutica da Secção Regional de Lisboa*

A Secção Regional de Lisboa instituiu, em 2011, uma distinção, denominada Distinção Farmacêutica da Secção Regional de Lisboa que tem como propósito distinguir farmacêuticos nas diversas áreas da sua intervenção profissional, que se tenham destacado na defesa da saúde pública, na

contribuição para a promoção da saúde junto da sociedade científica e/ou civil e por terem dignificado a profissão farmacêutica no desempenho das suas funções.

Pela sua intervenção profissional na área das Ciências Farmacêuticas e pelas razões referidas anteriormente, a Secção Regional de Lisboa, distinguiu durante o ano 2012, os farmacêuticos:

A 29 de Março de 2012 – José António Barreto Damas Móra
A 21 de Junho de 2012 – João Pedro Gomes Toste de Freitas
A 25 de Outubro de 2012 – Maria Júlia Rodrigues de Nóbrega
A 29 de Novembro de 2012 – Carlos Alberto Laranjeira Henriques

- *Opinião Farmacêutica*

Em 2012, foi criada a coluna "Pela Mão do Farmacêutico" no Jornal do Algarve, rúbrica esta que já tinha sido implementada, no ano 2011, no Jornal do Barreiro.

II Cerimónia de Vinculação à Profissão Farmacêutica

No dia 28 de Fevereiro de 2012, decorreu no Salão Nobre da Ordem dos Farmacêuticos a I Cerimónia de Vinculação à Profissão Farmacêutica. Esta cerimónia teve como objectivo dar as boas-vindas aos novos farmacêuticos que iniciaram em 2011 o seu percurso profissional. Destaca-se, também, nesta cerimónia a leitura do Juramento Farmacêutico pelos farmacêuticos presentes. Este evento contou com a presença e intervenção do Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos e também do presidente da direcção da Secção Regional de Lisboa.

- *Iniciativas comemorativas de efemérides*

A Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos realizou, no passado dia 20 de Maio, a III Caminhada Contra a Obesidade. Esta iniciativa teve como objectivo celebrar o dia Europeu Contra a Obesidade. O evento iniciou-se na Torre de Belém até às Docas de Alcântara com regresso ao ponto de partida, e finalizando com uma aula de alongamentos, em parceria com o Ginásio Holmes Place. Esta Caminhada contou com cerca de 200 participantes dos mais variados escalões etários.

B) PLANO INTERNO

No sentido de proporcionar um conjunto de iniciativas, não só para o associado como também para o futuro farmacêutico, a Secção Regional de Lisboa procurou melhorar o apoio ao desenvolvimento profissional de cada farmacêutico, bem como demonstrar ao futuro farmacêutico a importância da Ordem dos Farmacêuticos na regulação da profissão.

Inserção Profissional

- *Recepção ao Aluno Estagiário*

A Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos (OF) organizou durante o mês de Maio, sessões dirigidas aos estudantes estagiários das várias faculdades que leccionam o Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas da área geográfica da jurisdição desta Secção Regional. As sessões realizadas no Salão Nobre da OF acolheram os estudantes do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, da Universidade Lusófona, da Universidade do Algarve e da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL).

Ao longo destas sessões apresentou-se, formalmente, aos futuros farmacêuticos a instituição que irá reger o seu exercício profissional, nomeadamente a sua história, o seu papel, as suas competências e as suas atribuições.

- *Estágio na Secção Regional de Lisboa para estudantes/jovens farmacêuticos*

A Direcção da Secção Regional de Lisboa, como auxilio à integração no mercado de trabalho e dar a conhecer aos jovens os procedimentos, metodologias de trabalho e orgânica da instituição, criou uma vaga para estágio nesta Secção Regional, para jovens farmacêuticos/finalistas do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas.

Os objectivos primordiais deste estágio foram:

- Integração dos jovens farmacêuticos/finalistas do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas na instituição que regula a profissão farmacêutica;
- Dar a conhecer os procedimentos, metodologias de trabalho e orgânica interna da instituição;

- Participar activamente, quer em reuniões de trabalho, quer na organização das actividades plasmadas e aprovadas em Assembleia Regional de Lisboa, no Plano de Actividades da Secção Regional de Lisboa para 2012.

Entendeu a Direcção da Secção Regional de Lisboa considerar como período de estágio o máximo de 3 meses.

- *Gabinete de Aconselhamento Profissional e Bolsa de Emprego*

A Secção Regional de Lisboa criou em 2010 e dinamizou, durante o ano 2011 e 2012 uma Bolsa de Emprego.

Os dados de 2012, relativamente à Procura vs Oferta são os plasmados no gráfico:

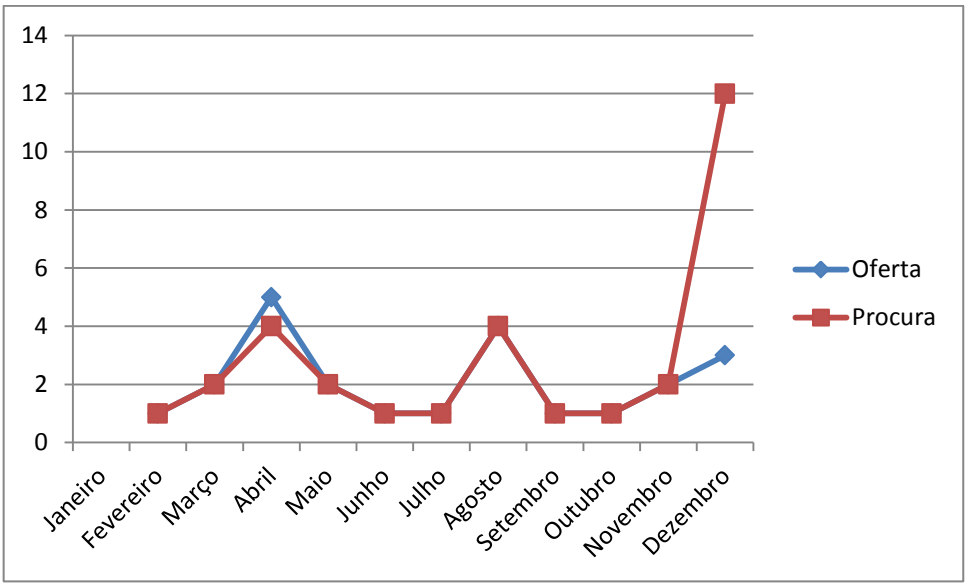


Gráfico 1 – Relação entre a Procura e a Oferta na Bolsa de Emprego da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos em 2012

- Kit Novo Sócio

No sentido de facultar aos novos associados os meios e suportes para um melhor entendimento da profissão farmacêutica e da história e importância da Ordem dos Farmacêuticos como entidade reguladora da profissão, a Secção Regional de Lisboa continuou a disponibilizar, durante o ano 2012, um Kit com imagem moderna e renovada, que contém:

- Pasta com imagem institucional da Ordem dos Farmacêuticos;

- Boletim com informações sobre a Ordem dos Farmacêuticos e Serviços que disponibiliza aos associados;
- Formulários de Inscrição na Bolsa de Emprego da SRL;
- Livros e Boletins Informativos do sector Farmacêutico;
- Revista da Ordem dos Farmacêuticos;
- Protocolos de Benefícios aos Associados "Ser Farmacêutico dá Vantagens";
- Informação sobre Acções de Formação e eventos da Secção Regional de Lisboa;
- Brochura sobre o Projecto Geração Saudável;
- Folhetos sobre o vídeo institucional e o recentemente editado vídeo sobre "Comunicação na Farmácia".

Apoio ao Associado

- *Gabinete de Aconselhamento Jurídico*

O Gabinete de Aconselhamento Jurídico que dá apoio a questões jurídicas relacionadas com o exercício da profissão funcionou, de forma gratuita, mediante marcação prévia às Quartas e Sextas-Feiras de tarde, em formato de consulta presencial ou telefónica.

- *Formação Contínua*

No sentido de proporcionar a todos os associados da Secção Regional de Lisboa formação de qualidade e abrangendo o maior número de áreas profissionais, a direcção da Secção Regional de Lisboa concretizou um plano formativo de qualidade e descentralizado pelas várias capitais de distrito na área de jurisdição desta Secção Regional, com um valor de inscrição de 75,00€.

A Secção Regional de Lisboa procurou, igualmente, encontrar os formadores ideais para as matérias a leccionar. Contribuíram, assim, com o seu conhecimento, farmacêuticos, médicos, gestores, médicos veterinários, economistas, entre outros.

Foram realizadas 27 acções de formação que contaram com a participação de 328 farmacêuticos.

- *Curso de Formação Pós-Graduada em Marketing Farmacêutico*

No ano 2012, a Secção Regional de Lisboa em parceria com o CaF – Formação, realizou duas edições do Curso de Formação Pós Graduada em Marketing Farmacêutico, constituída por uma formação de 60 horas para farmacêuticos das várias áreas de intervenção profissional, com componente prática e teórica. As temáticas abordadas e os respectivos formadores. A 3ª edição, realizada em 2012, contou com a participação de 20 farmacêuticos.

- *Benefícios aos Associados na aquisição de bens e serviços*

A Secção Regional de Lisboa continuou, durante o ano 2012, um trabalho já iniciado em 2010 de actualização profunda dos protocolos anteriormente estabelecidos com instituições, no sentido de melhorar as condições anteriormente acordadas, bem como estabelecer novas parcerias de interesse para o associado. Durante o ano 2012, a Secção Regional de Lisboa enviou, periodicamente, a todos os seus associados, informações relativas aos protocolos assinalados com diversas entidades, com o intuito de facultar alguns benefícios e vantagens aos associados, nas áreas de: Hotelaria, gastronomia, cultura e lazer, saúde e bem-estar, formação e educação, sector automóvel, banca e seguros, entre outros.

- *Comunicação Electrónica*

No sentido de incentivar a participação do associado nas actividades realizadas pela Ordem dos Farmacêuticos, bem como tornar mais próxima a relação entre ambos, a Secção Regional de Lisboa continuou a utilizar as novas tecnologias (e-mail, SMS), bem como a criação de uma página na rede social FACEBOOK (www.facebook.com/SeccaoRegionalLisboaOF), na qual é disponibilizada um conjunto de informações sobre eventos, protocolos, imprensa e fotos das iniciativas organizadas por esta Secção Regional.

- *Sede Regional*

Por forma a permitir uma correcta utilização do património da Secção Regional de Lisboa e pela necessidade de proporcionar aos sócios e colaboradores melhores condições de trabalho, foi definida uma estratégia de reabilitação do prédio anexo na Rua Bernardim Ribeiro que se encontra em estado avançado de deterioração.

A Direcção da Secção Regional de Lisboa nomeou, em Setembro de 2012, um grupo de trabalho para avaliação do projecto de reabilitação deste edifício e consequente instalação da Sede da Secção Regional de Lisboa.

DELEGAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES

1º Trimestre 2012:

- Acolhimento e reunião com o Bastonário da OF, Prof. Doutor Carlos Maurício Barbosa;
- Reunião com o Sr. Secretário Regional da Saúde Dr. Miguel Correia, onde participou o Bastonário da OF, Prof. Doutor Carlos Maurício Barbosa;
- Visita a S. Miguel com o Bastonário da OF, Prof. Doutor Carlos Maurício Barbosa e reunião com os colegas.

2º Trimestre de 2012:

- Visita Deslocação a S. Miguel de modo a participar na cerimónia Municipal, onde a OF recebeu um "Diploma de Reconhecimento Municipal";
- Realização de uma sessão das "Noites na Ordem" em Angra do Heroísmo, em colaboração com a Secção Regional de Lisboa da OF.

3º e 4º Trimestre de 2012:

- Mesa de assembleia de voto presencial, em Angra do Heroísmo, para a eleição dos Órgãos Regionais e Nacionais da OF.

Para além destas reuniões o Delegado Regional representou a Ordem em vários outros eventos oficiais, atendimento aos sócios e participação nas assembleias Regional de Lisboa e Nacional da OF.

DELEGAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

- Promoção de reuniões de actualização científica e técnica.
- Reuniões com o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais para discussão de assuntos de interesse para a Classe.
- Representação da Ordem em diversas conferências, cimeiras e cerimónias oficiais, nomeadamente:
    - Ciclo de Conferências (3ª Conferência) sobre "Um Hospital para o Século XXI" organizada pelo Grupo de Trabalho para a Saúde na RAM, (14/01/2012).
    - Cerimónia de Tomada de Posse da Ordem dos Enfermeiros da RAM (1/02/2012).

- Colóquio "Pelo Uso Racional de Antibióticos e pela Prevenção da Resistência Bacteriana" promovido pela Câmara Municipal do Funchal em parceria com a Associação VIDA, (15/03/2012).
- VI Conferência Anual do Turismo, realizada pela Ordem dos Economistas da RAM, (04/05/2012).
- XII Jornadas de Diabetes da Madeira e 3º Simpósio Satélite de Tiróide organizada pelo Serviço de Endocrinologia do SESARAM, (18 e 19 de Outubro de 2012).
- Ciclo de Conferências "O Papel do Farmacêutico no Serviço Regional de Saúde, no Funchal, (25/10/2012)
- Pareceres solicitado pela Comissão Especializada Permanente de Saúde e Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Madeira.

- Reuniões com o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, para tratar da situação das Farmácias face à alteração da Lei.
- Atendimento e Resolução das reclamações apresentadas pelos utentes.
- Atendimento diário aos Farmacêuticos com as seguintes tarefas:
  - Inscrições
  - Pagamento de quotas
  - Alterações de residência
  - Emissão de certificados
  - Pedido de emissão de cartões de identificação
  - Pedidos de listagens
  - Minuta de Ofícios sobre diversos assuntos
  - Mailing
  - Actualização dos ficheiros, bem como dos processos individuais de todos os farmacêuticos que exercem funções na Região.
  - Apoio e Secretariado às Acções de Formação realizadas na RAM, nomeadamente:
  - "ANTIBIOTERAPIA" (24/02/2012),
  - "NUTRIÇÃO INFANTIL E DISTÚRBIOS FREQUENTES" (11/05/2012),
  - CICLO DE CONFERÊNCIAS "O Papel do Farmacêutico no Serviço Regional de Saúde", no Funchal, (25/10/2012)

CONCLUSÃO

QUISEMOS FAZER MAIS E MELHOR PELA VIDA DA NOSSA ORDEM, pelo que, realizámos com muito empenho e dedicação o conjunto de iniciativas que agora vos enviamos.

Estamos cientes que sem o apoio dos Órgãos Sociais, de todos os colaboradores desta Secção Regional, assim como dos grupos de trabalho e associados que, voluntariamente, nos foram apoiando, tal missão não teria sido possível.

Num momento em que alguns de nós se desvincularão dos Órgãos Sociais desta Secção Regional, queremos deixar o nosso mais reconhecido e sentido agradecimento a todos os referidos anteriormente.

A Todos o nosso Obrigado!

A Direcção da Secção Regional de Lisboa no mandato 2009-2012.

CONTAS 2012
SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA

Do enquadramento económico do ano 2012

O ano de 2012 foi marcado pela vigência do Memorando de Entendimento com a "Troika" sobre as Condicionalidade de Política Económica e, consequentemente, pelo aprofundamento da recessão económica do ano anterior.

No que respeita as grandes variáveis macroeconómicas, observou-se em geral uma evolução negativa destes indicadores. Destacam-se o Produto Interno Bruto, com uma variação negativa de 3,0% [4] (-1,6% no ano de 2011), a taxa de desemprego, que no final do quarto trimestre de 2012 chega ao nível de 16,9%[5] (14,0% no final de 2011) e a taxa de inflação que desacelera para 2,8%[6] (3,7% no ano de 2011).

Este enquadramento condicionou em geral a actividade económica no ano de 2012 e aprofundou a degradação do nível de expectativas dos agentes económicos, o que naturalmente afectou a maioria dos sectores da economia, logo também as actividades da Ordem dos Farmacêuticos.

A execução do Orçamento de 2012 da Secção Regional de Lisboa (SRL) foi prejudicada neste contexto adverso.

Da actividade no ano 2012

Quando comparado com o ano de 2011, o nível de actividade do ano de 2012 cresceu, como já foi descrito no Relatório de Actividades. Destacam-se neste: o crescimento do número de Membros da SRL (aumento líquido de 233 Membros), o projecto Geração Saudável e o projecto Kidzania.

Ao nível dos rendimentos, a SRL contabilizou um total de 1.598 mil Euros, mais 56 mil Euros do que o previsto no Orçamento.

[4] Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico de Inverno 2012
[5] Fonte: Instituto Nacional de Estatística
[6] Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Índice de preços no consumidor (Taxa de variação média anual)

	2.012 Orçamento	2.012 Real	Desvio Real - Orç.	Desvio % Real - Orç.	Ano 2011 Real
RENDIMENTOS E GANHOS					
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	1.349.666	**1.445.087**	*95.421*	**7,1%**	1.375.571
Prestação de serviços - Outros	148.435	**87.728**	*-60.707*	**-40,9%**	122.601
Outros rendimentos e ganhos	500	**17.928**	*17.428*	**3485,6%**	117.523
Juros, Dividendos e outros rendimentos	44.137	**47.544**	*3.407*	**7,7%**	51.193
	1.542.738	**1.598.287**	*55.549*	**3,6%**	1.666.888

As quotas e jóias de inscrição ascenderam a 1.445 mil Euros (90% dos rendimentos do ano), mais 95 mil que o planeado no Orçamento. Este desvio justifica-se com a assunção de critérios prudentes na elaboração do Orçamento, nomeadamente na previsão de inscrições de novos Membros. Pese embora se tenha confirmado a degradação do contexto económico, estes pressupostos não se concretizaram e as inscrições na SRL cresceram, tendo-se inscrito na SRL 395 novos Membros no ano 2012 (número que compara com 351 em 2011).

As outras prestações de serviços da SRL totalizaram 88 mil Euros (5% dos rendimentos), menos 61 mil Euro que orçamentado. Nesta sede estava previsto em orçamento um apoio institucional ao projecto Geração Saudável que não foi possível realizar devido à adversa conjuntura económica do ano 2012.

Contabilizaram-se 18 mil Euros de Outros rendimentos e a aplicação dos excedentes de tesouraria detidos pela SRL permitiu obter mais 48 mil Euros em rendimentos e juros, em linha com o previsto no orçamento.

Ao nível dos gastos, no ano 2012 registou-se um total de 1604 mil Euros, mais 174 mil Euros que o orçamentado.

	2.012 Orçamento	2.012 Real	Desvio Real - Orç.	Desvio % Real - Orç.	Ano 2011 Real
GASTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e mat. consumidos	0	**0**	*0*		20
Fornecimentos e serviços externos	549.043	**617.641**	*68.598*	**12,5%**	553.783
Gastos com pessoal	198.993	**226.158**	*27.165*	**13,7%**	236.362
Gastos de depreciação e de amortização	28.745	**26.630**	*-2.115*	**-7,4%**	11.684
Outros gastos e perdas	637.600	**721.799**	*84.199*	**13,2%**	628.544
Gastos e perdas de financiamento	15.600	**11.980**	*-3.620*	**-23,2%**	16.825
	1.429.980	**1.604.208**	*174.228*	**12,2%**	1.447.218

Os Fornecimentos e Serviços Externos totalizaram 618 mil Euros (39% dos gastos do ano), mais 69 mil Euros que o orçamentado. Contribuíram para este desvio os gastos com o projecto Kidzania (38 mil Euros, não planeados) e a execução do projecto Geração Saudável com mais actividade que o previsto e por consequência mais custos em 30 mil Euros.

Abaixo discriminam-se os Fornecimentos e Serviços Externos:

RUBRICA FSE	Real ano 2011	Orçamento ano 2012	Real ano 2012	Desvio	Descrição da conta de gasto
Trabalhos Especializados	138.299,45	83.883,22	176.163,47	92.280,25	Trabalhos técnicos, Serviços Informática, Serviços especializados (formação)
Seguros	81.209,57	56.504,16	74.156,39	17.652,23	Seguro de responsabilidade civil
Rendas e Alugueres	57.925,29	59.064,18	58.745,32	-318,86	Renda das garagem e Aluguer de equipamentos
Outros serviços	19.058,57	20.755,78	51.016,10	30.260,32	Patrocínios (Kidzania) e Outros trabalhos especializados
Outros	2.713,67	0,00	50.196,21	50.196,21	Outros
Comunicação	95.965,18	96.309,26	44.914,31	-51.394,95	Portes de correio e Serviços de comunicação (Voz, Dados e Móveis)
Deslocações e Estadas	58.121,82	64.138,66	32.455,69	-31.682,97	Alojamentos, refeições, despesas transporte
Publicidade e Propaganda	16.277,25	26.261,60	24.002,63	-2.258,97	Trabalhos tipográficos e Publicações em jornais
Transportes de pessoal	4.316,08	2.309,56	17.254,22	14.944,66	
Honorários	27.544,31	97.448,03	16.171,56	-81.276,47	Honorários de formadores e Consultores Jurídicos
Despesas de Representação	7.776,96	2.887,27	15.280,19	12.392,92	Refeições e Catering em eventos
Combustíveis	425,68	0,00	9.923,33	9.923,33	
Outros Fornecimentos e Serviços	0,00	0,00	9.387,90	9.387,90	
Conservação e Reparação	3.550,37	2.173,33	8.425,40	6.252,07	
Material de Escritório	16.349,72	13.730,93	8.353,59	-5.377,34	Economato
Limpeza Higiene e Conforto	11.348,23	12.116,13	7.305,52	-4.810,61	
Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00	6.090,46	6.090,46	
Electricidade	2.849,31	3.454,57	4.778,58	1.324,01	
Ferr. e Utensílios Desg. Rápido	591,59	5.135,99	951,32	-4.184,67	Equipamento de reduzido valor
Água	554,94	409,75	779,24	369,49	
Contencioso e Notariado	5.963,56	170,40	612,50	442,10	Emolumentos notariais e taxas de justiça
Vigilância e Segurança	993,70	842,24	451,54	-390,70	
Artigos para Oferta	1.948,08	1.448,09	225,84	-1.222,25	Material promocional
Total fornecimentos serviços externos	553.783,33	549.043,14	617.641,31	68.598,17	

Os Gastos com Pessoal contabilizaram 226 mil Euros (14 % dos gastos totais), com mais 27 mil Euros que o planeado, a saber: mais 22 mil Euros com alterações no Quadro de Pessoal não previstas em orçamento e mais Trabalho Suplementar que o planeado.

As Depreciações e Amortizações totalizaram 27 mil Euros.

Outros gastos e perdas registaram 722 mil Euros (45% do total dos gastos), mais 84 mil Euros que o orçamentado. Para esta rubrica contribuem as transferências para Direcção Nacional previstas no Estatuto e o ajuste de valor do Imóvel da Avenida Almirante Gago Coutinho em Lisboa.

Relativamente a este último, pode explicar-se pelo seguinte: em 2009, a Ordem dos Farmacêuticos adquiriu um imóvel na Avenida Almirante Gago Coutinho com o objectivo de ali edificar a sua nova sede. O valor de aquisição foi de 1.800 mil Euros, quantia à qual acresceram benfeitorias de cerca de 210 mil Euros, em obras e equipamentos. A Secção Regional de Lisboa detém metade do imóvel.

Em conjunto com a Direcção Nacional, promoveu-se um aprofundado debate interno sobre os imóveis da Ordem dos Farmacêuticos, sitos em Lisboa, tendo criado um Grupo de Trabalho que apresentou conclusões na Assembleia Geral de 16 de Dezembro de 2011. A solução de edificar a sede na Avenida Almirante Gago Coutinho foi considerada inviável, logo prejudicada, pelo que o imóvel

deveria ser alienado após autorização expressa da Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos, o que veio a acontecer em Março de 2012.

Na sequência desta decisão, à luz do Sistema de Normalização Contabilística vigente, este activo tem de passar a ser contabilizado como Propriedade de Investimento. Para esta classe de activos mandam as regras que deve ser ajustado o seu valor contabilístico pelo Justo Valor de Mercado.

Foi efectuada uma avaliação externa e independente que concluiu que o intervalo de justo valor estava compreendido no intervalo de valor entre os 1.190 e os 1.400 mil Euros.

O seu valor contabilístico foi corrigido pelo limite superior do intervalo da avaliação, o que implicou uma desvalorização de 610 mil Euros (metade imputada à SRL – 305 mil euros - por ser co-proprietária do imóvel).

Como a Secção Regional de Lisboa detinha uma provisão de 250 mil Euros para este tipo de riscos ou encargos, foi possível reduzir o impacte desta operação nas contas de 2012 de 305 mil Euros para montante de 55 mil Euros.

Paralelamente, é efectuado um ajuste de valor líquido do imóvel da Rua Bernardino Ribeiro pelos coeficientes de desvalorização publicados pelo Ministério das Finanças, que aumenta o valor líquido daquele imóvel em 72 mil Euros.

Em conclusão, ajusta-se o valor do imóvel da Av. Almirante Gago Coutinho pelo Justo Valor de Mercado, o Imóvel da Rua Bernardino Ribeiro é ajustado pela inflação dos últimos 14 anos e o resultado do exercício regista uma redução de 55 mil Euros e a Situação Líquida aprecia 17 mil Euros.

Os Gastos e perdas financeiras ascenderam a 12 mil Euros.

O resultado do período foi assim negativo de -6 mil Euros, com menos 119 mil Euros do que o orçamentado.

	2.012 Orçamento	**2.012 Real**	Desvio Real - Orç.	Desvio % Real - Orç.	Ano 2011 Real	Ano 2010 Real
RENDIMENTOS E GANHOS						
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	1.349.666	**1.445.087**	*95.421*	**7,1%**	1.375.571	1.323.386
Prestação de serviços - Outros	148.435	**87.728**	*-60.707*	**-40,9%**	122.601	75.182
Outros rendimentos e ganhos	500	**17.928**	*17.428*	**3485,6%**	117.523	342.443
Juros, Dividendos e outros rendimentos	44.137	**47.544**	*3.407*	**7,7%**	51.193	12.349
	1.542.738	**1.598.287**	*55.549*	**3,6%**	1.666.888	1.753.360
GASTOS E PERDAS						
Custo das mercadorias vendidas e mat. consum	0	**0**	*0*		20	0
Fornecimentos e serviços externos	549.043	**617.641**	*68.598*	**12,5%**	553.783	490.497
Gastos com pessoal	198.993	**226.158**	*27.165*	**13,7%**	236.362	174.689
Gastos de depreciação e de amortização	28.745	**26.630**	*-2.115*	**-7,4%**	11.684	9.570
Outros gastos e perdas	637.600	**721.799**	*84.199*	**13,2%**	628.544	654.026
Gastos e perdas de financiamento	15.600	**11.980**	*-3.620*	**-23,2%**	16.825	30.552
	1.429.980	**1.604.208**	*174.228*	**12,2%**	1.447.218	1.359.334
Resultado líquido do exercício	112.758	**-5.921**	*-118.679*	**-105,3%**	219.670	394.026

BALANÇO DA SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA

RUBRICA	31-12-2012
ACTIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	372.366
Propriedades de investimento	700.000
Ativos intangíveis	14.031
	1.086.398
Activo corrente	
Inventários	0
Clientes	8.745
Estado e outros entes públicos	9.200
Acionistas/sócios	666.808
Outras contas a receber	43.876
Diferimentos	33.710
Ativos não correntes detidos para venda	0
Caixa e depósitos bancários	1.011.331
	1.773.670
Total do activo	2.860.067
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	299.279
Outras reservas	1.184.579
Resultados transitados	1.162.718
Excedentes de revalorização	74.761
Outras variações no capital próprio	0
Resultado líquido do período	-5.921
Interesses minoritários	
Total do capital próprio	2.715.415
Passivo	
Passivo não corrente	
Financiamentos obtidos	1.112
	1.112
Passivo corrente	
Fornecedores	59.986
Estado e outros entes públicos	22.652
Financiamentos obtidos	0
Outras contas a pagar	60.902
	143.540
Total do passivo	144.652
Total do capital próprio e do passivo	2.860.067

Secção Regional de Lisboa

PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DE LISBOA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2012

O Conselho Fiscal Regional, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, apreciou e emitiu o seu parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas relativas ao ano 2012.

Analisámos o relatório de Actividades e Contas de 2012, baseados nos elementos disponibilizados pelos serviços da Ordem dos Farmacêuticos e nas informações prestadas pelo TOC.

Assim, julgamos que o Relatório de Actividades e Contas do Exercício de 2012 se encontra em condições de merecer a aprovação dos restantes Órgãos desta Secção Regional.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2013,

O Presidente do Conselho Fiscal Regional de Lisboa

Dr. Francisco José dos Santos Braz de Castro

Secção Regional de Coimbra

ASSEMBLEIA REGIONAL

CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 48.º/n.º 3 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos e para os fins do disposto nos artigos 47.º e 48.º/n.º 1 do mesmo Estatuto, convoco a Assembleia Regional da Secção Regional de Coimbra da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia 11 de Março de 2013, pelas 20:30 horas, na sua sede, sita na Rua Castro Matoso, n.º 12 A, em Coimbra, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apreciação sobre a definição da distribuição do número de delegados a eleger por cada Assembleia Regional, para composição das próximas Assembleias Gerais da Ordem dos Farmacêuticos de 2013;
3. Informação sobre o projecto de novos Estatutos da Ordem dos Farmacêuticos apresentado ao Governo;
4. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Actividades de 2012 da Secção Regional de Coimbra;
5. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Contas de 2012 da Secção Regional de Coimbra;
6. Apreciação sobre o Relatório de Actividades e Contas de 2012 da Direcção Nacional;
7. Apreciação das Contas Consolidadas de 2012 da Ordem dos Farmacêuticos;
8. Discussão e deliberação sobre o Plano de Actividades da Secção Regional de Coimbra para 2013;
9. Discussão e deliberação sobre o Orçamento da Secção Regional de Coimbra para 2013;
10. Apreciação do Plano de Actividades e Orçamento da Direcção Nacional para 2013;
11. Apreciação do Orçamento Consolidado da Ordem dos Farmacêuticos para 2013;
12. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar em 23 de Março de 2013, pelas 10.00H, na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa;
13. Discussão sobre outros assuntos que os membros da Secção Regional de Coimbra considerem relevantes para a classe.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Coimbra, 1 de Março de 2013,

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional

Paulo Moreira da Fonseca.

Dr. Paulo Moreira da Fonseca

Secção Regional de Coimbra

ASSEMBLEIA REGIONAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 48.º/n.º 3 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos e para os fins do disposto nos artigos 47.º e 48.º/n.º 2 do mesmo Estatuto, convoco a Assembleia Regional Extraordinária da Secção Regional de Coimbra da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia 11 de Março de 2013, pelas 22:00 horas, na sua sede, sita na Rua Castro Matoso, n.º 12ª, Coimbra, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apreciação e discussão sobre a alienação do imóvel sito na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 164, em Lisboa.
3. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral Extraordinária a realizar em 23 de Março de 2013, pelas 12h00 (doze horas), na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois, com qualquer número.

Coimbra, 1 de Março de 2013,

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional

Paulo Moreira da Fonseca.

Dr. Paulo Moreira da Fonseca

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2012

SECÇÃO REGIONAL DE COIMBRA

INTRODUÇÃO

O ano de 2012 ficou marcado pela concretização, tal como previsto, do projecto de recuperação do edifício geminado com o da Sede Regional, devoluto desde há alguns anos, promovendo-se assim a valorização do património imobiliário da Ordem dos Farmacêuticos. Mas não só de valorização patrimonial se tratou este importante investimento. Estamos a falar de uma obra que permitiu remodelar a Sede Regional da Ordem dos Farmacêuticos no seu todo, dotando-a de novas valências, e nela instalar duas estruturas inovadoras – o Clube Farmacêutico e o Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos.

Se no primeiro projecto existe uma componente associativa forte virada para o interior da Ordem e, em especial, para os membros desta Secção Regional, já o segundo, o Centro de Documentação, tem um objectivo claro que é o de dar a conhecer, hoje e no futuro, o riquíssimo património documental que a Ordem dos Farmacêuticos detém e a sua relevantíssima prestação na melhoria dos cuidados de saúde dos portugueses, desde há séculos a esta parte, devido justamente à intervenção dos farmacêuticos ao longo de todos estes anos.

Foi ainda previsto para este renovado edifício da nossa Secção Regional um espaço dedicado a uma sala de estudo para os estudantes da Faculdade de Farmácia que, desta forma, passariam a utilizar as instalações da sua futura Ordem, num gesto claro e intencional de não só chamar mais membros a esta Secção Regional, como estimular os futuros farmacêuticos para a importância que se reveste o associativismo na nossa profissão.

Paralelamente, a qualificação do farmacêutico foi outra das áreas chave da nossa actuação e, nesse sentido, foram desenvolvidos planos de formação, que incluíram acções de formação, cursos e conferências, com a preocupação de descentralizar os locais de realização destas iniciativas e, naturalmente, o objectivo *major* de proporcionar uma formação pós-graduada de interesse relevante para o exercício da profissão farmacêutica nos seus vários domínios.

Esta vertente toma especial relevo em face das profundas alterações e reformas operadas em todas as áreas envolvendo o exercício farmacêutico, sendo que a Ordem dos Farmacêuticos assume um papel decisivo na regulação do exercício profissional, nas suas vertentes técnica, científica, deontológica, profissional e disciplinar, garantindo, perante os cidadãos, os doentes e a sociedade em geral, a qualidade dos serviços prestados por aqueles que representa.

A merecer igualmente grande destaque no âmbito das actividades realizadas durante o ano de 2012, estão as comemorações do Dia Nacional do Farmacêutico, que este ano tiveram lugar em Coimbra, cabendo justamente à Secção Regional de Coimbra a responsabilidade pela sua organização.

Estas comemorações decorreram ao longo de 2 dias, 25 e 26 de Setembro, integrando um conjunto de eventos com impacto junto dos membros da nossa Ordem, bem como dos órgãos de comunicação social conferindo assim uma boa visibilidade ao farmacêutico. Deste conjunto de eventos, destacamos a inauguração do Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos no dia 25, em que estiveram presentes o magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, o Director-Geral de Arquivos, o Director do Museu da Farmácia, entre muitos outros... No final da noite, e integrada na inauguração do Clube Farmacêutico, assistimos à excelente actuação de Mariana Abrunheiro Lima, voz que já fez parte do grupo Madredeus, e que se fez acompanhar à guitarra e viola com mais dois músicos.

Em resumo, refira-se que o Relatório de Actividades que agora submetemos à apreciação dos membros traduz, no essencial, a responsabilidade perante o exercício da profissão, revelando um conjunto de actividades desenvolvidas com esse objectivo, sempre na defesa da dignificação da profissão, de uma intervenção farmacêutica pautada pela defesa do interesse público e do interesse dos doentes.

Três anos depois, afirmamos a nossa satisfação pelo trabalho desenvolvido, tendo sido plenamente cumpridos os principais objectivos que nortearam a nossa candidatura à Secção Regional, mandato este que, como é sabido, terminou no final do ano com a eleição dos novos Órgãos Sociais para o triénio 2013-2015.

1. PLANO INTERNO

A Secção Regional de Coimbra continuou a dinamizar um conjunto de actividades, essencialmente voltadas para o membro, procurando dotar a Secção Regional de serviços e estruturas que possam corresponder às necessidades e expectativas dos Colegas.

Continuámos a procurar adequar os serviços prestados aos farmacêuticos às suas necessidades em termos profissionais e, nesse sentido, manteve-se o seguro de responsabilidade civil profissional, a bolsa de emprego e o serviço de aconselhamento jurídico.

Internamente, o ano de 2012 ficou inequivocamente marcado pela conclusão da obra de remodelação da Sede Regional e, consequentemente, pela inauguração, em Setembro, do Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos e do Clube Farmacêutico.

1.1. FORMAÇÃO CONTÍNUA PÓS-GRADUADA

O planeamento e a organização de um plano de formação contínua estruturado sempre foram pilares fundamentais dos planos de acção desta Direcção.

Contudo, a obra de remodelação da Sede que decorreu ao longo do ano, veio limitar a capacidade de uma maior oferta nesta área, bem como limitou fortemente a utilização do próprio espaço, nomeadamente do auditório. Neste sentido, a organização de acções de formação e de conferência surge bastante limitada relativamente a anos anteriores:

1.1.1. Acções de Formação

- **A Patente e o Medicamento** – 26 de Janeiro (Formadora: Eng.ª Anabela Carvalho – Clarke Modet & Co.)
- **Sistema Nacional de Farmacovigilância. Noções Gerais e Actividade da UFC** – 24 de Maio (Formador: Prof. Doutor Francisco Batel Marques)
- **1.º Curso de Serviços Farmacêuticos** – 22, 23, 29 e 30 de Junho e 20 e 21 de Outubro (Coordenação científica e pedagógica: Prof. Doutora Isabel Vitória Figueiredo e Prof. Doutor Fernando Fernandez-Llimos)
- **À Descoberta da Terapêutica Homeopática** – 9 e 10 de Novembro (Formadora: Dra. Jacqueline Sirimongkhon)

1.1.2. Ciclo de Conferências 2012

- **"Reflectir fora do Rectângulo - Competências e Perspectivas"** – 15 de Março
  Conferencista: Dra. Andreia Bruno (FIP Collaborative Centre, Londres)

1.1.3. Formação E-learning

Em parceria com as restantes Secções Regionais, foi lançada uma nova plataforma de formação à distância, decorrente de uma parceria entre a Ordem dos Farmacêuticos, a DLC – Distance Learning Consulting, Lda. e a 4Choice Health Consultancy Lda. O objectivo primordial é, por um lado, disponibilizar a todos os Colegas, e de forma equitativa, um plano de formação contínua creditada e baseada numa plataforma de formação à distância com reconhecimento a nível mundial. Por outro lado permitir aos Colegas que estruturem e planifiquem a sua formação e a desenvolvam em consonância com as suas disponibilidades de tempo.

O primeiro curso teve início no dia 17 de Setembro, subordinado ao tema "***Atendimento em Medicamentos Não Sujeito a Receita Médica: Sistema Digestivo no Adulto - Parte I (Pirose e Dispepsia)***", com a duração de 21 horas e creditado com 2,1CDP.

1.2. PRODUTOS E SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS AOS MEMBROS

1.2.1. Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

A Ordem dos Farmacêuticos contratou um Seguro de Responsabilidade Civil Profissional, oferecido a todos os membros em situação regular, que garante um limite de indemnização de € 100.000,00, por sinistro e anuidade.

O seguro salvaguarda os actos praticados, decorrentes da intervenção profissional do farmacêutico, e que possam motivar a responsabilização civil do farmacêutico.

1.2.2. Gabinete de Aconselhamento Jurídico

A Secção Regional de Coimbra manteve em funcionamento o Gabinete de Apoio Jurídico aos membros da Secção Regional, para a prestação de serviços de aconselhamento jurídico em questões relacionadas com o exercício da profissão, funcionando, mediante marcação prévia, às sextas-feiras, da parte da tarde, podendo a consulta ser presencial ou telefónica.

1.2.3. Bolsa de Emprego

A Secção Regional de Coimbra continuou a disponibilizar um serviço de bolsa de emprego, gerindo um pacote de ofertas e procuras de emprego, identificando compatibilidades nos requisitos de oferta e de procura na área farmacêutica.

1.3. COMUNICAÇÃO ELECTRÓNICA: FACEBOOK

Respondendo à evolução dos próprios padrões de comunicação da sociedade actual, a Secção Regional tem optado pela comunicação electrónica com os membros, sendo que praticamente todas as comunicações são efectuadas por correio electrónico e através do envio de *newsletters*. Grande relevância na comunicação com os membros tem assumido, igualmente, a nossa página no FACEBOOK, que permite uma comunicação mais dinâmica e próxima com os nossos membros e amigos.

1.4. DESPORTO, CULTURA E LAZER

1.4.1. Parceria com o Conservatório de Música de Coimbra – "O Pedro e o Lobo"

Em face da importância que sempre afirmámos para as actividades de índole cultural e lúdica, convidámos os Colegas, e respectivos familiares, para assistir ao espectáculo "O Pedro e o Lobo", por altura do Natal - 15 de Dezembro - no Conservatório de Música de Coimbra. Trata-se de uma história infantil, pese embora agrade a públicos de todas das idades, contada através da música. Composta por Prokofiev, o objectivo é o de mostrar às crianças as sonoridades dos diversos instrumentos. Nesta representação, a história foi narrada por Helena Faria, sendo a orquestra do Conservatório de Música de Coimbra dirigida pelo maestro João Pedro Figueiredo.

1.4.2. Apresentação do livro "Mulheres Singulares" – Inês Maomé

Numa iniciativa que pretendeu aliar a cultura à solidariedade social, a Secção Regional promoveu, no dia 30 de Novembro, a apresentação do livro "Mulheres Singulares", de Inês Maomé, recentemente editado pela Chiado Editora.

A autora tem vindo a alcançar alguma notoriedade com as suas obras, pela forma simples e despojada como escreve, e a apresentação desta obra na Ordem dos Farmacêuticos não foi casual, devendo-se em muito ao facto de a mulher que dá corpo a Inês Maomé - pseudónimo literário – ser farmacêutica comunitária na zona de Coimbra.

Em colaboração com a autora, por cada livro vendido nesta sessão de apresentação, 5 € reverteram para a Obra Promoção Social do Distrito de Coimbra – CASA DA MÃE.

1.5. REMODELAÇÃO DA SEDE REGIONAL

O ano de 2012 ficou marcado pela conclusão da obra de remodelação da Sede Regional de Coimbra, e respectiva inauguração no dia 25 de Setembro, num projecto da autoria de João Mendes Ribeiro.

Este projecto foi identificado como um dos principais objectivos desta Direcção, com vista não somente à recuperação e valorização do património imobiliário da Ordem dos Farmacêuticos, como também para aqui promover um conjunto de outros projectos e iniciativas.

O edifício remodelado passou a acolher, ao nível do piso de entrada, uma sala de estudo destinada aos estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

Ao nível da cave foi instalado o Clube Farmacêutico, um espaço de cafetaria de utilização versátil, permitindo não somente o convívio informal entre colegas, como a realização de tertúlias e outras iniciativas afins, num espaço de lazer aberto directamente para um jardim, de inspiração japonesa, igualmente projectado por João Mendes Ribeiro.

No âmbito da dinamização do Clube, foi organizada uma edição da "*Jantar das Quartas… no Clube*!", que visa estimular o encontro regular de Colegas em ambiente informal que, a propósito do prazer da degustação, se juntam para conversar e trocar impressões sobre um tema actual da sociedade. Esta primeira edição, que teve lugar no dia 17 de Outubro, contou, como convidado, com o Professor Vítor Raposo, Professor da Faculdade de Economia da UC, Investigador do Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra (CEISUC), membro da Associação Portuguesa de Economia da Saúde (APES) e do Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS), que dinamizou uma tertúlia em torno do tema "*Governação em Saúde e os desafios em tempos de crise*".

1.6. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO FARMACÊUTICA

Concluída a obra de remodelação da Sede Regional, o 1.º andar do novo edifício passou a acolher o Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, projecto de cariz nacional, inaugurado no dia 25 de Setembro.

O objectivo que presidiu à criação do Centro foi o de garantir a conservação de espólios documentais de relevância para a preservação da memória dos farmacêuticos portugueses, contribuir

para a consolidação da cultura profissional farmacêutica e da sua identidade profissional, contribuindo, desse modo, para a projecção futura dos farmacêuticos na profissão e na sociedade. Trata-se de um projecto dinâmico, em contínuo crescimento, e que se pretende que venha a ser uma referência nacional ao nível documental e na área da Memória dos Farmacêuticos Portugueses.

Ao longo do ano de 2012, dando continuidade ao projecto que visava a criação do CDF desde 2009, foi desenvolvido um intenso trabalho de reunião, organização e descrição arquivística de documentos e fotografias segundo as normas de descrição arquivística internacionais. De igual modo, para a secção bibliográfica existente no CDF se procedeu ao trabalho de catalogação e indexação.

A base do acervo documental e bibliográfico assenta no fundo histórico da Ordem dos Farmacêuticos com cerca de 177 anos de existência, que integra documentação produzida por diversas associações de farmacêuticos das quais se destacam a Sociedade Farmacêutica Lusitana e o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, mas onde se incluem o Montepio Farmacêutico, a Classe farmacêutica, a União de Farmacêuticos do Distrito de Braga, a Associação de Farmacêuticos Portugueses e a Associação de Farmacêuticos do Centro de Portugal.

Ao longo do tempo estas associações, que representaram a classe farmacêutica, desempenharam um papel fundamental na defesa e no desenvolvimento da farmácia e da profissão farmacêutica. A documentação por elas produzida, até agora inacessível, passou a estar acessível ao público no Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos. Na sua grande maioria, a documentação e bibliografia de publicação periódica foi digitalizada por uma empresa especializada e pode ser consultada através das descrições e registos arquivísticos inseridos no DigitArq ou das encadernações digitais que compõem a Hemeroteca Digital. No âmbito dos trabalhos foram restaurados por uma técnica especializada 14 livros manuscritos pertencentes à Sociedade Farmacêutica Lusitana. O acervo documental do CDF tem vindo a ser tratado de acordo com normas de descrição arquivística internacional e o respectivo catálogo encontra-se assim em formato digital no software específico DigitArq que possibilita a pesquisa no catálogo por parte dos utentes e a visualização digital da maioria dos documentos. Neste momento é composto por cerca de 2100 registos de descrição arquivística, correspondentes a cerca de 1900 documentos, e a cerca de 28.000 imagens.

Do acervo bibliográfico, com cerca de 120 livros, destaca-se a disponibilização na Hemeroteca Digital do CDF de colecções de publicações periódicas editadas pelas associações de farmacêuticos acima referidas, nomeadamente o Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana (1836-1933), o Jornal do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos (1936-1941), o Jornal dos Farmacêuticos (1942-1950), da Revista Portuguesa de Farmácia (1951-1972) a revista Pharmaka (1968-1970), e a Revista da Ordem dos Farmacêuticos, correspondentes a cerca de 134 volumes no total, cuja digitalização corresponde a

cerca de 36.000 imagens; bem como uma colecção de cerca de 20 farmacopeias antigas, uma delas que se encontra manuscrita, nunca tendo sido editada, datada de 1777 e que corresponde ao III tomo da Farmacopeia Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica da autoria do frei-boticário João de Jesus Maria. Este valioso manuscrito foi recentemente restaurado e encontra-se disponível para consulta ao público.

Ainda durante o ano de 2012, por ocasião da sua inauguração, o Centro de Documentação Farmacêutica estabeleceu protocolos de cooperação com a Universidade de Coimbra e com o Museu da Farmácia, tendo aderido à Rede Portuguesa de Arquivos, o que permite a disponibilização e a partilha de recursos de informação arquivística de acesso livre, através do Portal Português de Arquivos. Tais recursos são igualmente passíveis de disponibilização através dos portais EUROPEANA (Biblioteca Digital Europeia) e APEX (Portal Europeu de Arquivos).

Durante os trabalhos que antecederam a abertura do CDF foram lançadas:

- A Campanha "Vamos Fazer História" com o objectivo de enriquecer o acervo do CDF e apelar à apelar ao envolvimento de todos os farmacêuticos no projecto.
- A Campanha "Memória Farmacêutica" que, através de um inquérito a diversas instituições, tem como finalidade agregar informação sobre a localização de acervos documentais, bibliográficos e museológicos de interesse para a História da Farmácia e dos Farmacêuticos para elaboração de um catálogo nacional. Até ao momento foram recolhidas através de inquéritos dados respeitantes a 47 instituições.

Participaram na Campanha "Vamos Fazer História" com doações ou cedências de documentos, fotografias, livros ou objectos, as farmácias Cruz Viegas, Baptista em Coimbra; Medeiros em Avelar; Calçada em Paredes de Coura; Taborda no Fundão; Feliz em Mangualde; Senos em Ílhavo; Cruz em Cantanhede; Confiança em Viseu; Brandão em Condeixa-a-Nova; os Serviços Farmacêuticos do Hospital de São João no Porto; as indústrias farmacêuticas Bayer, Bial, e Hovione; e o Dr. Roque Lino e o Professor Doutor Carlos Silveira.

O CDF manteve e actualizou mensalmente uma Exposição documental designada "Vamos Fazer História das Farmácias" composta pela selecção de material cedido no âmbito da Campanha "Vamos Fazer História". Foi visitada por cerca de meia centena de pessoas desde a inauguração e recebeu quatro investigadores.

A divulgação do CDF tem sido realizada através do site e facebook. Regularmente são enviados emails de divulgação do CDF e da Exposição documental ou com o folheto ou o cartaz que entretanto foi concebido e utilizado para a representação do CDF no stand da OF na Expofarma 2012.

1.7. COMEMORAÇÕES DO DIA DO FARMACÊUTICO 2012

Em 2012 o Dia Nacional do Farmacêutico teve lugar em Coimbra, cabendo a esta Secção Regional a sua organização, em parceria com a Direcção Nacional.

Integrando um conjunto de iniciativas, repartidas entre os dias 25 e 26 de Setembro, as comemorações tiveram início com a inauguração do Centro de Documentação Farmacêutica (CDF) e do Clube Farmacêutico, duas estruturas inovadoras, conforme detalhado em pontos anteriores.

Para além dos momentos simbólicos do descerrar da placa que assinala a inauguração de cada uma destas novas estruturas, a cerimónia ficou também assinalada pela adesão do CDF à Rede Portuguesa de Arquivos, e pela celebração de protocolos de colaboração com a Universidade de Coimbra e com o Museu da Farmácia.

No dia seguinte, 26 de Setembro, o programa das comemorações prosseguiu com a organização do Simpósio "*Os Farmacêuticos e a Ética*", que decorreu na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. O evento contou com a presença do secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira, na sessão de abertura, e teve como conferencistas Vítor Bento, conselheiro de Estado e presidente da SIBS, José Barros, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e Sofia de Oliveira Martins, farmacêutica e professora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

O programa prosseguiu com uma visita do Bastonário, acompanhado de uma comitiva da Ordem, aos Serviços Farmacêuticos dos Hospitais da Universidade de Coimbra, onde foram recebidos pelo presidente do Conselho de Administração desta unidade hospitalar, José Martins Nunes. A visita foi conduzida pelo director dos Serviços Farmacêuticos, José Feio.

O ponto alto das comemorações ocorreu ao final da tarde do dia 26 de Setembro, com a tradicional sessão solene das comemorações que, em 2012, tiveram lugar no Hotel Quinta das Lágrimas. A cerimónia contou com a presença de cerca de duas centenas de colegas e convidados, naquela que foi seguramente uma das sessões solenes comemorativas mais participadas.

O conferencista convidado foi José Laborinho Lúcio, juiz conselheiro jubilado do Supremo Tribunal de Justiça e antigo ministro da Justiça, que abordou o tema "A Justiça e os Justos".

Durante a cerimónia, foram entregues as Medalhas de Honra da Ordem aos colegas Irene Silveira, António Proença da Cunha, João Poiares da Silva, Telmo Teixeira de Figueiredo e, a título póstumo, a Armando Ribeiro Simões.

Foram ainda homenageados os farmacêuticos que completaram 50 anos de dedicação à profissão, e premiados os jovens farmacêuticos que, recentemente, concluíram o Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas com as classificações mais elevadas, com a atribuição do Prémio Sociedade Farmacêutica Lusitana.

A cerimónia ficou ainda marcada pela entrega, pelo segundo ano consecutivo, do Prémio de Investigação Científica Professora Doutora Maria Odette Santos Ferreira, no valor de 10 mil euros, à farmacêutica e investigadora Teresa Herdeiro, pelo seu trabalho intitulado "O papel dos farmacêuticos na farmacovigilância".

A Sessão Solene comemorativa do Dia do Farmacêutico 2012 terminou com a realização de um jantar, no mesmo local, animado por um espectáculo encenado pela companhia de teatro Bonifrates.

2. PLANO EXTERNO

2.1. COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

A cooperação estratégica e o desenvolvimento de parcerias com as Instituições de Ensino Superior Universitário são questões desde sempre assumidas por nós como prioritárias.

Dia Complementar de Estágio na Ordem dos Farmacêuticos

A Secção Regional de Coimbra manteve a habitual colaboração com a Comissão de estágios da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, tendo organizado o Dia Complementar de Estágio na Ordem dos Farmacêuticos, destinado a acolher os estagiários do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, e futuros farmacêuticos. Pelo elevado número de estagiários, a iniciativa decorreu em duas sessões, nos dias 27 de Abril e 4 de Maio, e teve como objectivo promover um primeiro contacto dos estudantes com a sua futura Ordem, dando-lhes a conhecer a sua estrutura, atribuições e competências, bem como as principais saídas profissionais para os farmacêuticos.

2.2. O FARMACÊUTICO NA SOCIEDADE

2.2.1. Fórum Regional do Centro das Profissões Liberais

A Secção Regional de Coimbra manteve a sua colaboração enquanto membro do Fórum Regional do Centro das Profissões Liberais, participando nas diversas reuniões e actividades organizadas ao longo do ano.

2.3. A SECÇÃO REGIONAL DE COIMBRA NA IMPRENSA

O Presidente da Direcção Regional de Coimbra manteve, ao longo de 2012, a sua coluna de opinião, de periodicidade quinzenal, no jornal Diário As Beiras.

Foram vários os temas abordados, maioritariamente relacionados com a profissão, e que veiculam a posição da Ordem dos Farmacêuticos sobre as matérias abordadas.

Os artigos publicados foram:

- 12.Janeiro.2012 – *Economia Social, um mundo mais justo.*
- 26.Janeiro.2012 – *Será necessário ver para crer?*
- 9.Fevereiro.2012 – *Vão-se os dedos e os anéis.*
- 24.Fevereiro.2012 – *Os números da diabetes.*
- 8.Março.2012 – *Sentido figurado do acto de contrição.*
- 22.Março.2012 – *À espera de Godot.*
- 06.Abril.2012 – *Preservar um bem essencial: a confiança do cidadão.*
- 19.Abril.2012 – *Sentido de responsabilidade.*
- 03.Maio.2012 – *Good Governance.*
- 17.Maio.2012 – *Coimbra: uma vez mais pelos bons exemplos.*
- 31.Maio.2012 – *Olhar a vida através do cinema.*
- 14.Junho.2012 – *O caminho para a sustentabilidade.*
- 28.Junho.2012 – *A crise e a saúde dos portugueses.*
- 12.Julho.2012 – *Os impostos e as soluções (à vista) para a crise.*
- 18.Julho.2012 – *Protesto histórico.*
- 27.Julho.2012 – *Quotas de mercado dos medicamentos genéricos.*
- 4.Agosto.2012 – *Quem sofre sente, quem sente…notifica!*
- 13.Setembro.2011 – *Há uma linha que separa o estado social da caridade.*
- 26.Setembro.2012 – *Dia do Farmacêutico e luto no sector das farmácias.*
- 11.Outubro.2012 – *Farmácias de luto e porquê?*
- 27.Outubro.2012 – *"Povo que lavas no rio".*

- 08.Novembro.2012 – *Farmacêuticos em grande.*
- 22.Novembro.2012 – Tempo de mudança e de resiliência.

3. BALANÇO DE MEMBROS DA SECÇÃO REGIONAL

No ano de 2012, foi registado o seguinte fluxo de membros na Secção Regional de Coimbra:

	Novas Admissões	**Cancelamentos e Suspensões**	**Transferência de membros para outras Secções Regionais**	**Transferência de membros de outras Secções Regionais**
2012	101	66	3	0

AGRADECIMENTOS

A Direcção Regional de Coimbra agradece aos Colegas que integram os Órgãos Sociais, aos farmacêuticos membros desta Secção Regional, aos Colaboradores e Consultores, por todo o apoio e colaboração no desempenho das suas funções, bem como aos Colegas que foram eleitos delegados às Assembleias Gerais da Ordem dos Farmacêuticos pelo empenho demonstrado.

A Direcção da Secção Regional de Coimbra no mandato 2009-2012.

ORDEM DOS FARMACÊUTICOS - SECÇÃO REGIONAL DE COIMBRA
Demonstração de Resultados - Ano 2012

	2.012 Orçamento	**2.012 Real**	Desvio Real - Orç.	Desvio % Real - Orç.	Ano 2011 Real	Ano 2010 Real
RENDIMENTOS E GANHOS						
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	451.492	**497.273**	*45.781*	**10,1%**	493.566	470.889
Prestação de serviços - Outros	12.000	**5.666**	*-6.334*	**-52,8%**	0	18.744
Outros rendimentos e ganhos	500	**5.468**	*4.968*	**993,6%**	18.496	45.000
Juros, Dividendos e outros rendimentos	3.000	**0**	*-3.000*	**-100,0%**	13.486	10.082
	466.992	**508.407**	*41.415*	**8,9%**	525.548	544.715
GASTOS E PERDAS						
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	0	**1.187**	*1.187*		0	0
Fornecimentos e serviços externos	110.642	**106.741**	*-3.901*	**-3,5%**	136.340	120.728
Gastos com pessoal	119.009	**127.273**	*8.264*	**6,9%**	131.515	98.053
Gastos de depreciação e de amortização	34.733	**27.731**	*-7.002*	**-20,2%**	24.470	19.863
Outros gastos e perdas	181.900	**208.553**	*26.653*	**14,7%**	161.436	155.704
Gastos e perdas de financiamento	3.000	**0**	*-3.000*	**-100,0%**	3.238	6.367
	449.284	**471.485**	*22.201*	**4,9%**	456.999	400.715
Resultado líquido do exercício	17.708	**36.922**	*19.214*	**108,5%**	68.549	144.000

Ordem dos Farmacêuticos SRC
Balanço Individual em 2012/12/31 Euros

Rubricas	Datas 2012/12/31	2011/12/31
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	1 133 244	870 178
Activos intangíveis	847	1 239
	1 134 092	**871 417**
Activo corrente		
Inventários	488	0
Clientes	26 573	13 522
Estado e outros entes públicos	0	2 329
Outras contas a receber	0	7 023
Diferimentos	7 113	7 738
Activos financeiros detidos para negociação	10 812	0
Caixa e depósitos bancários	23 770	336 767
	68 756	**367 380**
Total do Activo	**1 202 848**	**1 238 797**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	70 829	70 829
Outras reservas	211 741	211 741
Resultados transitados	846 806	778 260
Outras variações no capital próprio	0	-3
	1 129 376	**1 060 827**
Resultado líquido do período	36 922	68 549
Total do capital próprio	**1 166 298**	**1 129 376**
Passivo		
Passivo não corrente		
	0	**0**
Passivo corrente		
Fornecedores	5 268	4 936
Estado e outros entes públicos	5 772	3 104
Financiamentos obtidos	7 731	15 961
Outras contas a pagar	17 778	85 420
	36 549	**109 421**
Total do passivo	**36 549**	**109 421**
Total do capital próprio e do passivo	**1 202 848**	**1 238 797**

Secção Regional de Coimbra

PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DE COIMBRA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2012

Em cumprimento do disposto no Art.º 55 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 288/2001, de 10 de Novembro, o Conselho Fiscal da Secção Regional de Coimbra da Ordem dos Farmacêuticos procedeu a uma apreciação cuidadosa das Contas de 2012, apresentadas pela Direcção da Secção Regional de Coimbra, considerando-as correctas e dignas de crédito.

Assim, é nosso parecer que as Contas referentes ao Exercício de 2012 se encontram em condições de merecer aprovação por parte da Assembleia Regional de Coimbra.

Coimbra, 4 de Março de 2013.

O Conselho Fiscal Regional de Coimbra

Dr. Paulo Jorge Barradas Oliveira Rebelo

Dr. Alberto Paulo Frota de Matos Viegas de Carvalho

Rute Isabel Ramos Cavaco Salvador

Dra. Rute Isabel Ramos Cavaco Salvador

Secção Regional do Porto

ASSEMBLEIA REGIONAL
CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 48.º/n.º 3 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos e para os fins do disposto nos artigos 47.º e 48.º/n.º 1 do mesmo Estatuto, convoco a Assembleia Regional da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia 12 de Março de 2013, pelas 20:30 horas, na sua sede, sita na Rua António Cândido, n.º 154, Porto, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apreciação sobre a definição da distribuição do número de delegados a eleger por cada Assembleia Regional, para composição das próximas Assembleias Gerais da Ordem dos Farmacêuticos de 2013;
3. Informação sobre o projecto de novos Estatutos da Ordem dos Farmacêuticos apresentado ao Governo;
4. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Actividades de 2012 da Secção Regional de Porto;
5. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Contas de 2012 da Secção Regional do Porto;
6. Apreciação sobre o Relatório de Actividades e Contas de 2012 da Direcção Nacional;
7. Apreciação das Contas Consolidadas de 2012 da Ordem dos Farmacêuticos;
8. Discussão e deliberação sobre o Plano de Actividades da Secção Regional do Porto para 2013;
9. Discussão e deliberação sobre o Orçamento da Secção Regional do Porto para 2013;
10. Apreciação do Plano de Actividades e Orçamento da Direcção Nacional para 2013;
11. Apreciação do Orçamento Consolidado da Ordem dos Farmacêuticos para 2013;
12. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar em 23 de Março de 2013, pelas 10.00H, na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa;
13. Discussão sobre outros assuntos que os membros da Secção Regional do Porto considerem relevantes para a classe.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois, com os membros efectivos que se encontrarem presentes.

Porto, 1 de Março de 2013,

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional

Prof. Doutor Agostinho Franklim Pinto Marques

Secção Regional do Porto

ASSEMBLEIA REGIONAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 48.º/n.º 3 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos e para os fins do disposto nos artigos 47.º e 48.º/n.º 2 do mesmo Estatuto, convoco a Assembleia Regional Extraordinária da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia 12 de Março de 2013, pelas 22:00 horas, na sua sede, sita na Rua António Cândido, n.º 154, Porto, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apreciação e discussão sobre a alienação do imóvel sito na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 164, em Lisboa.
3. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral Extraordinária a realizar em 23 de Março de 2013, pelas 12H (doze horas), na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois, com os membros efectivos que se encontrarem presentes.

Porto, 1 de Março de 2013,

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional

Prof. Doutor Agostinho Franklim Pinto Marques

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2012

SECÇÃO REGIONAL DO PORTO

INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2012, uma vez mais, a prioridade das prioridades da actividade desta Secção Regional da Ordem dos Farmacêuticos constituiu na consolidação e na sustentabilidade organizacional e funcional da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos visando o apoio de todos os farmacêuticos independentemente das distintas actividades profissionais.

As medidas legislativas que de um modo contínuo estão a ser implementadas, fruto da situação política e económica que o país atravessa, repercutiram-se de uma maneira acentuada na profissão farmacêutica. De facto, verificaram-se em simultâneo um aumento significativo de desemprego e uma diminuição da empregabilidade dos farmacêuticos, e com maior incidência nos jovens farmacêuticos e nos recém licenciados, situação não habitual ente nós.

Durante o ano 2012 continuaram-se a desenvolver todos os esforços no sentido da promoção e defesa da revisão da carreira dos Técnicos Superiores de Saúde, onde os farmacêuticos que exercem a sua actividade no SNS estão inseridos, focalizados na criação de uma Carreira Farmacêutica.

De facto, reforçaram-se os contactos com estruturas partidárias e com deputados da Assembleia da República, visando a defesa justificada das nossas posições, mormente no que respeita à natureza de uma Carreira Farmacêutica, autónoma e inclusiva das três áreas de actividade farmacêutica – análises clínicas, farmácia hospitalar e genética.

A. Organização e Estruturas Internas da Secção Regional do Porto

Durante o ano de 2012, e após término da totalidade do plano de manutenção das instalações do edifício sede, a disponibilização dos espaços dessas mesmas instalações para a realização de actividades profissionais e sociais foi uma realidade.

De facto, por variadas vezes ao longo do ano, esta Secção Regional constituiu-se como local de encontro e de reuniões de trabalho e/ou de lazer dos seus membros, prosseguindo a política seguida pela DR de uma Ordem "mais aberta e de encontro às necessidades dos seus membros".

Apesar do ano de 2012 ter sido um ano particular em termos de gastos suplementares (e.g. ano de eleições) prosseguiu-se com a já anteriormente definida política de poupança e de redução de despesas visando essencialmente a criações de recursos económicos para a construção do novo edifício. O cumprimento do protocolado com a Camara Municipal do Porto e assumido por DR anteriores constitui para esta DR um compromisso de honra inabalável e ao qual damos a maior importância. Por isso, a SRP deu e continua a dar um enfase muito particular a estas medidas de contenção de custos, uma vez que, assumiu perante si mesma e publicamente perante os seus membros um outro compromisso complementar que não pode ser dissociado deste: os custos associados a esse investimento não terão interferência com as condições normais de funcionamento e de apoio aos membros desta SR.

De todas as formas, a Comissão de Obras, grupo de trabalho de apoio à Direcção da Secção Regional do Porto, tem continuado a estudar formas complementares de financiamento da construção do edifício.

B. Relação com os Sócios

Prosseguiu-se, ao longo do ano 2012, a política de maior abertura, disponibilidade e proximidade com os membros através de mais rápidos e eficientes meios de divulgação, correio electrónico.

Este meio de comunicação, contudo, apesar da rapidez e da uma diminuição dos custos associados, tem sido utilizado com parcimónia e em condições periódicas evitando assim a sobrecarga de e-mails com a corresponde tendência de desvalorização dos mesmos (o que seria contraproducente).

No âmbito deste procedimento de maior proximidade e eficiência junto dos membros desta SR, conseguiu-se diminuir de um a forma acentuada o tempo máximo de resposta às questões e problemas colocadas pelos membros, para valores médios da ordem das 24 horas sem, contudo, ter implicações na qualidade dos serviços prestados.

A Secção Regional do Porto continuou a disponibilizar apoio jurídico presencial, semanalmente

aos membros que o solicitem, apoio este que tem merecido por parte desta SRP um acréscimo de atenção e de procura. De facto, o número de consultas ao longo do ano de 2012 triplicou, em termos absolutos, o seu valor, sinal claro das dificuldades que os farmacêuticos, estão a atravessar, em todas as áreas da sua actividade, em resultado da situação política do país.

C. Relações Externas

A SRP, consciente da necessidade de manter os contactos institucionais com as entidades ligadas à actividade farmacêutica, desenvolveu todos os esforços no sentido de continuar a estimular a óbvia e necessária colaboração com as Instituições de Ensino Superior onde decorrem cursos de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, assim como demais instituições públicas, organizações e empresas do sector.

Deu-se prosseguimento à colaboração da Secção Regional com a Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, com o Instituto de Ciências da Saúde – Norte e com a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Fernando Pessoa, na organização dos estágios profissionais dos seus alunos do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas. Neste âmbito, é da responsabilidade desta SRP, o contacto com as Farmácias, a organização das listas de vagas para estágio, e, em conjunto com as comissões de estágio das Instituições envolvidas, a colocação dos alunos e seu acompanhamento. O bom funcionamento dos estágios só foi possível com a colaboração dos farmacêuticos orientadores de estágios, aos quais a Secção Regional do Porto deixa um agradecimento público por todo o trabalho desenvolvido nos últimos anos. Realizaram-se ainda as habituais reuniões com os orientadores de estágio de forma a esclarecer todas as dúvidas que possam surgir, assim como ouvir as sugestões dos colegas relativamente a oportunidades de melhoria.

A Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (AEFFUP) e o Núcleo de Ciências Farmacêuticas do Instituto Superior de Ciências da Saúde Norte (NCF-AEISCSN) continuaram a contar com o apoio da Secção Regional do Porto através da participação e divulgação das suas actividades. Mais ainda, a Secção Regional do Porto continua a disponibilizar instalações à Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF) para o desenvolvimento das suas actividades.

A Secção Regional do Porto, no seguimento do que já vem sendo habitual, divulgou e participou nas actividades das várias entidades e Instituições ligadas à actividade farmacêutica, destacando-se a Cofanor, Cooprofar, ANF, Universidade do Porto, Universidade Fernando Pessoa,

Instituto Superior de Ciências Norte, Hospital São João, Hospital Pedro Hispano, Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, APFJ, ARS e a ERS.

D. Actividades Desenvolvidas na Secção Regional do Porto

A formação contínua é para nós um dos esteios da valorização e do reconhecimento profissional. Assim, durante o ano 2012, a SRP promoveu formação de qualidade, diversificada, abrangendo as várias áreas de interesse para os seus membros, estruturadas em Ciclos, Conferências, Sessões de Formação, Jornadas e Tertúlias.

O Núcleo de Suporte Básico de Vida (SBV) da Ordem dos Farmacêuticos – SRP, criado pela Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos, em cooperação com o CPR (Conselho Português de Ressuscitação), segundo protocolo estabelecido entre estas duas entidades, continuou a desenvolver actividade de formação na área do Suporte Básico de Vida e da administração de vacinas

Conteúdo formativo em SBV

O curso de SBV é constituído por uma parte teórica e outra parte prática.

À parte teórica, correspondem os seguintes objectivos: **1.** Apresentação do programa de ressuscitação intra-instituição onde são descritos em pormenor a logística e os procedimentos necessários para uma cadeia de sobrevivência intra-instituição e respectiva articulação com o 112; **2.** Conteúdo, localização e regras de utilização do saco de emergência e **3.** Algoritmo de SBV.

A parte prática da formação incide no treino em manequins das diferentes possibilidades do algoritmo de SBV através da simulação de casos clínicos sucedidos em diferentes locais da instituição. No que se relaciona com a ventilação os formandos aprendem a ventilar com o ambu e a mascara facial, a escolher e introduzir o tubo de Guedel recorrendo ao manequim de via aérea.

Como **Conteúdo da Formação Complementar** (aquisição das competências descritas na Circular do Infarmed, sob administração de vacinas), esta formação é focalizou-se nas Reacções Anafilácticas e Anafilactóides e Técnica de Administração de Injectáveis, com prática em modelos de simulação biomédica.

D.1. CICLOS DE FORMAÇÃO

Curso de Pós-Graduação em Cuidados Farmacêuticos

27 Abril a 30 Novembro de 2012

Para os farmacêuticos, como profissionais de saúde que são, lato sensu, é obrigatório possuir competências, que lhes permitam actuar como sabedores, em determinada área, enfrentando um mercado de trabalho que a cada dia exige maior qualificação.

Neste contexto, a Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos, em parceria com a Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, a Faculdade de Farmácia da Universidade Complutense, Madrid, a Universidade Rei Juan Carlos de Madrid, a Faculdade de Farmácia da Universidade de S. Paulo, Brasil, o Colégio Oficial de Farmacêuticos de Madrid e a Academia Ibero-Americana de Farmácia, desenvolveu, numa iniciativa inédita, o 1º Curso de Pós-Graduação em Cuidados Farmacêuticos.

O corpo docente, constituído por académicos e profissionais nacionais e estrangeiros, criteriosamente seleccionados e com experiências nas respectivas áreas de intervenção, complementou as qualificações e proporcionou uma melhor visão estratégica dos cuidados farmacêuticos e um melhor enquadramento dos conteúdos na prática profissional.

O Curso de Pós-Graduação em Cuidados Farmacêuticos, sob o ponto de vista estrutural, foi organizado em 4 módulos distintos - Fundamentos de Cuidados Farmacêuticos (Módulo I), Farmacoterapia, Terapêutica Medicamentosa (Módulo II), Cuidados Farmacêuticos e Seguimento Farmacoterapêutico em Patologias Autolimitadas (Módulo III) e Cuidados Farmacêuticos e Seguimento Farmacoterapêutico em Patologias Crónicas (Módulo IV) - correspondendo a uma carga horária de 120 Horas (196 horas, incluindo Orientação Tutorial).

A avaliação final está alicerçada na apresentação e discussão pública de Casos Práticos e de uma Monografia.

A Comissão Coordenadora foi constituída por representantes indicados pelas Faculdades de Farmácia da Universidade do Porto (Prof. Doutora Glória Queirós), e da Universidade de Coimbra (Prof. Doutora Margarida Caramona), do Colegio Oficial de Farmacéuticos de Madrid (Prof. Doutor Carlos Raposo Simon) e da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos (Prof. Doutor Franklim Marques).

Inicialmente previsto para 35 alunos, ao 2º dia de divulgação do Curso estavam preenchidas todas as vagas. Uma vez que as solicitações foram muitas, a Comissão Coordenadora decidiu aumentar o número para 56, aumentando em contrapartida e no sentido de prevenir a qualidade do curso pretendida, o número de docentes envolvidos.

A Secção Regional do Porto teve especial cuidado na gestão de gastos, proporcionando aos formandos excelente formação a preços competitivos, atendendo à situação desfavorável transversal a todas as classes profissionais. De realçar que foi um Curso dirigido a farmacêuticos, em que a Secção Regional do Porto teve como cuidado absoluto, depois de considerado e analisado o centro de custos de realização do mesmo, o de atribuir uma propina que apenas suportasse os encargos de execução.

D.2. JORNADAS CIENTIFICAS

3as. Jornadas Atlânticas de Cuidados Farmacêuticos

Na sequência do sucesso das 2as Jornadas a Secção Regional do Porto organizou, em conjunto com a Sociedade Espanhola de Farmácia Comunitária, as 3as Jornadas Atlânticas de Cuidados Farmacêuticos.

Estas jornadas, que decorreram no dia 20 de Abril de 2012, na Pousada do Freixo-Freixo Palace Hotel, na cidade do Porto, constituíram-se como um espaço de reflexão onde se debateram as novidades e os desafios dos cuidados farmacêuticos em Portugal e em Espanha.

O primeiro painel, uma Mesa Redonda subordinada à temática "Os Serviços Farmacêuticos Centrados no Doente" , teve a participação, como palestrantes de Dra. Ana Rodriguez Sampedro, Profª. Doutora Margarida Castelo Branco, Prof. Doutor Casyano Correr e as Mestres Carolina Mosca, Catarina Abrantes e Célia Silva.

O segundo painel, focalizado na "Polimedicação e doentes Polimedicados", contou com a presença do Prof. Doutor Helder Mota Filipe, Vice Presidente do INFARMED e com o Doutor Adrian Acuña Ferradanes, do Grupo Berbés.

No terceiro painel foi abordada a "Dor e os Cuidados Farmacêuticos ao Doente Oncológico", que contou com a participação como palestrante o Dr. Adolfo Paradela Carreiro, Chefe do Serviço de Farmácia do Hospital Universitário de Vigo.

Finalmente, numa Mesa Redonda, moderada pelo jornalista Júlio Magalhães, debateu-se o papel do "Farmacêutico e a Sociedade", com a presença de representantes da sociedade civil, da associação de

doentes renais do norte, representantes políticos municipais e do Dr. Isaac Arias dos Santos, Presidente da Academia de Farmácia da Galiza.

D.3. SESSÕES DE FORMAÇÃO

D.3.1. Curso de Introdução à Homeopatia

18 de Fevereiro de 2012

Criada há mais de 200 anos, a Homeopatia é um ramo da terapêutica médica, que vêm despertando cada vez mais interesse, tanto nos profissionais de saúde como nos utentes. O curso teve como objectivo primeiro, a obtenção de noções básicas sobre as particularidades do medicamento homeopático e a homeopatia, bem como a perspectiva sobre as inúmeras aplicabilidades desta terapêutica no quotidiano do aconselhamento farmacêutico.

O curso teve a duração de 8 horas, distribuídas por uma componente teórica e outra prática, com a aplicação da matéria médica, exercícios e enquadramentos concretos da prática quotidiana, sendo formadora a Dra. Maria Manuel Magalhães.

D.3.2. Farmacoterapia das Infecções Respiratórias

24 de Janeiro de 2012

A formação teve como objectivo a identificação, caracterização e aplicabilidade dos princípios da farmacoterapia às principais patologias do tracto respiratório. A formação esteve a cargo do Prof. Doutor Bruno Sepodes, docente da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, membro da Comissão de Avaliação de Medicamentos e do Prontuário Terapêutico e actual Presidente do Comité dos Medicamentos Órfãos (COMP).

D.4. NOITES NA ORDEM

A Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos, ao longo do ano 2012 continuou a organizar as "Noites na Ordem," que versaram sobre as mais diversas temáticas, desde áreas científicas e profissionais, às questões políticas e sociológicas. Neste espaço privilegiado de reflexão e discussão, em ambiente informal, de temáticas muito variadas, tivemos a participação de ilustres convidados, cujas competências dispensam quaisquer comentários.

D.4.1. Impacto do Orçamento de Estado para 2012 na esfera da Saúde

1 de Fevereiro de 2012

Esta Sessão de Noites da Ordem teve como temática fundamental a análise do Orçamento de Estado para o ano de 2012 focalizada nos aspectos e nas implicações do mesmo sobre a área da Saúde em Portugal, e de um modo muito particular, no que à profissão e à actividade farmacêutica dizia respeito. Como palestrantes, este evento contou com dois consultores da Deloitte & Associados, SROC SA, firma membro da DTTL, prestadora de serviços de auditoria e consultoria em Portugal.

D.4.2. Patentes e medicamentos

10 de Setembro de 2012

Este evento (seminário) contou com a presença de membros especializados da equipa da Clarke, Modet & Cª, Portugal, que se debruçaram sobre os aspectos da Propriedade Intelectual, focalizadas essencialmente nas Patentes, Direitos de Autor e avaliação de Marcas e Patentes. Foram ainda abordadas entre outros os aspectos mais prementes das questões processuais relativas aos pedidos de registo de patentes e da gestão da Propriedade Intelectual.

E. OUTRAS ACTIVIDADES

E.1. Seguro de Saúde

A Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos, celebrou um protocolo de colaboração com a companhia de seguros Ocidental, detentora dos seguros de saúde Medis que em 2012 continua em vigor. Assim, os membros da Secção e o seu agregado Familiar poderão optar por uma de quatro opções, sem limite de idade.

Com esta acção pretendeu-se aumentar o âmbito das parcerias com vantagens para os membros da Secção Regional do Porto, que passam assim a ter acesso a mais um serviço.

E.2. Seguro de Responsabilidade Civil

Do protocolo celebrado em 2010 entre a Ordem dos Farmacêuticos e a Companhia de Seguros – AXA, resultou o seguro de Responsabilidade Civil, extensível a todos os farmacêuticos, em que a Secção Regional do Porto assume os encargos relativos aos seus membros. Cada Secção Regional

possui a sua própria apólice que garante um limite de indemnização de 100.000,00€ por sinistro e anuidade. Apenas beneficiarão deste seguro os membros que tenham as quotas devidamente regularizadas.

F. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÂO DA SRP

As grandes transformações na sociedade contemporânea impuseram à comunicação e ao relacionamento com os diversos públicos, um papel de extrema relevância no conceito estratégico das instituições. Neste âmbito a SRP desenvolveu cooperações com o Jornal Notícias, semanário Grande Porto e com os canais de televisão Porto Canal e RTP.

No âmbito destas parcerias, a SRP fez publicar, entre várias outras publicações, uma Revista comemorativa do Dia do Farmacêutico no Jornal de Noticias, com distribuição a nível nacional; do mesmo modo, tem mantido uma coluna de opinião semanal no Jornal Grande Porto, onde um elemento da Direcção reflecte sobre a actualidade farmacêutica, com especial enfoque na política do medicamento. Mais ainda, estabeleceram-se e estimularam-se os contactos com diferentes canais de televisão, que continuam a recorrer à SRP no sentido de auscultar a nossa opinião sobre temas da actualidade em Saúde.

Criar uma verdadeira cultura de comunicação em que todos sintam vontade de intervir e participar, continuará a ser um dos objectivos da SRP, reafirmando o papel interventivo do Farmacêutico na melhoria dos Cuidados de Saúde em Portugal.

G. PUBLICAÇÕES SECÇÃO REGIONAL DO PORTO

G.1. Acta Farmacêutica Portuguesa

A Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos entendeu ser pertinente, numa altura de intensa produção científica, a promoção da edição de uma Revista de índole científica – Acta Farmacêutica Portuguesa.

Esta iniciativa inovadora -cada número da Acta Farmacêutica Portuguesa é dedicado a temáticas diferentes, um dedicado às Ciências Farmacêuticas em geral, e o outro, à divulgação da investigação em

Cuidados Farmacêuticos - teve continuidade ao longo de 2012, com a publicação de um novo número e com a inclusão de novos membros para os Conselhos Editorial e Cientifico.

O Conselho Editorial da Revista Acta Farmacêutica Portuguesa e a Direcção da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos esperam que esta publicação se torne num espaço preferencial para publicação de pesquisas na área das Ciências Farmacêuticas e dos Cuidados Farmacêuticos e se torne num referencial junto todos os profissionais ligados à área da Saúde e em particular dos farmacêuticos.

A Acta Farmacêutica Portuguesa está disponível em papel e poderá ser adquirida junto da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos ou através dos habituais contactos electrónicos (www.ofporto.org)

H. NOVO EDIFICIO DA SRP

Ao longo do ano de 2012, a Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos, no âmbito do decurso das actividades inerentes à construção do novo edifício sede que vem promovendo, encetou e concretizou o procedimento de contratação dos Arquitectos responsáveis pela elaboração do projecto para o novo edifício, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro.

O projecto elaborado pelos Arquitectos contratados foi, entretanto, alvo de reapreciação a pedido da Direcção Regional, de molde a que o mesmo se confinasse a uma política de contenção de custos, estrita e rigorosa, atendendo aos actuais tempos de crise financeira em que o país se vê envolvido.

Concluído a versão final do projecto pretendido, foi este submetido à apreciação e aprovação do Município do Porto, nos termos do disposto no regime jurídico da urbanização e edificação.

Sucede, que o Município do Porto, através dos serviços do Departamento do Urbanismo levantou alguns problemas que obstaculizaram a aprovação célere deste projecto, tais como: a necessidade do novo edifício respeitar um alinhamento contíguo com os edifícios adjacentes - o que na prática retirar-lhe-ia viabilidade prática e funcional -; o prazo do início de construção ter expirado face ao previsto na escritura de compra e venda celebrada entre a OF e o Município do Porto, na qual o Município condicionou a alienação do terreno, sob possibilidade de reversão, onde irá ser implantado o

edifício ao início efectivo dos trabalhos de construção no prazo de cinco anos após a celebração da escritura; outros e variados problemas inerentes à observação do regulamento do PDM previsto para o local de construção.

Com efeito, a, de certa forma inesperada, atitude do Município do Porto face ao projecto da OF que foi submetido a licenciamento originou a necessidade de um longo processo de negociações entre representantes de ambas as partes: a OF e o Município do Porto, que culminou num entendimento (plenamente satisfatório para os interesses da OF) alcançado em reunião havida nas instalações do Município, no final do mês de Outubro de 2012, quanto a todos os aspectos técnicos e regulamentares que o projecto devia efectivamente respeitar.

Em consequência, houve necessidade de "retocar" o projecto, de molde a adaptá-lo aos critérios de aprovação definidos na reunião de Outubro de 2012, entre os representantes da OF e do Município (sem que fosse beliscada a viabilidade funcional do edifício para aquilo que são as pretensões da Direcção Regional da OF), o que veio a acontecer, já em Janeiro de 2013, com a entrega do projecto alterado no Departamento de Urbanismo do Município do Porto e a abertura de um novo processo de licenciamento.

A Direcção da Secção Regional do Porto no mandato 2009-2012.

CONTAS 2012
SECÇÃO REGIONAL DO PORTO

1. INTRODUÇÃO

As contas apresentadas, relativas ao exercício de 2012, foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos vigentes e normas preconizadas pelo Sistema de Normalização Contabilística.

Pretende-se assim, transmitir de forma credível a situação da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos a 31.12.2012.

2. CONTAS DE EXPLORAÇÃO

O **Resultado Líquido do Período** teve a seguinte evolução ao longo dos últimos três exercícios:

2010	2011	2012
106.129,44€	40.536,50€	6.801,41€

O **Resultado Líquido do Período** registou neste período uma descida, relativamente aos anteriores, provocada pelas despesas relacionadas com o arranque do projecto a implementar no terreno e os Gastos com o pessoal.

Os **Proveitos** registaram a seguinte evolução:

	2010	2011	2012
Quotas/Jóias	854.454€	918.631€	860.455€
Outros rendim. e ganhos	35.376€	41.988€	46.301€
Juros, dividendos e similares	790€	310€	6.052€
TOTAL	**890.620€**	**960.929€**	**912.808€**

Relativamente aos valores orçamentados verificaram-se os seguintes desvios:

Proveitos	Orçamento 2012	Valores Reais	% Desvio
Quotas/Jóias	830.706€	860.455€	3.6%
Outros rendim. e ganhos	45.200€	46.301€	2.4%
Juros, dividentos e similares	890€	6.052€	
	876.796€	**912.808€**	

Custos	Orçamento 2012	Valores Reais	% Desvio
Fornecim. serviços externos	263.970€	288.429€	9.2%
Custos com pessoal	181.200€	214.482€	18.4%
Gastos depreciação e amortização	32.500€	21.494€	-33.9%
Outros gastos e perdas	376.500€	374.913€	-0.42%
Gastos e perdas de financiamento	7.858€	6.689€	-1.5%
	862.028€	**906.007€**	
Saldo do Exercício	**14.768€**	**6.801€**	

Relativamente aos desvios verificados importa referir que no ano de 2012 se verificou uma ligeira subida nos rendimentos em geral, resultado dos incentivos ao pagamento de quotas em atraso.

O aumento de "Fornecimentos e serviços externos" está relacionado com custos de divulgação da Ordem dos Farmacêuticos e com gastos necessários para a construção do novo edifício.

Nos "Gastos com pessoal" está refletido o pagamento de diuturnidades aos funcionários, relativos a anos anteriores, que já se tinha verificado no período anterior mas que em 2012 foi de valor superior.

3. BALANÇO

O investimento em imobilizado registado no ano de 2012 respeita a aquisição de equipamentos informáticos de reduzido valor.

A Secção Regional tem uma boa autonomia financeira, não tendo qualquer dívida considerada de médio e longo prazo e as dívidas de curto prazo são de mera conta corrente.

O valor das disponibilidades, a 31.12.2012 era de 342.736,47€, que se destinam a investir na construção do novo edifício.

A evolução dos Capitais Próprios foi a seguinte:

	2010	2011	2012
Fundo Social	382.827€	488.956€	382.827€
Reservas	310.694€	310.694€	310.694€
Resultados Transitados	545.903€	545.903€	586.439€
Result. Líquido Período	106.129€	40.536€	6.801€
TOTAL	**1,345.553€**	**1,386.089€**	**1,286.761€**

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Direcção da Secção Regional do Porto propõe que o Resultado Líquido do Período de 2012, no montante de 6.801,41€, seja transferido na sua totalidade para Resultados Transitados.

ORDEM DOS FARMACÊUTICOS - SECÇÃO REGIONAL DE PORTO

Demonstração de Resultados - Ano 2012

	2.012	**2.012**	Desvio	Desvio %	Ano 2011	Ano 2010
	Orçamento	**Real**	Real - Orç.	Real - Orç.	Real	Real
RENDIMENTOS E GANHOS						
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	830.706	**857.908**	*27.202*	**3,3%**	908.563	856.682
Prestação de serviços - Outros	45.200	**46.301**	*1.101*	**2,4%**	41.988	33.148
Outros rendimentos e ganhos	0	**8.600**	*8.600*		10.379	0
Juros, Dividendos e outros rendimentos	890	**0**	*-890*	**-100,0%**	0	790
	876.796	**912.808**	*36.012*	**4,1%**	960.930	890.620
GASTOS E PERDAS						
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	0	**0**	*0*		0	0
Fornecimentos e serviços externos	263.970	**288.429**	*24.459*	**9,3%**	303.343	219.024
Gastos com pessoal	181.200	**214.482**	*33.282*	**18,4%**	193.104	157.945
Gastos de depreciação e de amortização	32.500	**21.494**	*-11.006*	**-33,9%**	23.809	21.929
Outros gastos e perdas	376.500	**381.510**	*5.010*	**1,3%**	400.100	384.443
Gastos e perdas de financiamento	7.858	**92**	*-7.766*	**-98,8%**	38	1.150
	862.028	**906.007**	*43.979*	**5,1%**	920.393	784.491
Resultado líquido do exercício	14.768	**6.801**	*-7.967*	**-53,9%**	40.536	106.129

BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2012

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis……..		1.025.692,59	1.012.850,63
Propriedades de investimento……...			
Goodwill……...			
Activos intangíveis……		1.423,71	1.423,71
Activos biológicos……..			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial…….			
Participações financeiras - outros métodos……			
Accionistas/sócios…….			
Outros activos financeiros……			
Activos por impostos diferidos…….			
		1.027.116,30	1.014.274,34
Activo corrente:			
Inventários……			
Activos biológicos……..			
Clientes…….			
Adiantamentos a fornecedores……			
Estado e outros entes públicos…….			
Accionistas/sócios……			
Outras contas a receber……		(42.128,24)	(40.166,00)
Diferimentos……			
…….		307,00	417,11
Activos financeiros detidos para negociação……			

Outros activos financeiros……			
Activos não correntes detidos para venda…….			
Caixa e depósitos bancários…….		343.096,44	392.699,26
		301.275,20	352.950,37
Total do Activo		**1.328.391,50**	**1.367.224,71**

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	**NOTAS**	**PERÍODOS**	
		2012	**2011**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado……..		488.956,83	488.956,83
Acções (quotas) próprias…….			
Outros instrumentos de capital próprio……			
Prémios de emissão……			
Reservas legais……..			
Outras reservas……..		310.694,46	310.694,46
Resultados transitados……..		586.439,78	545.903,28
Ajustamentos em activos financeiros……..			
Excedentes de revalorização……			
Outras variações no capital próprio…….			
		1.386.091,07	1.345.554,57
Resultado líquido do período……..		6.801,41	40.536,50
		1.392.892,48	1.386.091,07
Interesses minoritários……..			
Total do capital próprio		**1.392.892,48**	**1.386.091,07**

Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões……..			
Financiamentos obtidos……..			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego……...			
Passivos por impostos diferidos……...			
Outras contas a pagar……...			
Passivo corrente:			
Fornecedores……..			
Adiantamentos de clientes…….			
Estado e outros entes públicos…….		12.963,88	15.062,60
Accionistas/sócios……			
Financiamentos obtidos……..			
Outras contas a pagar……...		(77.464,86)	(33.947,03)
Diferimentos……			18,07
Passivos financeiros detidos para negociação……..			
Outros passivos financeiros…….			
Passivos não correntes detidos para venda……..			
		(64.500,98)	(18.866,36)
Total do passivo		**(64.500,98)**	**(18.866,36)**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**1.328.391,50**	**1.367.224,71**

Secção Regional do Porto

PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DO PORTO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2012

O Conselho Fiscal Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos reuniu com a Direcção Regional, aos quatro dias do mês de Março de dois mil e treze pelas vinte e uma horas, para apreciação das contas relativas ao exercício do ano de dois mil e doze.

Após análise do Relatório, do Balanço e da Demonstração de resultados da Direcção, o Conselho Fiscal deliberou dar parecer favorável aos referidos documentos considerando-os correctos e dignos de crédito e recomendando a sua aprovação na Assembleia Regional convocada para o efeito.

Porto, 4 de Março de 2013,

O Presidente do Conselho Fiscal Regional do Porto

Dr. Henrique Reguengo da Luz

CONTAS DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS 2012

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2012

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	S.R.Porto	S.R.Coimbra	S.R.Lisboa	D.Nacional	Ajustamentos	Ano 2012 Ordem dos Farmacêuticos	Ano 2011 Ordem dos Farmacêuticos
Vendas e serviços prestados		904.209	502.939	1.532.815	1.452.675	-1.339.471	**3.053.166**	3.167.949
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0	-1.187	0	-4.474	0	**-5.661**	-4.750
Fornecimentos e serviços externos		-288.429	-106.741	-617.641	-1.121.589	0	**-2.134.400**	-1.839.306
Gastos com o pessoal		-214.482	-127.274	-226.158	-551.381	0	**-1.119.295**	-1.179.529
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	-55.121	-305.121	0	**-360.242**	0
Outros rendimentos e ganhos		8.600	5.468	17.928	92.638	0	**124.634**	154.641
Outros gastos e perdas		-381.510	-206.579	-666.678	-26.512	1.339.471	**58.192**	-72.535
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28.387	66.626	-14.855	-463.765	0	**-383.606**	226.471
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-21.494	-27.731	-26.630	-46.151	0	**-122.005**	-93.912
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0	0	0	0	0		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.893	38.895	-41.485	-509.915	0	**-505.611**	132.559
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0	47.544	3.482	0	**51.025**	64.990
Juros e gastos similares suportados		-92	0	-11.980	-26.071	0	**-38.143**	-45.013
Resultado antes de impostos		6.801	38.895	-5.921	-532.504	0	**-492.729**	152.535
Imposto sobre o rendimento do período		0	-1.974	0	0	0	**-1.974**	0
Resultado líquido do período		6.801	36.922	-5.921	-532.504	0	**-494.702**	152.535

O Técnico de Contas

Balanço Individual
Período findo em 31 de Dezembro de 2012

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	S.R.Porto	S.R.Coimbra	S.R.Lisboa	D.Nacional	Ajustamentos	Ano 2012 Ordem dos Farmacêuticos	Ano 2011 Ordem dos Farmacêuticos
ACTIVO								
Activo não corrente								
Activos fixos tangíveis		1.025.693	1.133.244	372.366	1.005.019		3.536.322	4.973.109
Propriedades de investimento		0	0	700.000	700.000		1.400.000	
Activos intangíveis		1.424	847	14.031	0		16.302	26.391
Accionistas/sócios		0	0	0	0		0	
Outros activos financeiros		0	0	0	0		0	
		1.027.116	1.134.092	1.086.398	1.705.019	0	4.952.625	4.999.500
Activo corrente								
Inventários		0	488	0	0		488	
Clientes		0	26.573	8.745	48.545		83.863	14.576
Estado e outros entes públicos		0	0	9.200	2.451		11.651	8.052
Accionistas/sócios		0	0	666.808	0		666.808	233.447
Outras contas a receber		77.465	0	43.876	82.836	-98.668	105.508	168.206
Diferimentos		307	7.113	33.710	1.677		42.807	127.223
Activos financeiros detidos para negociação		0	10.812	0	0		10.812	0
Caixa e depósitos bancários		343.096	23.770	1.011.331	401.035		1.779.232	1.863.021
		420.868	68.756	1.773.670	536.544	-98.668	2.701.169	2.414.524
Total do activo		**1.447.985**	**1.202.848**	**2.860.067**	**2.241.563**	**-98.668**	**7.653.794**	**7.414.024**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO								
Capital próprio								
Capital realizado		488.957	70.829	299.279	328.808		1.187.872	1.187.872
Outras reservas		310.694	211.741	1.184.579	699.502		2.406.516	2.261.868
Resultados transitados		586.440	846.806	1.162.718	-1.381.808		1.214.156	1.150.625
Excedentes de revalorização		0	0	74.761	613.707		688.468	363.979
Outras variações no capital próprio		0	0	0	59.793		59.793	59.789
Resultado líquido do período		6.801	36.922	-5.921	-532.504		-494.702	152.535
Total do capital próprio		1.392.892	1.166.298	2.715.415	-212.503	0	5.062.103	5.176.668
Passivo								
Passivo não corrente								
Provisões		0	0	0	0		0	250.000
Financiamentos obtidos		0	0	1.112	1.553.074		1.554.186	1.246.443
Outras contas a pagar		0	0	0	0		0	
		0	0	1.112	1.553.074	0	1.554.186	1.496.443
Passivo corrente								
Fornecedores		0	5.268	59.986	205.734		270.989	344.227
Estado e outros entes públicos		12.964	5.772	22.652	16.164		57.551	41.884
Financiamentos obtidos		0	7.731	0	600.000		607.731	124.961
Outras contas a pagar		42.128	17.778	60.902	79.093	-98.668	101.234	214.256
Diferimentos		0	0	0	0		0	15.585
		55.092	36.549	143.540	900.991	-98.668	1.037.505	740.913
Total do passivo		55.092	36.549	144.652	2.454.066	-98.668	2.591.691	2.237.356
Total do capital próprio e do passivo		**1.447.985**	**1.202.848**	**2.860.067**	**2.241.563**	**-98.668**	**7.653.794**	**7.414.024**

O Técnico de Contas